



**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS – BACHARELADO**

São Francisco do Conde, BA

Maio de 2021

(Volume V)

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

Victor Godoy Veiga
Ministro da Educação

Roque do Nascimento Albuquerque
Reitor

Claudia Ramos Carioca
Vice-Reitora

Rosalina Semedo de Andrade Tavares
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Pedro Leyva
Diretor do Instituto de Humanidades e Letras

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz
Coordenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
Vice-Coodenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais

Prof, Dr, Paulo Gomes Vaz
**Presidente da Comissão de Revisão do Projeto Político Pedagógico do
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais (2022)**

Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa
Prof. Dr. Deolindo Barros
Profa. Dra. Isabella Lamas
Profa. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves
Profa. Dra. Mariana Preta Oliveira de Lyra
Profa. Dra. Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos
Comissão de Revisão do Projeto Político Pedagógico

Profª Drª Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva
**Presidente da Comissão de Revisão do Projeto Político Pedagógico do
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais (2020-2021)**

Profa. Dra. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva
Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa
Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa
Profa. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves
Profa. Dra. Mariana Preta Oliveira de Lyra
Profa. Dra. Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos
Comissão de Revisão do Projeto Político Pedagógico

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
**Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais (2016-2017)**

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina
Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade
Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva
Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares
Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert
Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos
Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva
Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Identificação do Curso

Denominação do Curso:

Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Duração do Curso:

Mínima: 4 anos

Máxima: 6 anos

Regime Letivo: Semestral

Turnos de Oferta:

Integral

Vagas Autorizadas:

80 vagas anuais

Carga Horária:

3.080 horas

Título Acadêmico:

Bacharel em Relações Internacionais

Quadro de Professores Efetivos Vinculados ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
Prof^ª Dr^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva
Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa
Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros
Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa
Prof^ª Dr^a Isis Conceição Aparecida
Prof^ª Dr^a Isabella Alves Lamas
Prof^ª Dr^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal
Prof^ª Dr^a Joyce Amâncio de Aquino Alves
Prof^ª Dr^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino

Prof. Dr. Magno Klein Silva
Prof^a Dr^a Mariana Preta Oliveira de Lyra
Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz
Prof^a Dr^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa
Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros
Prof^a Dr^a Isabella Alves Lamas
Prof^a Dr^a Joyce Amâncio de Aquino Alves
Prof^a Dr^a Mariana Preta Oliveira de Lyra
Prof^a Dr^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos
Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
1.1. O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB	8
1.2. História dos cursos das Relações Internacionais no Brasil	9
2. JUSTIFICATIVA	12
2.1. O curso de bacharelado em Relações Internacionais do ponto de vista do Projeto da UNILAB	12
2.2. Demandas pelo curso	18
3. INFRAESTRUTURA	19
3.1. Contextualização da Instituição de Ensino Superior	21
3.2. Recursos humanos, infraestrutura e acessibilidade	33
3.2.1. Funcionamento do Colegiado do Curso	33
3.2.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante	35
3.2.3. Atuação e formação do coordenador do Curso	35
3.2.4. Acessibilidade	36
4. OBJETIVOS DO CURSO	37
4.1. Objetivo Geral	37
4.2. Objetivos específicos	38
5. FORMA DE INGRESSO NO CURSO	38
6. BASE LEGAL	39
7. PRINCÍPIOS CURRICULARES	4

7.1. Pressupostos metodológicos e epistemológicos	42
7.2. Processos de ensino-aprendizagem	42
7.2.1. Do(a) docente	43
7.2.2. Do(a) estudante	43
8. EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DA(O) PROFISSIONAL	43
8.1. Perfil geral das(os) egressas(os)	43
8.2. Competências e habilidades gerais das(os) egressas(os)	44
9. MERCADO DE TRABALHO	45
10. APOIO AO DISCENTE	47
10.1. Programas de desenvolvimento acadêmico	47
10.2. Programas de Apoio Psicossocial	50
11. ESTRUTURA CURRICULAR	51
11.1. Núcleo Obrigatório Comum aos cursos da UNILAB	53
11.2. Núcleo Obrigatório Interdisciplinar	54
11.3. Núcleo Obrigatório Específico da Área de Relações Internacionais	54
11.3.1. Disciplinas específicas de Relações Internacionais	55
11.3.2. O Trabalho de Conclusão de Curso	57
11.3.3. Atividades de formação profissional	59
11.3.3.1. Atividades Complementares	59
11.3.3.2. Atividades de Extensão	61
11.3.3.3. Campo de atuação para os/as estudantes de Relações Internacionais e Estágio Supervisionado	66

11.3 .4 . Disciplinas Optativas ofertadas pelo curso de Relações Internacionais	69
11.3.5 . Disciplinas Eletivas ofertadas por outros cursos da UNILAB	69
12. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	69
12. 1 Fluxograma de Integralização Curricular	75
13. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	76
13.1 DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM UNILAB	76
13.2 DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM - BIH	79
13.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS OFERTADAS POR OUTRO CURSO	81
13.4 DISCIPLINAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	83
13.4.1 EIXO FORMAÇÃO ESTRUTURANTE	83
13.4.2 EIXO II - FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR	95
13.4.3 EIXO III – FORMAÇÃO PROFISSIONAL	105
14. AVALIAÇÃO	117
14.1 Parâmetros gerais	117
14.2. Parâmetros de avaliação do currículo	119
15. CONDIÇÕES PARA A OFERTA DO CURSO	120
15.1. Acessibilidade	121
16. REFERÊNCIAS	121

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), alocado no Instituto de Humanidades e Letras (IHL), Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, na Bahia, tem como especificidade ser o segundo ciclo, profissionalizante, do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades ou, no caso dos estudantes que ingressarem diretamente no curso por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Sistema de Seleção Utilizando os Resultados do Enem (Sirure) ou pelo PSEE (Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros), ser uma graduação integral. O curso foi projetado para possibilitar a produção de conhecimentos e políticas em torno da missão da UNILAB assente na ideia de cooperação solidária Sul-Sul e integração entre o Brasil e os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, modalidade presencial, terá duração mínima de quatro anos (oito semestres no total) e máxima de seis anos. Destaca-se que este o presente projeto pedagógico curricular segue o item IV do artigo 2º da Resolução Nº 2, de 18 de junho 2007, que afirma: “IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação”. Uma vez que o presente curso completa a sua integralização com a formação pregressa do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades realizado em quatro semestres letivos.

O Bacharelado em Relações Internacionais funcionará a partir do regime letivo da semestralidade, com ofertas de ingresso no período integral. Cada oferta terá quarenta vagas em cada semestre, totalizando oitenta vagas ao ano. A carga horária total do curso será de 3.080 horas. No final do curso o discente receberá o título acadêmico de Bacharel em Relações Internacionais.

O campo de estudo de Relações Internacionais é, por sua natureza, interdisciplinar. Integra, portanto, componentes de Economia, Ciência Política, História, Geografia, Sociologia, Direito, Antropologia e Filosofia. Nesse sentido, a proposta apresentada se encaixa perfeitamente na abordagem interdisciplinar do projeto pedagógico da UNILAB.

O projeto pedagógico do curso de Relações Internacionais refere-se a um curso em nível de graduação, mas é pensado no sentido de avançar, em médio prazo, para a criação de um programa de pós-graduação que possibilite a formação de uma massa crítica em pesquisa e intercâmbio que, por sua vez, fortalecerá a própria graduação em Relações Internacionais, os cursos do Instituto de Humanidades e Letras e outros cursos da UNILAB.

1.2. História dos cursos das Relações Internacionais no Brasil

Uma análise da evolução histórica revela claramente que o estudo e a pesquisa em Relações Internacionais são relativamente novos no Brasil. O panorama da sua evolução histórica mostra que entre 1945 e 1950, surgiram o Instituto Rio Branco, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional.

No período de 1970, destacam-se a criação da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ligada ao Ministério de Relações Exteriores, e do primeiro curso de graduação de Relações Internacionais na UnB (1974). A partir dos anos 1980, cria-se o primeiro programa de Mestrado em Relações Internacionais na UnB, assim como o Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), primeiramente com o curso de graduação, e depois com o programa de mestrado, o segundo do país. Nessa época, começa a funcionar o Grupo de Estudos sobre Relações Internacionais e Política Externa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Gripe/ANPOCS).

O período de 1990 e 2000 é marcado pelo processo de expansão de cursos de Relações Internacionais e do seu campo de estudo e pesquisa. A partir dos anos 1990, observa-se um avanço maior no número de cursos de graduação em Relações Internacionais ofertados, principalmente no âmbito das instituições de ensino particulares. Foi só em 1995 que o primeiro curso de Relações Internacionais foi implementado no estado de São Paulo, mais especificamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2018) contou com a participação de estudantes de 105 cursos de graduação em Relações Internacionais, o que demonstra um aumento expressivo em relação aos 85 cursos identificados no Censo de 2008 (INEP 2009). O Censo de 2018 destacou a predominância das instituições privadas de ensino, que concentram 80 dos 105 cursos de Relações Internacionais no Brasil, número correspondente a 76,2% dos cursos avaliados. A região Sudeste foi a de maior representação, concentrando 58 cursos, ou 55,2%

do total nacional, enquanto a região Nordeste participou apenas com oito cursos (7,6% do total), sendo o curso de graduação de Relações Internacionais da UNILAB não computado no Censo de 2018.

Com exceção do curso de graduação em Relações Internacionais da UNILAB, não há nenhum curso deste tipo, no estado da Bahia, ofertado por Instituições de Ensino Superior Públicas. Entretanto, o Bacharelado de Humanidades da UFBA permite ao estudante optar pela Área de Concentração em Estudos Internacionais, mas que não concede o título de Bacharel em Relações Internacionais, como a UNILAB/BA. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui um programa de mestrado em Relações Internacionais, mas não de graduação. Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) Provadas, o curso é ofertado de forma presencial e à distância pelas seguintes instituições: Centro Universitário Internacional (UNINTER), Universidade Estácio de Sá, Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), Universidade Cruzeiro do Sul, Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Universidade de Salvador (UNIFACS) e Universidade Paulista (UNIP). A maior parte dessas IES oferece o curso na cidade de Salvador, com alguns polos em cidades do interior baiano.

É importante registrar que, ao lado dos cursos de Relações Internacionais, houve também um aumento de cursos de “negócios internacionais”, de caráter aplicado, entre os quais se sobressaem os cursos de Comércio Exterior. Eram em torno de 99 cursos de graduação que, em seu conjunto, comportavam, no Censo de 2008, um número de ingressos equivalente ao dos cursos de Relações Internacionais, ou seja, cerca de cinco mil alunos. Nesse quadro, a presença das instituições privadas continua a ser superior: 95 dos 99 cursos são de instituições privadas. Os restantes são: dois federais, um estadual e um municipal.

O curso de Economia Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) merece uma menção especial. É o único registrado no MEC, apesar de alguns outros cursos de Relações Internacionais também se apresentarem como especializados em “relações econômicas internacionais”, particularmente o curso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mais recentemente, criou-se um curso de Relações Internacionais no campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no estado de Mato Grosso do Sul, e na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Nessa instituição, chama a atenção o curso *Sociedade, Estado e Política na América Latina*, pela escolha de uma abordagem inovadora.

O que se percebe é que, desde meados dos anos 1990, houve uma explosão da oferta de cursos de Relações Internacionais alinhada com o processo de abertura do Brasil e de inserção no processo de globalização. O maior número dos cursos, porém, foi oferecido por instituições de ensino privadas, de maneira que a participação das universidades públicas ainda é modesta e recente, com exceção da pioneira UnB, conforme ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 1. Evolução da oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil

Ano	Número de cursos	Alunos formados
1995	3	./-80
2003	45	ND
2008	85	1.985
2010	95	ND

Fonte: UFABC (2015)

Quanto à pós-graduação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registrou, no Censo de 2008, doze cursos: no Instituto Rio Branco (IRBR), com um mestrado profissionalizante; na Universidade Federal Fluminense (UFF) com os cursos de Defesa e de Relações Internacionais; na Universidade de Brasília (UnB); na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); na Universidade de São Paulo (USP); na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o Programa San Tiago Dantas; no Centro Brasileiro Estudos Latino-Americanos (Cebela/RJ); e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Destes, o Ministério da Educação (MEC) qualifica como “consolidados” apenas os cursos de pós na UnB e na PUC-RJ.

Não está incluído nessa lista o inovador Programa de Pós-Graduação em Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pepi/UFRJ), atrelado ao Núcleo de Estudos Internacionais no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas daquela universidade, com destaque para a área de Economia Política Internacional.

Importante registrar, ainda, os números divulgados pela FUNAG na ocasião da V Conferência Nacional sobre Política Externa e Política Internacional, realizada nos dias 28 e 29 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro. Levando-se em conta todos os cursos universitários no Brasil que atuam de uma forma ou de outra na área de Relações Internacionais, existem hoje em torno de 45 mil alunos e sete mil professores.

O aumento quantitativo de ensino e pesquisa em Relações Internacionais proporcionou, igualmente, uma transformação qualitativa, trazendo a visibilidade da área, que vem sendo cada vez mais vista como um campo de estudo específico e não apenas uma subárea da Ciência Política.

As agências de fomento à pesquisa, tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), asseguram o reconhecimento da especificidade da área das Relações Internacionais. Para fortalecê-la e garantir-lhe mais qualidade são lançados editais com o envolvimento direto do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Singularmente, cabe lembrar o Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais (Edital MRE/MEC/Capes 2001) que, entre outros, proporcionou a emergência do programa de pós-graduação com o mesmo nome, sob responsabilidade conjunta da Unesp, Unicamp e PUC-SP. Outro exemplo, que pode ser evocado aqui, é o Programa Renato Archer de Fomento à Pesquisa em Relações Internacionais (Edital MRE/MCT 2006), cujos temas prioritários são: (i) paz e segurança internacional; (ii) estudos sobre polos de poder; (iii) América do Sul; (iv) desenvolvimento, ciência e inovação tecnológica; (v) normatividade e governança internacional.

Em 2005, observou-se também a criação de duas associações científicas na área: Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O curso de bacharelado em Relações Internacionais do ponto de vista do Projeto da UNILAB

O bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB está inserido nesse cenário de fortalecimento da área de Relações Internacionais, tanto do ponto de vista educacional e acadêmico quanto do ponto de vista social e político. Todavia, é preciso levar em conta que não só o curso de Relações Internacionais, mas também a própria UNILAB comportam experiências novas, com características inovadoras que serão levantadas adiante nessa proposta de formação acadêmica e profissional.

A Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, que instituiu a UNILAB, prevê:

A UNILAB caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP (BRASIL, 2010, §1º).

A UNILAB é fruto do esforço realizado pelo Governo brasileiro para interiorização e internacionalização do ensino superior. Suas Diretrizes (UNILAB, 2010) retomam esse processo considerando que a expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), foi um dos eixos centrais da política educacional do governo brasileiro a partir de 2003. Ao lado disso, efetivou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), um dos mais importantes e inovadores programas voltados à recuperação do sentido público e compromisso social da educação superior, dada sua orientação de expansão com qualidade e inclusão.

Relendo hoje as Diretrizes da UNILAB (UNILAB, 2010), pode-se afirmar que a instalação desta Instituição Federal de Ensino Superior na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, e na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, região majoritariamente negra, não representa apenas o atendimento das metas do Reuni em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país. Aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida em que tem por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países da CPLP e, particularmente, com africanos, cujas culturas fomentaram a identidade nacional brasileira.

A UNILAB está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do Governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, ela valoriza e apoia o potencial de colaboração e aprendizagem entre Estados, nações e povos, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior.

Portanto, a Unilab é o resultado de um projeto entre o Brasil e a comunidade dos países da Língua Oficial Portuguesa e que também partilham com o Brasil uma herança histórica e cultural, tendo a internacionalização como o eixo central. E, fundamentada nos princípios de apoio e ajuda mútua, a Universidade colabora para criar e consolidar espaços de formação, produção e disseminação de conhecimento com relevância social. Nesse sentido, o curso de relações internacionais alinha-se ao projeto detalhado nas Diretrizes da UNILAB, que, por sua vez, mira às demandas de promoção do desenvolvimento nacional descentralizado e sustentável dos países africanos.

O Capítulo I, Art. 9.º do Estatuto da UNILAB apresenta a sua missão, seus objetivos e princípios e destaca que ela é “[...] vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos”.

O Capítulo II, Art. 10.º, Alínea VIII do Estatuto da UNILAB instrui sobre os princípios da sua atuação: “respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente”; e nas suas Diretrizes encontram-se outros princípios que regem essa universidade internacional, como o reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar (UNILAB, 2010). A UNILAB será espaço contínuo para que o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas se constitua em campo e espaço únicos de problematização e de análises críticas, a partir de programas que respondam à necessidade de formação de um sujeito social crítico e propositivo, capaz de analisar e participar de seu contexto político e econômico, assim como do mundial, de forma sustentável. Os programas e currículos da universidade, portanto, estão abertos a processos permanentes de aprendizagem, ampliando visões e conceitos teóricos pelos aportes das

experiências concretas de discentes e docentes, recolhendo delas o que pode e deve ser recolhido, contribuindo para um mundo que se pretende mais justo e melhor.

Outros pontos relevantes levantados nas Diretrizes são: o destaque aos princípios de reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, e de gênero, além do princípio da inclusão social com qualidade acadêmica (UNILAB, 2010). Para alcançar a superação de desigualdades é necessário resgatar aprendizagens decorrentes do passado com vistas à construção de um futuro autônomo, com reconhecimento e respeito às diferenças. Em função disso, a UNILAB adota ações afirmativas que buscam ir além de cotas de acesso à universidade, do mesmo que contempla essas questões em seus programas curriculares. O compromisso com a qualidade acadêmica e inclusão social implica políticas que promovam o acesso à educação superior para todos e todas, que ampliem a cobertura social com qualidade, induzam o desenvolvimento de alternativas e inovações no processo formativo, nas formas de produção/disseminação de conhecimento e na constituição e consolidação de redes e alianças entre governos, setor produtivo, organizações da sociedade civil e instituições de educação superior. Assim, a qualidade estará vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A UNILAB, enfim, nasceu no contexto de intenso debate nacional sobre a busca de caminhos para o desenvolvimento da população negra, da sua inclusão social pela implementação de políticas de ações afirmativas e de cotas, foi instituída pela Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, no mesmo dia em que foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Caracterizado como um dos resultados importantes obtidos na conferência Internacional de Durban, este contexto de valorização dos africanos e seus descendentes, negros brasileiros, marcado pelas reflexões acerca de políticas de reparações, fez com que em suas Diretrizes (2010), a UNILAB contemplasse a política de ações afirmativas e cotas como elementos estruturantes de sua filosofia institucional. Na sua lei de fundação, com o objetivo de cumprir com a política de ações afirmativas e cotas nos processos de seleção de quadros de professores e de estudantes internacionais, observam-se tais determinações, ao prever a abertura de processo seletivo de professores e estudantes para cidadãos dos países membros da CPLP, tanto no que se refere aos candidatos quanto no âmbito dos membros dos comitês julgadores. Além disso, fomenta-se a contratação de professores visitantes que venham a somar com a construção da universidade (BRASIL, 2010, Art. 13).

As políticas de ações afirmativas estão igualmente contempladas no Plano do Desenvolvimento Institucional da UNILAB. No âmbito do desenvolvimento e gestão de pessoas, a política deve ter por princípio promover um ambiente de aprimoramento acadêmico e compartilhamento de experiências, tendo em vista a diversidade social e cultural da universidade. Deve ter por foco, portanto, o constante aperfeiçoamento do corpo técnico-administrativo, docente e discente, bem como o apoio ao bem-estar por meio da promoção de relações solidárias, mantendo os princípios e valores da UNILAB.

Nesse sentido, a UNILAB tem trabalhado para promover não só o acesso e a permanência de estudantes do ensino público e de afrodescendentes brasileiros, como também no melhoramento de processos educativos, discutindo aspectos socioculturais envolvidos em atitudes de preconceito, racismo, xenofobia e desenvolvendo mecanismos de sensibilização da comunidade acadêmica e da região para a questão das desigualdades, (UNILAB, 2010, p. 41). A história da UNILAB é parte da história de luta e resistência de africanos/as escravizados/as e seus/suas descendentes no Brasil, que orientam em grande medida a estruturação do presente curso de graduação de Relações Internacionais da UNILAB. Nesse sentido, foram identificadas como prioritárias, por ocasião de sua fundação, as seguintes áreas de conhecimento, em diálogo com o governo brasileiro e com as autoridades de países parceiros: agricultura; saúde coletiva; educação básica; gestão pública, tecnologias e desenvolvimento sustentável (UNILAB, 2010, p. 15). Com base nas áreas eleitas, foram criadas as seguintes unidades acadêmicas e cursos, ofertados nos campi do Ceará: o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas oferece o curso de bacharelado em Administração Pública nas modalidades presencial e a distância; o Instituto de Desenvolvimento Rural, o curso de bacharelado em Agronomia; o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, os cursos de licenciaturas em Ciências Biológicas, Ciências da Natureza e Matemática, Física e Química; o Instituto de Humanidades, os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e em Antropologia, Sociologia, História e Pedagogia; o Instituto de Linguagens e Literaturas, com licenciatura em Letras; o Instituto de Ciências da Saúde oferece curso bacharelado em Enfermagem e Farmácia, o Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável, o curso de bacharelado em Engenharia e computação e em Engenharia de Energias. Além disso, no Campus dos Malês (Bahia), está presente o Instituto de Humanidades e Letras, com os seguintes cursos: a Licenciatura em Letras-Português, o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, com suas respectivas terminalidades: Licenciaturas em Pedagogia, História, Ciências Sociais e bacharelado em Relações

Internacionais. Finalmente, está em processo de implementação o curso de Medicina, porém, ainda sem data definida para abertura do curso.

A instituição oferta, nos campi do Ceará, cursos de Pós-Graduação presenciais Lato Sensu, em nível de Especialização: Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão de Recursos Hídricos, Ambientes e Energéticos, Ensino de Ciências - Anos finais do Ensino Fundamental; Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos; Especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Especialização em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio. Os campi do Ceará conta também com cursos de Pós-Graduação presenciais Stricto Sensu, em nível de Mestrado: Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS; Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente; Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH, Mestrado em Antropologia (UNILAB-UFC), Mestrado Acadêmico em Enfermagem – MAENF, Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT; Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (UNILAB-IFCE) e o recém-criado Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem -PPGLIN.

Nesse mosaico de cursos e investimentos na estruturação das pautas pedagógicas da UNILAB, o curso de Relações Internacionais vincula-se estritamente à agenda política da instituição. Ele se fundamenta a partir das epistemologias do Sul que valorizam a interdisciplinaridade (SANTOS; MENESES, 2010) e dialogam permanentemente com os estudos africanos, das relações étnico-raciais e de gênero na produção de conhecimentos e políticas públicas.

Portanto, o caráter interdisciplinar, inovador e predominantemente internacional da UNILAB, como também o envolvimento de atores regionais, influenciaram a formatação do curso de Relações Internacionais do campus dos Malês e de seu projeto pedagógico. Sem dúvida, o fato desse curso estar inserido no contexto de uma trajetória nova e ousada, que pretende contribuir com o avanço qualificado da interdisciplinaridade para dar respostas aos desafios do Brasil no século XXI, combinando o objetivo de excelência acadêmica com o de inclusão social, é o que mais abre oportunidades e desafios para essa experiência. Nesse sentido, é impossível desconsiderar o peso da localização da UNILAB/ Campus dos Malês.

A presença da UNILAB na região metropolitana de Salvador e no Recôncavo baiano aponta para a necessidade de um diálogo com a evolução histórica do estado da Bahia na sua relação pioneira com a África. Assim, a universidade deve contribuir para o desenvolvimento dessa

região, ao produzir conhecimentos relevantes à realidade local, considerando as questões da diversidade cultural, do patrimônio histórico e cultural do Brasil e dos países africanos.

2.2. Demandas pelo curso

Assim, é preciso notar que o Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB/ Campus dos Malês apresenta uma grande especificidade em relação aos demais cursos de Relações Internacionais, justamente por se inserir em um projeto universitário totalmente novo, que privilegia a interdisciplinaridade, a integração, a internacionalização, a inserção social e regional do conhecimento e novas práticas tecnológicas, de gestão pública e de realização da cooperação internacional pautada na solidariedade. Essa especificidade se expressa, como não poderia deixar de ser, nos eixos centrais do curso que almejam, também, dar conta da nova inserção internacional do Brasil, que exige outras responsabilidades e uma maior participação de todos segmentos da sociedade nesse processo. Para se avançar, é preciso sair da situação marcada pelo déficit de conhecimento e fazer discussões necessárias para que o país aproveite as oportunidades que ainda existem, assumindo as responsabilidades que isso implica.

O curso de Relações Internacionais da UNILAB foi elaborado, portanto, a partir de algumas áreas centrais que têm destacado o Brasil como um dos maiores países emergentes no Sul Global. Em primeiro lugar, o Brasil é visto como uma potência energética, e isso comporta consequências geopolíticas que começaram somente recentemente a ser estudadas na área de Relações Internacionais. A liderança nos biocombustíveis, as descobertas do pré-sal que situam o país entre aqueles com maior reserva de petróleo e a base de uma matriz energética entre as mais limpas do mundo colocaram o Brasil em posição de liderança na discussão sobre energia e meio ambiente, dois assuntos que se tornaram inseparáveis. Ligado a isso, a UNILAB implementou o seu Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável para produzir conhecimentos sobre a geopolítica da energia e do meio ambiente.

Uma outra área em que o Brasil se tem destacado é da ciência e tecnologia. A sua consolidação, devida a atuação ativa do Estado brasileiro e, muitas vezes, em oposição à lógica das empresas capitalistas transnacionais, tem se revelado nos setores de agricultura e saúde. Nesse sentido, o que se tem percebido ultimamente é a liderança do Estado brasileiro no sentido de defender à transferência de benefícios da ciência e tecnologia para a maior parcela da população, trazendo

novas concepções de realização e investimento, como a economia solidária, a agricultura familiar e a saúde coletiva, que passaram a receber uma atenção especial.

A globalização capitalista como espaço da atuação das empresas nacionais e transnacionais, viu-se, nesse contexto, confrontada com a globalização de baixo, dos povos e da gramática dos direitos humanos. Os programas sociais da última década, que enfocaram o combate à fome e à miséria, por meio do programa Bolsa Família, as políticas em prol da igualdade racial, contra a violência de gênero, que vulnerabilizam em especial as mulheres e comunidades LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e demais orientações de sexo e identidades de gênero.

Com isso, espera-se que o curso de graduação em Relações Internacionais e, futuramente, o de pós-graduação relacionado a esta área venham a oferecer a formação de profissionais e pesquisadores que trabalhem com as temáticas de Ciência e Tecnologia (C&T), políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial, de gênero e sexualidade, de saúde, educação, agricultura e desenvolvimento sustentável assentes no paradigma de direitos humanos desde a perspectiva do Sul global, das africanidades e do campo de gênero.

Nesta perspectiva, a fim de ampliar o universo de possíveis interessados em uma formação sólida em Relações Internacionais na UNILAB/ Campus dos Malês buscar-se-á, juntamente à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e as instâncias superiores da Universidade, estudar e desenvolver formas alternativas de ingresso discente para além dos oriundos do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Letras quando for necessário.

A criação do curso de bacharelado em Relações Internacionais, bem como seu respectivo Projeto Pedagógico, foi aprovada com a Resolução N° 47/2016/CONSUNI, de 19 de dezembro de 2016, e reeditado, com alterações pela Resolução N°48/2018/CONSUNI, de 18 de dezembro de 2018, cujo artigo 1° determina:

Aprovar, nos termos da documentação apresentada, o Curso de Graduação em Relações Internacionais, Bacharelado, no regime semestral, presencial, bem como seu respectivo Projeto Pedagógico, com disciplinas ofertadas em turno integral, oferta anual de 80 vagas, carga horária de 3.080 horas e duração mínima de 06 (seis) semestres, sob a responsabilidade do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, situado no Campus dos Malês, Avenida Juvenal Eugênio de Queiroz – Baixa Fria, São Francisco do Conde/BA – CEP: 43.900-000.

3. INFRAESTRUTURA

O Campus dos Malês está localizado no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, a 67 km de Salvador. São Francisco do Conde tem 39.329 habitantes, segundo estimativa

do IBGE em 2015. É o município de maior população negra declarada do Brasil (maior que 90%). Está entre os sete municípios baianos com maior índice de produto interno bruto per capita (R\$ 42.707 em 2013).

As atividades acadêmicas da UNILAB iniciaram, em 16 de fevereiro de 2013, com o Polo de Apoio Presencial de Ensino a Distância (EaD) que oferece cursos de graduação (Bacharelado em Administração Pública) e de pós-graduação (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão Pública em Saúde). Através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) oferece também o curso, na modalidade de Educação a Distância, de Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola (UNIAFRO).

A atividade a distância requer uma profunda reflexão e proposição quanto à adaptação à missão e diretrizes da UNILAB, considerando a ampliação conceitual do mesmo, sobretudo no que diz respeito às questões de integração e internacionalização do ensino.

Os cursos presenciais do Campus dos Malês, o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH) e a Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, iniciaram suas atividades em 26 maio de 2014. No início de 2017, começam as terminalidades em Pedagogia, História, Ciências Sociais e Relações Internacionais.

A estrutura do campus universitário funciona em imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde em área de 2.710m². Possui dois pavimentos interligados por escada e rampa de acessibilidade, oito salas administrativas e dez salas de aula climatizadas e equipadas com projetor, computador e quadro branco; laboratório de informática com 33 computadores, conexão à internet sem fio, auditório com 132 lugares, banheiros com acessibilidade, enfermaria, restaurante universitário, funcionando em dois períodos (11:30 às 14:00 e das 17:30 às 19:00) e biblioteca com 4.400 livros em julho 2016. No espaço externo a unidade possui uma quadra poliesportiva coberta, estacionamento e banheiros.

Todos os estudantes têm acesso ao apoio social, econômico, psicológico, questões alimentares e primeiros socorros que são disponibilizados no campus por técnicos profissionais nestas áreas, nomeadamente duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma nutricionista e uma enfermeira. Casos de problemas médicos mais graves são direcionados ao Hospital Célia Almeida Lima, em São Francisco do Conde, que se encontra em uma distância média de 2km do campus. Uma percentagem elevada dos estudantes recebe auxílios financeiros. Existe um programa especial para a recepção dos estudantes brasileiros e estrangeiros, organizado pelas assistentes sociais. Além disso, nas primeiras quatro semanas, os estudantes estrangeiros são

hospedados em residências em São Francisco do Conde para facilitar a sua adaptação no novo ambiente.

Depois deste período, os estudantes estrangeiros são encaminhados para quartos de aluguel no município de São Francisco do Conde. Os coordenadores e todos os docentes disponibilizam atendimento individual a qualquer estudante que pede apoio em relação a problemas de aprendizagem ou outros.

Em agosto de 2015 foram iniciadas, em terreno cedido pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde, as obras de construção dos blocos didáticos onde funcionarão os novos cursos do Instituto da Saúde, o curso de Medicina e do Instituto de Humanidades e Letras do campus dos Malês.

Os novos prédios terão, aproximadamente, 24 salas de aula, áreas de convivência com cantinas, biblioteca, áreas administrativas, novos laboratórios de informática, de pesquisas voltadas para a saúde, ciências sociais e abrigará o Laboratório de Análise Internacional do curso de Relações Internacionais. Para mais detalhes ver o item 15 deste documento, intitulado Condições para oferta do Curso.

3.1. Contextualização da Instituição de Ensino Superior

Nome da IES:

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Endereço:

Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n - Centro, São Francisco do Conde - BA, 43900-000

Documento de Criação da IES:

Lei Federal nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

Perfil e Missão da IES:

A criação da UNILAB se insere no contexto da expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), é um dos eixos centrais da política educacional do governo brasileiro. Nesse sentido, o Reuni constitui

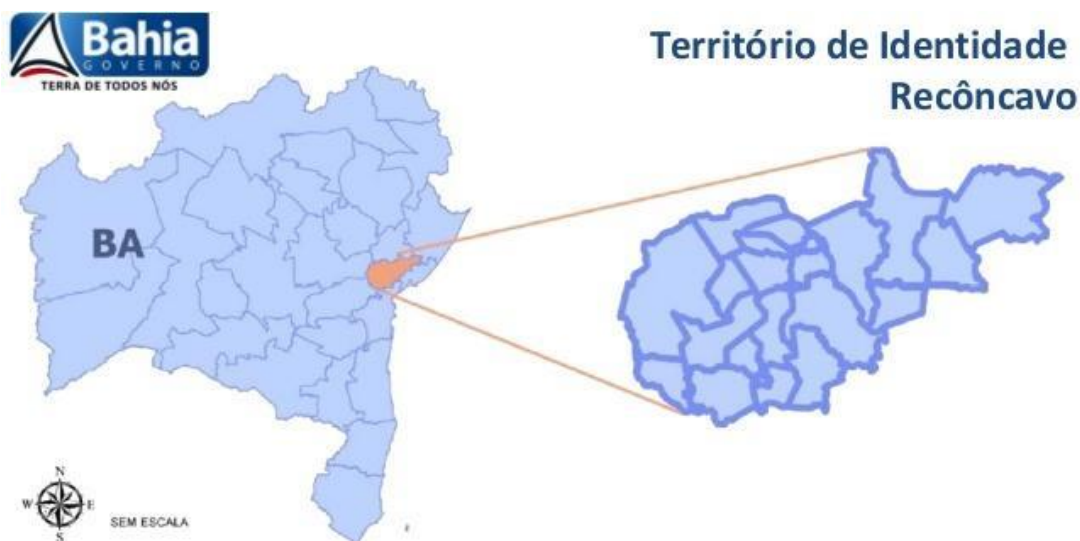
um dos mais importantes e inovadores programas voltados à recuperação do sentido público e compromisso social da educação superior, dada sua orientação de expansão com qualidade e inclusão. A comissão de implantação da UNILAB instalou-se em outubro de 2008 pelo MEC, e a sanção presidencial com a lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da universidade, espelham concretamente essa política.

A UNILAB está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, ela valorizará e apoiará o potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior. A UNILAB tem como Missão produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa — especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente — por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

A UNILAB, criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, é uma instituição autárquica pública federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação. Está localizada em dois estados da federação brasileira. No estado do Ceará, nos municípios de Redenção (Campus da Liberdade e Campus das Auroras) e município de Acarape (Campus dos Palmares), onde está sediado o reitorado; e no estado da Bahia, no município de São Francisco do Conde, onde tem a Unidade Acadêmica Campus dos Malês, no *território de identidade* do Recôncavo (Figura 1), conforme classificação política e administrativa do Governo do Estado.

Para efeito da análise dos impactos de implantação de cursos superiores no Campus dos Malês da Unilab, tanto a regionalização estatal do município de São Francisco do Conde na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que reflete determinadas ligações econômicas recentes, quanto sua inserção histórica numa região que ultrapassa em muito os limites das atuais divisões administrativas, que é o Recôncavo Baiano, definido como interior de Salvador e variando em extensão conforme os diferentes séculos.

Figura 1. Território de identidade do Recôncavo.



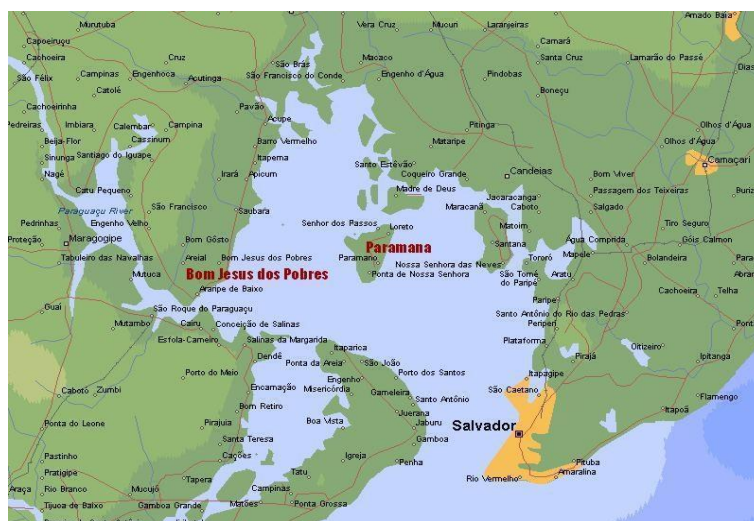
- 20 municípios
- População: 576.672 mil habitantes
- Densidade Populacional: 113,70 hab/ km²
- Área Total: 5.221,201 mil km²

Fonte: Sedur, 2012

Fonte: SEDUR (2012 apud GABRIELLI DE AZEVEDO, 2013).

O Recôncavo é a região geográfica que forma um arco em torno da Baía de Todos os Santos, conforme a Figura 2. Neste mapa apresentamos a conformação do *sistema geo-histórico* da região que se estende num extremo dos municípios de Valença e Nazaré até o outro nos municípios de Candeias, São Francisco do Conde e Santo Amaro.

Figura 2. Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo.



Fonte: SANTANA (2010).

No entanto, em termos da classificação político-administrativa do Estado, o *Território de Identidade* do Recôncavo é formado por vinte municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo, que juntos ocupam uma extensão de 5.221,201 km², contando com uma população de 576.672 habitantes, cf. a Tabela 2, mais à frente, e apresenta uma densidade demográfica média de 110,45 hab/km², conforme é possível observar na Tabela 1.

Tabela 2.. Área territorial e densidade demográfica dos municípios do Território de Identidade do Recôncavo, 2010.

Município	Área (Km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Cabaceiras do Paraguaçu	226,0	76,7
Cachoeira	395,2	81,0
Castro Alves	711,7	35,7
Conceição do Almeida	289,9	61,7
Cruz das Almas	145,7	402,1

Dom Macedo Costa	84,8	45,7
Governador Mangabeira	106,3	186,4
Maragogipe	440,2	97,3
Muniz Ferreira	110,1	66,5
Muritiba	89,3	323,6
Nazaré	253,8	107,5
Santo Amaro	492,9	117,3
Santo Antônio de Jesus	261,3	348,1
São Felipe	206,0	98,6
São Félix	99,2	142,1
São Francisco do Conde	262,9	126,2
São Sebastião do Passé	538,3	78,3
Sapeaçu	117,2	141,5
Saubara	163,5	68,5
Varzedo	226,8	40,2
TOTAL	5.221,201	110,45

Fonte: IBGE (2010).

A geografia do Recôncavo da Bahia oferece uma diversidade de paisagens: entranças de terra, contornadas por mar e rios, lagoas, cachoeiras, manguezais, estuários etc., onde existem populações e comunidades que ocupam estas áreas há muitos séculos, a exemplo das indígenas, ribeirinhas, pesqueiras, religiosas, quilombos, dentre outras (SOUZA, 2013). Nos últimos dez anos, estas comunidades têm vivenciado, mais uma vez, ameaçadas pela iminência de novos investimentos na execução dos projetos governamentais de desenvolvimento em curso no Estado, a exemplo dos impactos com a implantação do gasoduto da Petrobrás na região; o

projeto de construção da ponte que irá ligar Salvador à Ilha de Itaparica, um conjunto de empreendimentos turísticos em diferentes pontos da região, dentre outros, a despeito do enfrentamento e resistência que muitas delas têm empreendido.

Os municípios que configuram este *território* guardam em si experiências históricas e sociais que fez se desenvolver processos e práticas sociais e culturais comuns. Sendo assim, a região foi marcada por um longo processo de ocupação, desde os tempos coloniais, onde se desenvolveram os engenhos de cana-de-açúcar; a extração do óleo de baleia, a exploração do fumo, o cultivo de víveres e, posteriormente a exploração do petróleo. Este processo produziu histórica e culturalmente em todo o território um rico patrimônio material e imaterial que se fazem presentes na memória da arquitetura coloniais das fazendas, engenhos e sobrados, nas edificações das antigas fábricas de fumo e tecido, nas estruturas da antiga linha férrea e, principalmente na riqueza das práticas, manifestações e modos de vida de suas populações (SOUZA, 2013; FRAGA, 2006, 2009).

No Recôncavo predominaram, durante o século XIX, atividades agrícolas e extrativistas voltadas para o mercado externo assim como para o abastecimento da capital, Salvador. Durante muito tempo, quase toda a comunicação e as trocas entre a capital, as outras cidades da região e alhures eram feitas através do mar, em saveiros que cruzavam a Baía de Todos os Santos, levando caixas de açúcar para serem [re]exportadas em Salvador; e frutas, verduras, farinha de mandioca, pescado, marisco, galinhas e outros recursos para o abastecimento da cidade, além de cerâmica e telhas, produzidos pelo trabalho escravo.

O geógrafo baiano Milton Santos ao estudar a configuração territorial do Recôncavo até o século XIX observou a diversidade e potencialidade sociais e econômicas de suas diferentes zonas: pecuária extensiva e corte de madeira, produção fumajeira, corte de cana de açúcar, indústria têxtil, sinalizando para aspectos específicos de sua história e ocupação, sem desconsiderar aspectos comuns decorrentes de suas redes de interligação e interdependência (SANTOS, 1998).

Parte desta dinâmica se manteve durante a primeira metade do século XX, quando se observa mudanças radicais na organização econômica e social na região. Porém, ainda hoje os saveiros circulam em diversos veios d'água que desenham a Baía e seu Recôncavo, garantindo parte importante da circulação de mercadorias entre estas cidades e a sobrevivência de muitas pessoas (SOUZA, 2013).

Depois de décadas de estagnação econômica, o Estado tem novamente planos para a região. Considerado como sucessor quase natural às atividades predominantemente rurais de diversas regiões da Bahia, o turismo vem ocupando as atenções dos órgãos públicos. Diversos estudos e planejamentos têm sido executados, na tentativa de reverter investimentos na atividade turística, que, na região, articulava o potencial náutico, paisagístico/ecológico e histórico. Neste sentido, nos últimos anos as ações marcaram reforçar a característica paisagística, a exemplo da criação de Áreas de Proteção Ambiental, junto com a implantação de programas de saneamento básico; a construção de marinas, atracadouros e a implantação de novas linhas de transporte marítimo, estes que pretendem incentivar o apelo náutico; o argumento histórico, no entanto, não conta com nenhum incentivo de peso ou política efetiva de proteção.

Conforme IBGE (2010), 177.490 habitantes do Recôncavo ocupam a zona rural (31,30%), que vivem da agricultura, pastagem e extrativismo (lenha, castanha-de-caju, carvão vegetal, licuri e piaçava). Do outro lado, a população das áreas consideradas urbanas vive eminentemente do trabalho nos setores de serviço e do poder público municipal. Como em tempos alhures, a circulação cotidiana internamente na região e dos seus municípios para a capital continua sendo parte de sua característica e a estratégia adotada por seus habitantes na busca de trabalho e serviços.

Tabela 3. População residente, taxa anual de crescimento e grau de urbanização dos Municípios do Território de Identidade Recôncavo - 1991/2000/2010.

Nome do município	Total da população 1991	Total da população 2000	Total da população 2010	Taxa anual de crescimento (%) 2000/2000	Taxa anual de crescimento (%) 1991/2000	Grau de urbanização 2000	Grau de urbanização 2010
Cabaceiras do Paraguaçu	14.523	15.547	17.327	0,77	1,09	21,26	26,80
Cachoeira	28.290	30.416	32.026	0,82	0,52	52,05	51,17
Castro Alves	26.773	25.561	25.408	- 0,52	- 0,06	57,30	61,74

Conceição do Almeida	18.542	18.912	17.889	0,22	- 0,55	43,98	44,31
Cruz das Almas	45.858	53.049	58.606	1,65	1,00	74,66	85,12
Dom Macedo Costa	3.904	3.748	3.874	- 0,46	0,33	34,61	45,46
Governador Mangabeira	17.859	17.165	19.818	- 0,44	1,45	38,94	37,43
Maragogipe	38.811	40.314	42.815	0,43	0,60	52,20	58,61
Muniz Ferreira	6.280	6.941	7.317	1,13	0,53	47,56	46,39
Muritiba	24.534	30.644	28.899	2,52	- 0,58	58,43	62,42
Nazaré	25.954	26.365	27.274	0,18	0,34	87,28	83,83
Santo Amaro	54.180	58.414	57.800	0,85	- 0,11	76,19	77,45
Santo Antônio de Jesus	64.331	77.368	90.985	2,09	1,63	85,62	87,16
São Felipe	20.107	20.228	20.305	0,07	0,04	40,79	48,36
São Félix	12.182	13.699	14.096	1,32	0,29	63,86	65,72
São Francisco do Conde	20.238	26.282	33.183	2,97	2,36	83,21	82,55
São Sebastião do Passé	36.825	39.960	42.183	0,92	0,54	73,95	78,55
Sapeaçu	15.192	16.450	16.585	0,90	0,08	45,74	48,74
Saubara	8.016	10.193	11.201	2,73	0,95	98,85	97,74

Varzedo	8.662	8.673	9.109	0,01	0,49	30,29	36,93
Recôncavo	491.041	539.929	576.672	1,07	0,66	65,63	49,22

Fonte: IBGE (2010).

Conforme podemos observar na tabela acima, ocorre em todo o Recôncavo um processo crescente de aumento da população e de urbanização das cidades da região. Em casos como o de São Francisco do Conde, município onde se localiza o campus da UNILAB, os números chamam a atenção. Alguns estudos atribuem este processo aos investimentos em políticas públicas de assistência social e à instalação de equipamentos de serviços e indústria no município.

Tabela 4. População residente, por cor ou raça, segundo os municípios por Território de Identidade, Bahia, 2010.

Municípios	População residente					
	Total	Cor ou raça				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
BAHIA	14.016.906	3.110.605	2.397.249	158.925	8.293.057	56.381
Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	1.795	4.765	203	10.542	22
Cachoeira	32.026	3.325	13.020	696	14.854	131
Castro Alves	25.408	3.295	5.874	210	15.927	102
Conceição do Almeida	17.889	1.937	5.119	123	10.703	7
Cruz das Almas	58.606	8.201	15.309	559	34.438	99
Dom Macedo Costa	3.874	710	843	16	2.303	2

Governador Mangabeira	19.818	1.558	6.602	219	11.416	23
Maragogipe	42.815	7.291	9.629	487	25.396	12
Muniz Ferreira	7.317	1.290	1.605	37	4.384	1
Muritiba	28.899	3.580	8.120	443	16.715	41
Nazaré	27.274	3.938	6.155	226	16.917	38
Santo Amaro	57.800	4.398	22.217	1.411	29.708	66
Santo Antônio de Jesus	90.985	20.276	21.056	700	48.845	108
São Felipe	20.305	3.635	4.587	239	11.833	11
São Félix	14.098	1.507	4.124	238	8.159	70
São Francisco do Conde	33.183	2.239	13.278	711	16.878	77
São Sebastião do Passé	42.153	4.001	13.185	1.004	23.921	42
Sapeaçu	16.585	2.026	4.705	125	9.715	14
Saubara	11.201	838	3.938	284	6.128	13
Varzedo	9.109	1.603	1.587	53	5.862	4
Total	576.672	77.443	165.718	7.984	324.644	883

Fonte: IBGE (2010).

A vulnerabilidade social da população que constitui a região é visível ao observador atento e os índices atestam para tal. As taxas de analfabetismo, por exemplo, informam que a maioria dos municípios do Recôncavo apresenta índices muito acima da média do Estado (Tabela 4). Se considerarmos que a grande parte da população da região é constituída por negros (agregado autodeclarado de “pretos” e “pardos”), esta realidade afeta diretamente essa população, especialmente os jovens que também caracterizam a maior parte dos habitantes da região. Cabe destacar aqui os altos índices de analfabetismo na região, conforme indica a Tabela a seguir.

Tabela 5. Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, total e respectiva taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo os municípios por Território de Identidade, Bahia – 1991.

Nome do município	15-24 anos		25-39 anos		40-59 anos		60 anos ou mais		15 anos ou mais	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Cabaceiras do Paraguaçu	977	34,6	980	48,5	1.222	65,7	1.139	79,6	4.086	52,1
Cachoeira	1.067	18,4	1.225	35,3	1.683	43,2	2.661	62,4	5.636	32,8
Castro Alves	1.394	26,8	1.526	37,0	2.167	56,5	2.550	72,2	6.929	44,1
Conceição do Almeida	809	22,4	919	30,1	1.574	57,8	2.195	76,5	4.982	43,0
Cruz das Almas	1.403	14,4	1.576	18,0	2.424	38,9	3.591	59,8	7.552	26,7
Dom Macedo Costa	138	19,1	206	32,7	312	55,0	508	77,6	1.050	43,2
Governador Mangabeira	699	20,3	960	33,3	1.256	56,1	1.401	78,7	4.017	40,3
Maragogipe	2.621	33,7	2.717	43,6	3.254	58,6	3.627	69,8	11.122	48,0
Muniz Ferreira	316	25,5	385	36,7	565	60,9	541	82,1	1.710	45,5
Muritiba	915	18,1	1.078	25,1	1.494	43,6	2.208	63,2	4.881	32,6
Nazaré	1.518	28,6	1.534	31,8	1.891	51,7	2.197	62,2	6.310	39,5
Santo Amaro	1.626	14,6	2.017	19,4	2.932	38,7	4.107	57,4	8.934	26,9
Santo Antônio de Jesus	1.997	14,4	2.590	19,6	3.501	40,5	4.993	64,2	11.292	27,7
São Felipe	983	26,1	1.184	35,8	1.680	57,8	2.163	77,0	5.512	45,4
São Félix	543	22,4	675	30,2	776	49,7	1.163	65,7	2.758	37,3
São Francisco do Conde	660	15,5	923	24,0	1.115	43,7	1.120	62,8	3.401	28,9

São Sebastião do Passé	1.487 19,3	2.000 26,7	2.242 47,1	2.281 71,0	7.349 33,1
Sapeaçu	567 19,4	737 30,2	1.104 53,8	1.534 75,7	3.570 39,9
Saubara	291 18,4	357 24,7	522 43,5	802 59,2	1.645 33,0
Varzedo	515 31,4	591 43,4	869 62,3	838 79,7	2.643 50,5
Recôncavo	20.526 100,0	24.180 100,0	32.583 100,0	41.619 100,0	105.380 100,0

Fonte: IBGE (1991).

As instituições de ensino de nível superior podem e, de certa forma, já têm representado um passo importante na mudança de alguns aspectos neste quadro, considerando a formação de profissionais que poderão ser recrutados a atuar na área da educação e em outras áreas, bem como através de suas ações de extensão. Até 2004, o Recôncavo dispunha apenas de duas instituições públicas de ensino superior, a saber: Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com *campi* nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, respectivamente. A partir do processo de expansão e interiorização das instituições de ensino iniciado no país, neste período foram criadas a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com *campi* espalhados pelas cidades de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Cachoeira, e a UNILAB, com campus São Francisco do Conde. No mapa abaixo, o campus da UNILAB não aparece indicado em São Francisco do Conde. Além destas, em Santo Antônio de Jesus encontra-se um campus da Faculdade Adventista da Bahia (Fadba), que foi a primeira Instituição de Ensino Superior Privada da Região, sendo responsável pelo início do processo de democratização da educação superior no Recôncavo Baiano no final da década de 1990.

Ademais, cabe destacar a riqueza das práticas e manifestações culturais e a celebração das festas rituais de devoção, por exemplo: a Iemanjá, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Neves, Bom Jesus do Amparo e Senhora Bom Jesus dos Navegantes, em todo o Recôncavo. As festas da Irmandade da Boa Morte (Cachoeira), as Caretas do Iguape (Iguape) e de Acupe

(Santo Amaro); de Nossa Senhora da Purificação (Santo Amaro); do Lindroamor (São Francisco do Conde), as festas de Cosme e Damião, dentre tantas outras.

É neste contexto rico em cultura e diversidade que a UNILAB encontra-se inserida, além disso, sua criação corresponde à ampliação das ações afirmativas no campo educacional, por meio das seguintes estratégias: a Lei 10.639/2003 que promove a implementação do ensino da Educação para as Relações Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, na educação básica em instituição pública e privada; em complemento, a Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas. Essas medidas alteram a Lei 9.394/1996, conhecida por Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Visando contribuir com a operacionalização dessa lei, em 2009 foi elaborado o Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Quanto à educação superior destacam-se: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instaurado pela Lei 11.096/2005, que concede bolsas a alunas(os) pobres, indígenas e negras(os), isso é, contribui para a ampliação do ingresso e permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior privado; e, a aprovação da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) que garante a reserva de 50% das vagas em instituições federais de educação superior vinculadas ao MEC para estudantes oriundos de escolas públicas, prevendo a distribuição entre pretos, pardos e indígenas.

3.2. Recursos humanos, infraestrutura e acessibilidade

3.2.1. Funcionamento do Colegiado do Curso

Com o intuito de conduzir os eixos de ensino, pesquisa e extensão referentes ao curso, o colegiado do curso de Bacharelado em Relações Internacionais representa uma instância decisória fundamental para os processos de formação e desenvolvimento da área de relações internacionais na UNILAB. Assim, o colegiado é composto:

- a) pelo coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, como presidente;
- b) pelo vice-coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, como vice-presidente;
- c) por todos os docentes, em efetivo exercício, que ministrem disciplinas ofertadas pelo curso de Bacharelado em Relações Internacionais;

c) pelos servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do total de membros de docentes efetivos do Colegiado;

d) pela representação discente do curso, na proporção de 15% do total de membros de docentes efetivos do colegiado.

Ainda de acordo com a Resolução no. 10/2013 CONSUNI/UNILAB, de 18 de junho de 2013, o Colegiado do Curso deverá se reunir, ordinariamente, a cada trinta dias, e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por decisão de dois terços de seus membros.

Compete ao Colegiado de Curso:

a) eleger as instâncias de coordenação pedagógica e de outras instâncias referentes ao curso – como Coordenador, Representante docente do curso em atividades que requeiram o mesmo e membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE);

b) deliberar sobre as atividades do Curso, de acordo com as normas estabelecidas pelo Consuni;

c) eleger comissões permanentes ou temporárias para execução de atividades ligadas às relações internacionais ou que representem dentro do Instituto de Humanidades e Letras e da UNILAB como um todo;

d) planejar e decidir sobre atividades curriculares e extracurriculares, tais como ementários, mudanças curriculares, alterações na estrutura prática do curso, encontros, semanas temáticas e afins;

e) participar e decidir sobre na elaboração de editais e demais instrumentos de construção do quadro docente (tais como comissões de análise de redistribuição de professores de outros institutos ou outras IES para o curso);

f) elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso;

g) elaborar e aprovar o Plano Anual das Atividades do Curso;

h) aprovar bancas de defesa de monografias, dissertações e teses, quando couber;

i) deliberar sobre recursos materiais e humanos voltados ao curso;

j) deliberar e avaliar sobre pedidos de afastamento ou redistribuição de docentes, segundo normas da UNILAB;

k) planejar a oferta de componentes curriculares;

- l) decidir sobre procedimentos referentes aos pedidos de matrícula e sobre trancamento, transferência ou aproveitamento de estudos;
- m) deliberar sobre solicitações, recursos ou representações de alunos referentes à sua vida acadêmica.

3.2.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

Instituído pela Resolução Conaes nº. 01/2010, e está regulamentado na UNILAB pela Resolução do Conselho Universitário nº 15/2011. Sua função precípua é qualificar o envolvimento docente no processo de concepção, consolidação e avaliação do curso. Compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) fazer o acompanhamento da formulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), bem como de sua implementação e desenvolvimento. Cabe-lhe, ainda, o papel de instância de aconselhamento e orientação junto à Coordenação do Curso, com vistas à melhoria do processo formativo do corpo discente, bem como para um melhor desenvolvimento do trabalho docente, articulando ensino, pesquisa e extensão e, ainda:

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante é presidido pela coordenação do curso, professor Dr. Paulo Gomes Vaz, doutor em Ciências Sociais, e conta com os seguintes membros: Prof, Dr. Daniel de Lucca; Prof. Dr. Deolindo Barros; Profa. Dra. Isabella Lamas; Profa. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves; Profa. Dra. Mariana Preta de Oliveira Lyra e Profa. Dra. Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

3.2.3. Atuação e formação do coordenador do Curso

Cabe ao coordenador de curso zelar para que o Projeto Pedagógico seja executado da melhor maneira, buscando o bom andamento do Curso. Segundo o Estatuto da UNILAB (seção IV-art. 65, dos parágrafos 1º ao 2º), as Coordenações de Cursos de Graduação são responsáveis pelas atividades de formação acadêmica e gestão administrativa, em sua esfera de responsabilidade. As coordenações de cursos e programas têm a responsabilidade de gerenciar os cursos e os programas com atribuições de natureza administrativa, acadêmica, institucional e política, em consonância com as definições do Regimento Geral da UNILAB e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou campus).

O Coordenador do Curso deverá apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. A coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

A coordenação de curso terá duração de dois anos e o regime de trabalho do coordenador(a) de curso será de vinte horas semanais, pelo menos. O Regimento Interno do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, aprovado pela Resolução do CONSEPE/UNILAB nº 60 de 11 de Fevereiro de 2021, no seu Art. 4º da Organização e a Estrutura do Curso, nos incisos I e II, define a eleição do Coordenador de Curso e Vice-Coordenador para mandatos de dois anos, nos termos do Estatuto da UNILAB, Resolução Complementar do Consuni nº 3, de 4 de dezembro de 2020, no seu Art. 65, sendo eleitos por maioria simples de votos, com mandato de 2 anos, sendo permitida a recondução.

3.2.4. Acessibilidade

O Setor de Acessibilidade da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (SEACE/Propae/UNILAB) foi instituído pela Portaria GR No. 19, de 05 de janeiro de 2016, e faz parte da Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (Coase).

O setor visa garantir o acesso e inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, além de promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Sendo a acessibilidade entendida como condição para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

O Seace tem como propósito elaborar, executar e gerenciar ações, oferecer auxílio às unidades acadêmicas e administrativas para a concretização de fato da acessibilidade, ampliando e disseminando uma cultura de inclusão e desenho universal. Atualmente, as ações que podem ser apontadas contemplando diferentes aspectos nos diversos campi são:

- Identificação das barreiras de acessibilidade arquitetônica no campus dos Malês, Palmares, Liberdade e Auroras, de acordo com a ABNT NBR 9050/2019 (Normas Técnicas de Acessibilidade);
- Suporte dos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) aos docentes e discentes para tradução em eventos, aulas, palestras, entre outros;
- Tradução do Guia do Estudante para a LIBRAS, realizado filmagens no estúdio da universidade;
- Realização de curso de LIBRAS para servidores, promovido pela Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) com os intérpretes em LIBRAS do Setor de Acessibilidade;
- Parceria com a Associação Edvaldo Prado para a realização de atividades esportivas pelos alunos com limitação motora da universidade;
- Treinamento de servidores da Biblioteca e Assessoria de Comunicação (Assecom) na Secretaria de acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, sobre o uso de tecnologias assistivas e adaptação de materiais pedagógicos para alunos com deficiência;
- Parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para implantação do software leitor de tela DOSVOX nos computadores dos laboratórios de informática, como ferramenta de acessibilidade a pessoal com deficiência visual.
- Minicursos e oficinas na Semana Universitária para sensibilização de discentes acerca da temática acessibilidade e inclusão.

Vale salientar que a UNILAB possui banheiros acessíveis para pessoas com deficiência em todos os campi.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo Geral

- Formar profissionais capazes de analisar e executar ações e políticas que articulem as expressões internas e externas das questões contemporâneas presentes nas agendas estatal,

interestatal e internacional, com ênfase estudo e ensino das dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais no âmbito das relações de integração e cooperação internacional entre o Brasil, os países da CPLP e, especialmente, os países do continente africano.

4.2. Objetivos específicos

- Ensinar e possibilitar a apropriação das competências que habilitem os especialistas em Relações Internacionais para atuar em distintos campos de atividades no contexto da integração internacional e cooperação interestatal, regional e supranacional, bem como para exercer funções variadas em instituições, organismos, organizações nacionais, internacionais ou regionais de caráter estatal, governamental, não governamental, comunitário e privado.
- Formar profissionais de nível superior capacitados a enfrentar as questões de integração e cooperação internacional para o desenvolvimento pautado na reciprocidade a partir de uma sólida qualificação capaz de abranger de forma ampla, crítica e criativa o conhecimento dos problemas históricos criados e sustentados pelo colonialismo, neocolonialismo, o racismo, sexismo e outras formas de dominação.
- Estabelecer competências assentes nos saberes das epistemologias do sul global a partir de uma perspectiva interdisciplinar e intercultural, promovendo a pesquisa vinculada ao ensino, com a participação dos estudantes desde a sua entrada na graduação, por meio de atividades de extensão, intercâmbio, participação em congressos, seminários e estágios, conformando uma prática pedagógica integrada e emancipatória.

5. FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O Bacharelado de Relações Internacionais oferta de 40 vagas semestrais em período integral, que podem ser ocupadas por meio da admissão direta e da progressão a partir do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades da UNILAB, como detalhado abaixo:

1. Pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), organizado pelo Ministério da Educação (MEC) duas vezes ao ano e vinculado à pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

2. Por edital específico, publicado anualmente pela Coordenação de Ensino de Graduação e Seleção (COEGS) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), voltado exclusivamente para estudantes da UNILAB que já concluíram o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH);
3. Pelo Processo Seletivo para Estudantes Internacionais (PSEI), organizado pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER) e tornado público por meio de edital específico divulgado no site: <https://prointer.unilab.edu.br/editais/>. O PSEI é voltado para candidatos internacionais, formados no ensino médio e/ou secundário, residentes nos países parceiros da UNILAB e a prova de seleção é aplicada por missões diplomáticas em território estrangeiro, incluindo países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste
4. Pelo Sistema de Seleção Utilizando os Resultados do ENEM (SISURE), viabilizado por edital específico publicado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que prevê a entrada de alunos externos para a ocupação de eventuais vagas ociosas no curso de Bacharelado em Relações Internacionais. O edital SISURE-UNILAB é divulgado no site <https://sisure.unilab.edu.br/> e é acessível à distintas categorias de candidatos, incluindo Programa de Ações Afirmativas da UNILAB, regulamentado pela Resolução UNILAB 40/2021, que prevê a reserva vagas para de estudantes, como quilombolas, indígenas entre outros.

6. BASE LEGAL

A legislação que consolida os parâmetros para a estruturação do curso de Relações Internacionais está amparada nos principais instrumentos normativos que disciplinam os cursos de graduação no Brasil. Os eixos mais relevantes desse arcabouço jurídico podem ser acessados, de forma ampla, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Há ainda que se atentar para as regulamentações específicas que balizam a operacionalização dos bacharelados. Dentre elas, destacam-se a Resolução CNE/CES No. 2 (BRASIL, 2007) e a Lei n.º 11.788 (BRASIL, 2008), que disciplinam os estágios, entendendo-os, segundo o §2.º do Art. 1.º, como via de “aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

A de graduação em Relações Internacionais também está fundamentada na Resolução CNE/CES nº 04, de 04 de outubro de 2017, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso. Dentre os principais aspectos elencados pelas DCN da

graduação em Relações Internacionais, está a consideração dos seguintes elementos na composição dos PPC:

I - Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação a sua inserção institucional, política, geográfica e social; II - Condições objetivas de oferta e vocação; vertente; ênfase ou característica central do curso; III - Cargas horárias das atividades didáticas e carga horária mínima para integralização do curso; IV - Formas de realização da transversalidade da interdisciplinaridade; V - Formas de garantia da flexibilidade da estrutura curricular do curso, ou seja, adequação do que é cobrado nas avaliações in loco. Esse aspecto favorece inclusão de disciplinas como tópicos especiais, bem como uma oferta diversificada de disciplinas optativas e atividades de pesquisa e extensão; VI - Metodologias do ensino e aprendizagem que estimulem a formação integral do estudante, por meio de propostas didático-pedagógicas que favoreçam o aprimoramento de habilidades e competências cognitivas e socioemocionais; VII - Modos de integração entre teoria e prática; VIII - Formas de garantia da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; IX - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; X - Formas de avaliação institucional do curso; XI - Formas de garantir a integração dos conteúdos das Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena e demais requisitos legais e normativos às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente; XII - Modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; XIII - Incentivo à pesquisa, como relevante prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; XIV - Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado; XV - Concepção e composição das atividades de extensão, de acordo com as orientações dos Planos Nacionais de Extensão e legislação vigente do Ministério da Educação; XVI - Regulamentação do trabalho de conclusão de curso (BRASIL, 2017, Art. 2.o, §1.o) (BRASIL, 2017, art. 2º).

Além disso, o documento indica as seguintes competências e habilidades mínimas a serem alcançadas pelos egressos do curso de Relações Internacionais:

I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética; II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação; III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação; IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia); V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática; VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos; VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais; VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional; IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas; X - Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas; XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa; XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional (BRASIL, 2017, Art. 4.o).

Finalmente, defende que os projetos pedagógicos dos cursos possam contemplar os seguintes eixos relativos aos conteúdos ofertados:

I - Eixo de Formação Estruturante: contempla, obrigatoriamente, os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa;

História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

II - Eixo de Formação Interdisciplinar: contempla os conteúdos das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso. [...] I

II - Eixo de Formação voltado à atividade profissional: Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais.

IV - Eixo de Formação Complementar: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior (BRASIL, 2017, Art. 5.o, ênfase nossa).

Considerando esse panorama já consolidado, o Projeto Pedagógico Curricular ora desenhado dialoga com as diretrizes propostas, considerando a vocação pedagógica da UNILAB. Dentre as principais linhas mestras nessa orientação inovadora encontra-se a centralidade das atividades complementares, regradas na Resolução 20/2015 que tem como principal baliza a articulação entre teoria e prática para a formação cidadã.

Nesse lastro, observa-se ainda a concepção epistemológica que orienta o PPC do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na instituição, além de considerar perfil específico da Universidade no que tange ao protagonismo das relações Brasil-África e ao aprofundamento das relações Sul-Sul.

7. PRINCÍPIOS CURRICULARES

7.1. Pressupostos metodológicos e epistemológicos

O curso de Relações Internacionais do Campus do Malês fundamenta-se nas Epistemologias do Sul global, na interdisciplinaridade e no diálogo com os Estudos Africanos, os Estudos das relações étnico-raciais e Estudos de gênero e sexualidade, levando-se em conta a missão na instituição em que está inserida. Para tanto, visa a formação de um profissional intercultural e múltiplo com capacidade crítico-analítica e propositiva. Ou seja, como sujeito de sua ação, a partir de uma compreensão de seu meio social, político, cultural e econômico, de forma democrática e cidadã.

Para isso, o perfil do curso questiona os métodos de ensino tradicionais, e valoriza perspectivas ativas de ensino-aprendizagem, que permitam ao aluno agregar conhecimento teórico e aplicá-lo na prática, como agente transformador do contexto local, nacional e internacional. Essa formação interdisciplinar busca transformar o egresso em agente pensante, planejador e executor de projetos de desenvolvimento sustentável, repleto de capacidade crítica e de negociação proativa.

7.2. Processos de ensino-aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem deve constituir-se na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir ao bacharel as habilidades, competências e capacidades técnicas e críticas para o exercício profissional na área de Relações Internacionais.

Em linhas gerais, o que rege essa proposta curricular é uma compreensão do processo de ensino-aprendizagem como exercício crítico e democrático sobre o saber-fazer do profissional habilitado na interface dos diversos saberes que compõem as Ciências Humanas, onde estudantes e professores construam uma relação de cooperação e respeito mútuo, objetivando a formação de graduados competentes e cidadãos.

Nesse espírito, o processo de ensino-aprendizagem será conduzido sob os auspícios do debate teórico-metodológico das Relações Internacionais, pela natureza da sua interdisciplinaridade, em diálogo com a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Direito, História, Economia e Ciência Política, de modo a orientar professores e bacharelados para o necessário debate acerca dos princípios, conceitos e categorias que possibilitaram a construção dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Com isso, o que se quer é formar um profissional com ampla bagagem teórico-metodológica e prática na resolução dos problemas do seu ofício de internacionalista. Outrossim, é fundamental o emprego de novas metodologias de ensino, capazes de incorporar as novas tecnologias midiáticas, tornando, o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, cativante e interativo.

7.2.1. Do(a) docente

Nesse processo compete ao professor conduzir o bacharelado no aprendizado ativo-reflexivo sobre as ferramentas teórico-conceituais e técnicas necessárias ao ofício do bacharel em Relações Internacionais, ensinando-lhe sobre como levantar problemas e analisar o cenário local e internacional como reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula, temas sociais, políticos, econômicos e culturais em problemáticas de pesquisa em Relações Internacionais e de prática profissional.

7.2.2. Do(a) estudante

No processo de ensino-aprendizagem aqui proposto o estudante assume um papel ativo e decisivo em sua formação, sendo estimulado, desde o início, a constituir-se como um intérprete crítico e autônomo da área de Relações Internacionais e do saber que sobre ela e a partir dela se produz.

8. EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DA(O) PROFISSIONAL

8.1. Perfil geral das(os) egressas(os)

O bacharel em Relações Internacionais deve ter uma formação diversificada, que permita sua atuação de forma articulada, crítica e construtiva diante de seus contextos diversos, partindo de uma sólida base de conhecimentos, que fortaleça sua habilidade de comunicação intercultural e a sua capacidade de interação, análise e compreensão dos meios social, econômico, político e cultural.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, o profissional de Relações Internacionais deve ser capaz de coordenar estudos e projetos de forma organizada e articulada, analisar e propor estratégias e políticas em nível micro e macro, regional e internacional, tendo como base capacidade de decisão e liderança e um conjunto de habilidades e competências específicas.

A atuação desse profissional é abrangente, tanto no serviço diplomático, setor público, setor privado, atrelado a uma perspectiva cidadã, construtiva e crítica, e de pensamento estratégico, de análise de cenários e proposição de ações de curto, médio e longo prazo. Dessa forma, o bacharel em Relações Internacionais poderá exercer atividades com dimensão internacional em: governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições (BRASIL, 2017, Art. 3.o).

O aluno adquirirá uma base ampla de conhecimentos nas áreas da Economia, Geografia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, Direito, História, Ciência Política com incidência no universo das Relações Internacionais, que possibilite o entendimento das questões internacionais no seu contexto histórico, socioeconômico, político, jurídico, cultural, social e institucional; uma visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; o domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita; capacidade de análise, avaliação e proposição de cenários para atuação na esfera internacional; e a capacidade de tomada de decisões, gestão de processos e resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação a partir de um profundo entendimento das realidades brasileira, africana e internacional.

8.2. Competências e habilidades gerais das(os) egressas(os)

Para a formação acadêmica completa o egresso do curso de Relações Internacionais, de acordo com Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017, deverá estar apto a atuar em uma diversidade de cenários dentro das esferas pública e privada, mediante:

- 1) O exercício das atividades requeridas pelo mercado de trabalho, nacional e internacional, propondo, planejando e implementando políticas e estratégias organizacionais, no quadro de empresas públicas ou privadas que atuam no mercado internacional;
- 2) Domínio de uma gama de conhecimentos e ferramentas técnicas e teóricas para atuação em instituições do ensino superior;
- 3) Assessoramento na formulação de projetos e contratos para organismos internacionais e articulação e intermediação de negócios internacionais em geral;
- 4) Planejamento, proposição, execução e avaliação de ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;
- 5) Planejamento e execução estratégica da internacionalização de organizações de diferentes tipos;
- 6) Elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;
- 7) Realização de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;
- 8) Tomada de decisões, planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- 9) Formulação, negociação e execução de projetos de cooperação internacional.

Para tanto, faz-se imprescindível o estabelecimento de mecanismos que agreguem às disciplinas teóricas o desenvolvimento de tais habilidades e competências. Além disso, é fundamental para a qualificação dos alunos e para a consolidação do curso, dentro do projeto pedagógico geral, a oferta de oportunidade de exercício prático dentro do escopo do campo profissional das Relações Internacionais e o desenvolvimento de atividades de produção de conhecimento científico e aplicado.

9. MERCADO DE TRABALHO

O profissional que o curso pretende formar será habilitado para atuar no serviço diplomático, em organizações nacionais, regionais e internacionais, instituições públicas e privadas, com ou

sem fins lucrativos, em trabalhos técnicos, de assessoria ou de pesquisa. Neste sentido, relacionam-se como possíveis áreas de atuação dos formandos em Relações Internacionais:

- 1) Carreira Diplomática: no país de origem, no caso de estrangeiros, e no Brasil, via ingresso por concurso público do Instituto Rio Branco para o quadro do Ministério das Relações Exteriores;
- 2) Ensino e Pesquisa, via atuação no setor de ensino público e privado como professor pesquisador na área das Relações Internacionais;
- 3) Autoridades locais, provinciais e estaduais, por meio de assessoria, consultoria, negociação, planejamento estratégico e capacitação para entes subnacionais como municípios, províncias ou estados federados, visando a sua inserção no cenário mundial, regional e local, por meio da cooperação com o respectivo governo nacional, demais Estados, organizações internacionais governamentais e não governamentais, atores e movimentos diversos da sociedade civil;
- 4) Organizações Regionais e Internacionais Governamentais, por meio de assessoria, consultoria, desenvolvimento de projetos, negociação, planejamento estratégico, capacitação e atuação como funcionário e/ou voluntário;
- 5) Setor Diplomático e Civil: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para atuação em parlamentos, Câmaras de Comércio, Consulados e Embaixadas e áreas afins;
- 6) Sociedade Civil: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para atuação em Organizações Internacionais Não Governamentais e Movimentos Sociais em geral;
- 7) Setor Político-Partidário: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para partidos políticos, cooperação e interação entre sociedade civil e setor público;
- 8) Setor Privado: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para atuação em empresas privadas das mais diversas áreas de atividades (indústria, comércio, instituições financeiras, setor de serviços);
- 9) Atividades Diversas do Setor Público e Privado: cooperação técnica internacional, elaboração de acordos e projetos internacionais, análise e prospecção de cenários, planejamento estratégico e análise de conjunturas, prestação de serviços de consultoria, atuação em setores diversos como mídia em suas múltiplas aplicações contemporâneas (virtual, escrita, audiovisual, dentre outras).

10. APOIO AO DISCENTE

10.1. Programas de desenvolvimento acadêmico

Pibic. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) visa apoiar a Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de IC é concedida diretamente aos alunos pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

Os objetivos específicos do Programa são:

- despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

Pibid. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é um programa que visa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica durante a Licenciatura. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua

formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Os objetivos do Programa são:

- incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- contribuir para a valorização do magistério;
- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Pulsar. O programa Pulsar constitui-se em instrumento institucional permanente de acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação da UNILAB, na forma de ações de tutoria.

Os objetivos do programa são:

- promover a adaptação do estudante à UNILAB;
- contribuir para permanência qualificada do estudante nos cursos de graduação;
- orientar o estudante para a transição tranquila e organizada da educação básica para o ensino superior;
- promover ações que auxiliem fortalecimento do desempenho acadêmico dos estudantes com vistas à construção de uma experiência acadêmica de excelência;
- incentivar a independência e autonomia.

Pbdin. O Programa de Bolsa de Desenvolvimento Institucional (Pbdin) objetiva desenvolver ações e projetos que conferem suporte a atividades acadêmicas, técnicas e administrativas da

UNILAB, ao mesmo tempo que amplia o espectro da formação do estudante por meio do seu engajamento em atividades promotoras de competências ligadas à gestão do serviço público.

Probti. O Programa de Bolsa de Tecnologia da Informação (PROBTI) tem o objetivo de desenvolver habilidades de tecnologia da informação, além de incentivar e desenvolver atividades acadêmicas vinculadas ao uso da informática, visando atender às necessidades da instituição e preparar estudantes de graduação para o desempenho de atividades de informática na vida profissional.

PBM. O Programa de Bolsa de Monitoria (PBM) está vinculado à Prograd, em articulação com os cursos de graduação e objetiva contribuir para o processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo maior interação entre discentes monitores, discentes matriculados nas disciplinas e docentes ministrantes das disciplinas objeto do Programa, no que tange o conteúdo programático.

A monitoria é uma experiência pedagógica oferecida ao estudante regularmente matriculado no curso de graduação, compreendendo atribuições auxiliares relativas as atividades acadêmicas associadas a um Componente Curricular, sob a supervisão de um professor orientador. O PBM busca integrar a monitoria ao processo formativo despertando o interesse do estudante pela carreira acadêmica e docente. Esse Programa agrega-se às ações institucionais da UNILAB que buscam fortalecer a permanência com sucesso, na universidade, dos estudantes regularmente matriculados.

Pibeac. O Programa de Bolsa de Extensão, Arte e Cultura (Pibeac) está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura e tem como objetivo fomentar projetos de extensão que envolvam atividades de caráter educativo, científico, tecnológico, cultural, esportivo e artístico, promovendo diálogo, troca de saberes e intervenções entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa (articulação sociedade-Universidade), integrando ensino e pesquisa (articulação ensino-pesquisa-extensão), bem como contribuindo para a formação cidadã.

Samba. Seminário de Ambientação Acadêmica (Samba) é uma ação promovida pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O Samba ocorre sempre no início dos períodos letivos e é direcionado aos ingressantes de todos os cursos de graduação da UNILAB. Tem o objetivo de acolher e ambientar os novos estudantes à vida acadêmica, bem como facilitar a integração

intercultural ao espaço acadêmico e à dinâmica universitárias. O Samba procura contribuir para a permanência estudantil no ensino superior, impulsionando o compartilhamento de informações sobre questões de raça/etnia e gênero, a divulgação de ações desenvolvidas pela UNILAB para a permanência estudantil, além de auxiliar estudantes estrangeiros no entendimento de legislações brasileiras.

10.2. Programas de Apoio Psicossocial

Satepsi. O Serviço de Atendimento Psicológico (Satepsi), destinado a receber os estudantes que desejem ser atendidos por profissionais da Psicologia, está alinhado com as atuais diretrizes da Política Nacional da Assistência Estudantil, e é disponibilizado pelo Núcleo de Atenção às Subjetividades (Nias).

Paes. O Programa de Assistência Estudantil (Paes), administrado e executado pela Coordenação de Políticas Estudantis (Coest/Propae) é financiado com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e tem o objetivo de garantir acesso a direitos de assistência estudantil a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial da UNILAB, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário. As modalidades de auxílio são: Auxílio Moradia, Auxílio Instalação (concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia); Auxílio Transporte; Auxílio Alimentação; Auxílio Social; Auxílio Emergencial (auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional, enquanto perdurar a situação geradora do caráter emergencial. Vale a pena mencionar que a concessão de auxílios financeiros depende de disponibilidade orçamentária da universidade.

PBP. O Programa Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

PAIE. O Programa de Acolhimento e Integração ao Estudante (PAIE) é um programa de tutoria iniciado em 2014 que tem como objetivo acompanhar e orientar os estudantes estrangeiros em sua chegada à UNILAB, inserção e regularização na vida acadêmica, visando contribuir para sua integração acadêmica e cultural.

11. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização do currículo segue os princípios pedagógicos definidos pelo Ministério da Educação relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Relações Internacionais, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017. Inspirando-se neste documento orientador, bem como nas Diretrizes da UNILAB (2010), o curso de Relações Internacionais do Campus dos Malês, como já exposto anteriormente, funciona tanto como uma terminalidade do curso de BIH, quanto como uma graduação integral. Sendo assim, prevê duas formas de ingresso distintas: (1) progressão a partir do curso de primeiro ciclo e (2) admissão direta. Deste ponto de vista é que a sua estrutura curricular se organiza em três dimensões distintas e complementares.

A primeira dimensão está assente no Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB, visando proporcionar aos alunos conhecimentos sobre o funcionamento da vida universitária, num contexto de interiorização e integração internacional; busca criar condições da sua permanência e sucesso acadêmico desde os anos iniciais proporcionando disciplinas que asseguram a produção de textos científicos escritos em português e uma comunicação emancipatória que valoriza as diferenças.

A segunda dimensão é composta pelo Núcleo Obrigatório Interdisciplinar, visando iniciar os/as graduandos/as na investigação científica e em abordagens críticas e interdisciplinares sobre as humanidades, além das histórias e culturas dos povos que pertencem à CPLP. Para os/as alunos/as que cursam o BIH, as disciplinas do Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB e do Núcleo Obrigatório Interdisciplinar já são parte do percurso formativo do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Para os/as alunos/as de ingresso direto, essas disciplinas fazem parte do percurso formativo que o/a estudante deverá fazer ao longo do curso.

A terceira dimensão diz respeito aos componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos no campo de Relações Internacionais que visam formar um profissional com habilidades e competências almeçadas. Ressalta-se que, durante o último ano do primeiro ciclo, os estudantes cursando o BIH podem antecipar disciplinas obrigatórias e eletivas que compõem essa dimensão. Considerando os pré-requisitos determinados pelo PPC de BIH, as disciplinas obrigatórias do curso de Relações Internacionais que podem ser cursadas no último do primeiro ciclo são: Teoria das Relações Internacionais I, Direito Internacional I, Economia Internacional,

Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global, Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais e Política Externa Africana Contemporânea. Além destas disciplinas, o/a estudante em BIH é estimulado/a a cursar quatro optativas em outras terminalidades do IHL que serão computadas no segundo ciclo como disciplinas eletivas.

A primeira dimensão que compõe o Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB (cumprido ao longo do BIH para ingressantes oriundos do primeiro ciclo e de forma independente para a admissão direta) conta com 240 horas/aulas (duzentas e quarenta horas aulas); a segunda dimensão, o Núcleo Obrigatório Interdisciplinar (cumprido ao longo do BIH para ingressantes oriundos do primeiro ciclo e de forma independente para a admissão direta), comporta 240 hora/aula (duzentas e quarenta horas aulas); e a terceira dimensão, o Núcleo Obrigatório Específico de Relações Internacionais, se articula em torno das Disciplinas Obrigatórias de 1.080 horas aulas; de 7 Disciplinas Optativas, de 420 hora/aula; de 5 Disciplinas Eletivas, de 300 horas aula, Estágio Supervisionado de 120 horas; Atividades Complementares (atividades culturais, acadêmicas e laboratoriais) de 185 horas; Atividades de Extensão de 315 horas e 180 horas de TCC, conforme a Tabela 6.

Tabela 6. Resumo da Matriz Curricular.

Grupo de disciplinas ou atividades	Carga horária
Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB	240 h/a
Núcleo Obrigatório Interdisciplinar	240 h/a
Subtotal.....	480 h/a
Núcleo Obrigatório Específico da Área de Relações Internacionais	2600 h/a
Disciplinas Específicas em Relações Internacionais	1080 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso	180 h/a
Atividades Complementares	185 h/a
Atividades de Extensão	315 h/a
Disciplinas Optativas	420 h/a
Estágio Supervisionado	120 h/a

Disciplinas Eletivas	300 h/a
Subtotal.....	2.600 h/a
<u>Total.....</u>	<u>3.080 h/a</u>

A integralização curricular estará completa quando o graduando completar 3.080 horas aulas de disciplinas, sendo 480 horas do Núcleo Obrigatório Comum e do Núcleo Obrigatório Interdisciplinar (cursadas no âmbito do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades para a forma de ingresso enquanto segundo ciclo e de forma independente para a admissão direta, conforme previsto em fluxograma apresentado na seção 12.1.) e 2.600 horas do Núcleo Obrigatório Específico da Área de Relações Internacionais (cursadas durante a sua formação em Relações Internacionais para ambas as formas de ingresso, com possibilidade de antecipação de disciplinas pelos/as alunos/as de BIH). As componentes são distribuídas em matriz curricular semestral, como se detalha nas subseções a seguir.

11.1. Núcleo Obrigatório Comum aos cursos da UNILAB

As disciplinas que compõem o Núcleos Obrigatório Comum da UNILAB, objetivam iniciar os graduandos no mundo da vida universitária, da investigação científica e das humanidades, com ênfase particular nos espaços lusófonos. Inclui as cinco disciplinas obrigatórias listadas a seguir, cada uma com sessenta horas-aula, exceto Inserção à Vida Universitária, com quinze horas-aula e Iniciação ao Pensamento Científico: problematizações epistemológicas, com quarenta e cinco horas-aula, perfazendo o total de 240 horas-aula:

Tabela 7. Componentes do Núcleo Obrigatório Comum

NÚCLEO OBRIGATÓRIO COMUM DA UNILAB	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	C/H
Inserção à Vida Universitária	Não	4	15
Iniciação ao Pensamento Científico, Problematizações Epistemológicas	Não	4	45
Leitura e Produção de Texto I	Não	4	60
Leitura e Produção de Texto II	Não	4	60

Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	Não	4	60
TOTAL	-----	16	240

11.2. Núcleo Obrigatório Interdisciplinar

As disciplinas que compõem o Núcleo Obrigatório Interdisciplinar objetivam iniciar os/as graduandos/as na investigação científica e em abordagens críticas sobre as humanidades, além das histórias e culturas dos povos que pertencem à CPLP. Dentro desse contexto, as relações entre o Brasil e o continente africano são estudadas de forma particular. Inclui as disciplinas obrigatórias abaixo, cada uma com sessenta horas-aula, perfazendo o total de 240 horas-aula:

Tabela 8. Componentes do Núcleo Obrigatório Interdisciplinar

NÚCLEO OBRIGATÓRIO COMUM INTERDISCIPLINAR	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	C/H
Introdução às Relações Internacionais	Não	4	60
Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I	Não	4	60
Processos Coloniais e a Construção da Modernidade	Não	4	60
Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social	Não	4	60
Total de carga horária do semestre	-----	16	240 h/a

11.3. Núcleo Obrigatório Específico da Área de Relações Internacionais

O Núcleo Obrigatório Específico da Área de Relações Internacionais, que visa à formação profissional, se organiza em: disciplinas obrigatórias específicas de Relações Internacionais;

disciplinas obrigatórias de suporte; atividades de formação profissional e complementares; disciplinas optativas ofertadas pelo curso; disciplinas eletivas que podem ser realizadas em outros cursos da UNILAB e disciplinas optativas de língua inglesa.

11.3.1. Disciplinas específicas de Relações Internacionais

A organização do currículo das disciplinas específicas de Relações Internacionais segue os princípios pedagógicos definidos pelo Ministério da Educação relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Relações Internacionais, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017. Neste sentido, a composição do currículo inclui disciplinas que abordam um conjunto de conteúdos básicos, e que podem ser divididas em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si, a saber: I - Eixo de Formação Estruturante; II - Eixo de Formação Interdisciplinar; III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional; IV - Eixo de Formação Complementar. De acordo com os Eixos indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Relações Internacionais, as disciplinas obrigatórias e optativas que compõem este PPC estão inclusas nos Eixos da seguinte forma:

❖ **Disciplinas e/ou atividades que dialogam com a abordagem do Eixo I, vinculado à Formação Estruturante:**

- Análise da Política Externa Brasileira
- Direito Internacional I;
- Direito Internacional II;
- Economia Política Internacional;
- Estudos estratégicos e de defesa nas Relações Internacionais
- História das Relações Internacionais I;
- História das Relações Internacionais II;
- Organizações Internacionais;
- Política Externa Africana Contemporânea;
- Política Externa do Brasil na América Latina;
- Política, Diplomacia e Relações internacionais;
- Processos de Integração Regional
- Segurança Internacional e Estudos Estratégicos;
- Sistema ONU e os desafios do multilateralismo

- Teoria das Relações Internacionais I;
- Teoria das Relações Internacionais II;
- Teoria política contemporânea
- Tópicos Avançados da Política Externa Brasileira na África

❖ Disciplinas e/ou atividades que dialogam com a abordagem do **Eixo II**, vinculado à Formação **Interdisciplinar**:

- Cosmopolitismos Críticos
- Dinâmica e desafios dos processos migratórios
- Direito Internacional Ambiental
- Direito, Guerra e Política nas Relações Internacionais
- Economia Política da Segurança Alimentar Global
- Filosofia das Relações Internacionais
- Gênero, Relações Internacionais e Desenvolvimento Africano
- Geografia Política e Geopolíticas do Sul global;
- Imigração, Raça, Etnicidade e Relações Internacionais
- Panafricanismo e Política Internacional
- Política de Gênero, Raça e Relações Internacionais
- Sociedade Civil Organizada Global
- Sociologia das Relações Internacionais
- Tópicos Especiais sobre o Tribunal Penal Internacional
- Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais I
- Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais II

❖ Disciplinas e/ou atividades que dialogam com a abordagem do **Eixo III**, vinculado à **atividade profissional**:

- Análise das Relações Internacionais Contemporâneas;
- Análise das Relações Sul-Sul;
- Análise dos conflitos, guerras e processos de integração regional na África
- Inglês: Língua e Cultura
- Laboratório de Análise Internacional I;

- Laboratório de Análise Internacional II;
- Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
- Língua Inglesa para Fins Acadêmicos I
- Língua Inglesa para Fins Acadêmicos II
- Pesquisa em Relações Internacionais I
- Planejamento de políticas públicas
- Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África;
- Política Internacional dos EUA e da União Europeia
- TCC I
- TCC II
- TCC III
- Tópicos avançados sobre Trajetórias internacionais do continente africano
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Agronomia e produção de alimentos
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Cultura, Educação e Desenvolvimento
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Economia e Comércio internacional
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Energia, Tecnologia e desenvolvimento sustentável
- Tópicos Especiais em Cooperação na América Latina

Disciplinas e/ou atividades que dialogam com a abordagem do **Eixo IV**, vinculado à **Formação Complementar**:

- Estágio supervisionado;
- Atividades de Extensão.

11.3.2. O Trabalho de Conclusão de Curso

Aqui se incluem três disciplinas obrigatórias ofertadas pelo curso de Relações Internacionais voltadas para a elaboração do TCC, com sessenta horas-aula cada uma, totalizando 180 horas-aula:

- ❖ TCC I;
- ❖ TCC II;
- ❖ TCC III.

O TCC consiste em pesquisa individual orientada, na área de conhecimento e da formação do profissional de Relações Internacionais, podendo ser resultado de um desdobramento do trabalho de iniciação científica. Seu objetivo geral é propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à revisão e à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das Relações Internacionais. O desenvolvimento do trabalho de conclusão do Curso de Relações Internacionais da UNILAB deverá ocorrer nas disciplinas de pesquisas interdisciplinares em humanidades do curso de BIH e do curso de Relações Internacionais, TCC I, TCC II e TCC III. O Projeto de TCC deverá ser entregue como trabalho de conclusão da atividade de TCC I. A versão final do TCC deverá ser entregue na disciplina TCC III. O discente somente poderá realizar a defesa de seu trabalho, perante a banca, após a aprovação nas três disciplinas destinadas à elaboração do TCC. Os professores orientadores de trabalhos de conclusão de curso devem ser membros do quadro docente da UNILAB, preferencialmente do Curso de Relações Internacionais, ou colaboradores da instituição. O TCC é defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pelo coordenador do curso de Relações Internacionais. As sessões de defesa de TCC são públicas. Além das regras mencionadas, os trabalhos de conclusão de curso devem obedecer às normas da universidade e normas complementares do referido curso. Devem estar em conformidade com a Resolução CNE/CES n.o 04/2017, especificamente com o disposto no Art. 8o; obedecendo ainda às resoluções específicas referentes à elaboração do TCC da UNILAB, em especial a Resolução N° 11/2017/CONSUNI, de 02 de maio de 2017, que aceita como modalidades de TCC: monografia, artigo científico, livro ou capítulo de livro ou outras modalidades de produções

científicas, artísticas e didáticas. produções imagéticas (que deverão vir acompanhadas de produção textual que as fundamentem teórico-metodologicamente).

11.3.3. Atividades de formação profissional

Nesta área do currículo também estão previstas atividades de formação profissional, que compõem a estrutura curricular com atribuição de créditos, no total de 620 horas:

- ❖ Estágio supervisionado (4 créditos por disciplina de 60h/a; totalizando 8 créditos e 120 horas);
- ❖ Atividades complementares (185 horas)
- ❖ Atividades de extensão (315 horas).

11.3.3.1. Atividades Complementares

As atividades complementares, de acordo com a Resolução No 20/2015 (que altera parcialmente a Resolução No. 24/2011), são práticas acadêmicas que têm por objetivo diversificar o processo de ensino-aprendizagem, propiciando vivências significativas por meio da participação do estudante em espaços de formação social, humana e cultural; articulando teoria e prática, contribuindo, assim, para a sua formação profissional e cidadã, bem como a ampla compreensão dos processos histórico-culturais e sociais.

São consideradas Atividades Complementares para efeito de integralização curricular as ações de ensino, pesquisa e extensão, conforme as especificações nos grupos descritos a seguir:

Bloco I: Atividades Complementares de formação social, humana e cultural, contemplando:

- a) atividades esportivas;
- b) participação em atividades artísticas e culturais;
- c) cursos de línguas estrangeiras;
- d) participação na organização e gestão de mostras e seminários de cunho artístico ou cultural;
- e) participação com o expositor em exposição artística ou cultural;

f) participação voluntária em Projetos e/ou programas vinculados ao Programa Integrado de Bolsas da UNILAB (PIB) afins com as atividades pertencentes a esse grupo.

Bloco II: Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, contemplando:

a) participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

b) participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos, seminários técnico-científicos e/ou correlatos;

c) participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

d) participação na produção de publicações em jornais, revistas técnico-científicas, anais de eventos técnico-científicos;

e) estágio não obrigatório na área dos cursos;

f) participação em Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica, Economia Solidária e/ou correlata;

g) participação voluntária em projetos e/ou programas registrados institucionalmente ou vinculados ao programa Integrado de Bolsas da UNILAB (PIB) afins com atividades pertencentes a esse grupo.

Bloco III: Participação em atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo, contemplando:

a) atuação em Diretórios e/ou Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, em Colegiados internos à Instituição;

b) engajamento em trabalhos voluntários e atividades comunitárias, associações de bairros, assentamentos rurais;

c) participação em atividades socioeducativas; envolvimento, como iniciação à docência não remunerada, em cursos preparatórios e reforço escolar;

d) participação voluntária em projetos e/ou programas vinculados ao Programa Integrado de Bolsas da UNILAB (PIB) afins com as atividades pertencentes a esse grupo;

e) participação na organização e gestão de mostras e seminários de cunho comunitário e de interesse coletivo.

Competirá à Coordenação de Curso de graduação planejar e implementar, quando couber; acompanhar; avaliar e integralizar o aproveitamento das atividades complementares aprovadas pelo colegiado do Curso, conforme o calendário acadêmico letivo.

A Coordenação de Curso poderá, com aquiescência da instância colegiada, nomear docente responsável pela operacionalização da integralização das Atividades Complementares. Tais atividades serão codificadas, para efeito de registro acadêmico, e descritas no histórico escolar do discente.

No caso de discentes ingressos por meio de transferência de outra IES e/ou demanda de Curso, a Coordenação de Curso realizará a avaliação das Atividades Complementares, por ventura já convalidadas pela instituição de origem, podendo as mesmas serem total ou parcialmente consideradas, em conformidade com as normalizações internas dos Cursos e com as Resoluções 24/2011 e 20/2015.

A integralização das Atividades Complementares apresentadas pelos discentes devem observar os seguintes aspectos e critérios para validação da participação dos estudantes nas Atividades Complementares:

- I– comprovação física (certificados, declarações etc.);
- II– serem reconhecidos institucionalmente como compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como com o período cursado pelo discente ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- III– a carga horária de Atividades Complementares não poderá ser substituída por outros componentes curriculares.

A carga horária mínima obrigatória destinada às Atividades Complementares para fins de integralização curricular nos Cursos será o mínimo de duzentas horas.

As atividades complementares poderão ser realizadas na própria UNILAB, em instituições públicas de ensino superior parceiras, em organizações públicas e/ou privadas conveniadas, conforme planejamento e/ou acompanhamento da Coordenação de Curso.

Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pela instância colegiada de Curso.

11.3.3.2. Atividades de Extensão

As atividades de extensão, de acordo com a Resolução nº 7, de dezembro de 2018, são atividades que se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em

processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. As atividades de extensão, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - programas;

II - projetos;

III - cursos e oficinas;

IV - eventos;

V - prestação de serviços

As atividades de extensão são parte integral da formação, compondo a componente curricular obrigatória, contabilizando um total de **315 horas obrigatórias** a serem devidamente comprovadas com certificados ou declarações que especifiquem as atividades e as quantidades de horas-aula. Os processos de registro, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das atividades de extensão devem ser informados à coordenação.

Caberá à Coordenação do curso supervisionar e homologar as atividades, sendo essas divididas em: participação em atividades de extensão previstas na graduação; facilitação ou monitoria de curso de extensão; participação em exposições, espetáculo, projeção de filmes ou vídeos que visem a difusão cultural e o aperfeiçoamento da cidadania, dentre outras. Levando-se em conta a peculiaridade de curso de Relações Internacionais, a coordenação do curso zelará pela instalação de um Laboratório de Análise Internacional que funcionará como disciplina e, ao mesmo tempo, incentivará a criação de empresas-juniores para realização de atividades de pesquisa, estágio, atividades complementares e de atividades extensão.

O Curso de Relações Internacionais afirma o seu compromisso com a criação de grupos de pesquisa no âmbito das temáticas de interesse para o próprio Curso e para a UNILAB; prever a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção de conhecimento, de acordo com a Resolução nº 27/2011, bem como conforme a Resolução CNE/CES nº. 07/2018. As atividades complementares e de extensão aceitas são elencadas na Tabela 8 abaixo.

Tabela 8. Atividades complementares e de extensão por equivalência de carga horária integralizada e cargas horárias mínima e máxima em cada bloco.

Atividade Complementares (185 h/a)	Equivalência	CH Mínima	CH Máxima
Atividades de formação social, humana e cultural		20	120
Participação em eventos artísticos e culturais — visita a exposições museológicas, participação em festivais e mostras culturais e em grupos artísticos, participação em cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.)	direta	-	120
Apresentação ou organização de eventos artísticos e culturais — curadoria de exposições, organização de festivais e mostras culturais, organização e facilitação de cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.), atuação ou direção de espetáculos teatrais ou musicais, exposição de trabalhos artísticos (visuais ou audiovisuais) coletiva ou individualmente	20 h / temporada	-	120
Participação em eventos desportivos, da UNILAB e outros de natureza pública como atleta ou técnico	direta	-	120
Atividades de iniciação científica, tecnológica ou de formação profissional		20	120
Participação em programa oficial de monitoria (como bolsista ou voluntário)	60 h / semestre	-	120
Participação em atividades de iniciação à pesquisa em programas como PIBIC, PET ou PIBIT (como bolsista ou voluntário), ou em grupos de pesquisa sediados na UNILAB	60 h / semestre	-	120

Participação em congressos, encontros e colóquios acadêmicos; grupos de pesquisa; Laboratório de Análise Internacional	Direta	-	120
Apresentação de trabalhos em congressos, encontros e colóquios	20 h / trabalho	-	120
Publicação de resumos ou resumos expandidos em eventos acadêmicos	40 h / trabalho	-	120
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos acadêmicos, artigos de periódicos acadêmicos (constantes da base de dados Qualis da Capes), capítulos de livros em editora universitária ou com conselho editorial	80 h / trabalho	-	120
Participação em cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	Direta	-	120
Facilitação de cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	4 h / hora	-	120
Participação em bancas de defesa de graduação ou pós-graduação	2 h / evento	-	120
Participação em programas PBIDIN e PROBTI	60 h / semestre	-	120
Participação em atividades associativas e de cunho comunitário		20	120
Participação em Órgãos Colegiados da UNILAB	30 h / semestre	-	120
Participação em comissões de trabalho da UNILAB	20 h / comissão	-	120

Participação em entidade estudantil; empresa júnior de RI	40 h / semestre	-	120
Participação em organizações da sociedade civil — participação em associações, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e demais organizações da sociedade civil	40 h / semestre	-	120
Atividades de extensão (315 h/a)		200	315
Participação em projeto ou programa de extensão (projetos de pesquisa aplicada, consultorias, assessorias técnicas e profissionais, cursos)	80 h / semestre	-	315
Participação em curso de extensão não previstos nas atividades de graduação (cursos, encontros, conferências/ palestras destinados à comunidade externa e/ou interna)	Direta	-	315
Participação em atividades de extensão (demandas da comunidade em geral)	Direta	-	315
Facilitação ou monitoria de curso ou atividade de extensão	4 h / hora	-	315
Difusão cultural que visem ampliar o acesso à cultura e o aperfeiçoamento da cidadania (espetáculos, exposições, projeções de vídeo e filmes, utilização de comunicação de massa, publicações, palestras, encontros, oficinas de trabalho, concursos, festivais, etc.)	Direta	-	315

11.3.3.3. Campo de atuação para os/as estudantes de Relações Internacionais e Estágio Supervisionado

De acordo com a Resolução nº 15/2017 do Consuni da UNILAB, define-se que o Estágio Supervisionado é a “atividade acadêmica de inserção dos discentes da graduação em ambientes de trabalho relativos à sua área de formação, para o exercício de atividades profissionais fundamentadas em uma prática reflexiva e em consonância com a missão da UNILAB, que colaborem para o desenvolvimento técnico, científico, cultural e de relacionamento humano dos discentes”. Previsto neste PPC como disciplina a ser cursada, o Estágio Supervisionado tem caráter obrigatório e tem como objetivos:

- i. Viabilizar experiências profissionais diversificadas na(s) área(s) de abrangência do curso, por meio de atividades planejadas, orientadas e avaliadas, compreendidas como meios de aprimoramento da formação acadêmica e profissional;
- ii. Desenvolver a competência técnico-científica por meio de circunstâncias reais, experiências coletivas e cotidianas de trabalho;
- iii. Possibilitar a formação de profissionais autônomos, responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento socialmente justo e a transformação das realidades que compõe a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ainda de acordo com a Resolução nº 15/2017 do Consuni da UNILAB, a disciplina de Estágio Supervisionado conta com uma Coordenação de Estágios, que terá como incumbências:

- i. Buscar ativamente potenciais partes concedentes que interessem ao curso, contatá-las, avaliar as instalações e os métodos empregados na parte concedente, e sugerir ao coordenador do curso a celebração de convênios;
- ii. Acompanhar o processo de celebração de convênios entre as partes concedentes e a Pró-Reitoria de Relações Institucionais, recorrendo sempre que necessário ao coordenador do curso;
- iii. Divulgar as oportunidades de estágio para a comunidade acadêmica;
- iv. Organizar, a cada período letivo, as oportunidades de estágio, os grupos de discentes estagiários e os docentes orientadores, com o auxílio do coordenador de curso;

- v. Supervisionar a elaboração e a execução dos planos de estágios, secundado pelos respectivos orientadores;
- vi. Assinar os termos de compromisso de estágio e homologar os relatórios de atividades entregues pelos discentes estagiários, após avaliação pelo respectivo orientador de estágio;
- vii. Assessorar as partes concedentes, em especial os supervisores de estágio, sobre o acompanhamento e o desenvolvimento das atividades de estágio;
- viii. Manter reuniões periódicas com os orientadores de estágio e propor alternativas para solucionar eventuais dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades de estágio;
- ix. Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regulamento e da legislação vigente.
- x. Na ausência do coordenador de Estágio, o coordenador de Curso assume as suas competências.

As competências elaboradas ao longo do Bacharelado em Relações Internacionais permite aos/as egressos/as adquirir colocações profissionais no mercado laboral local, regional, nacional ou internacional. O trabalho no campo das Relações Internacionais exige a capacidade de construção e análise de cenários políticos e econômicos que ultrapassam fronteiras, e a formulação de estratégias adequadas para tomada de decisão. Trata-se de uma formação que demanda uma visão ampla e crítica, considerando as dinâmicas interligadas do mundo global que articulam pessoas, capitais e instituições.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) legitima a importância da atividade de monitoria na formação dos estudantes do ensino superior quando prevê que “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos. (BRASIL,1996, Art. 84). Da mesma forma, a Lei 11.788/2008, conhecida como Lei de Estágios, em seu Art. 1 § 3º, permite que as experiências de pesquisa, extensão e monitoria possam ser equiparadas ao estágio. Neste sentido, a Coordenação de Estágios pode acolher a participação de discentes nestas práticas acadêmicas, desde que estejam voltadas para a formação profissional na área e sejam coordenadas por docentes do colegiado do Bacharelado em Relações Internacionais.

O curso de Relações Internacionais da UNILAB formará profissionais capacitados para exercer uma variedade de funções, como, por exemplo:

- ✓ Análise de conjunturas nacionais, regionais e globais;
- ✓ Docência e pesquisa no campo das Relações Internacionais e áreas correlatas;
- ✓ Formulação de cenários e estratégias de inserção internacional, tanto para o setor público quanto para o setor privado;
- ✓ Negociações de acordos, mediação e resolução de conflitos regionais e internacionais;
- ✓ Formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas e projetos de cooperação internacional;
- ✓ Formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de projetos sociais, bem como atuando na área da captação/mobilização de recursos para projetos.

Dentro das funções acima elencadas, é possível a atuação em: órgãos governamentais (ministérios, departamentos ou secretarias) voltados às relações internacionais; chancelaria e carreira diplomática; organizações inter-governamentais; organizações não-governamentais e do Terceiro Setor; empresas privadas ligadas a área; universidades; Institutos de Pesquisa e Consultorias; *Think Tanks*; meios de comunicação; redes e coletivos associados à construção e difusão do conhecimento.

A UNILAB tem constituído, ao longo dos anos, diversos acordos e convênios, através de sua Pró-reitoria de Relações Institucionais, e que também preveem no seu escopo de objetivos a instalação de vagas para estágio de seus estudantes. No nível municipal destacam-se os convênios com as prefeituras de São Francisco do Conde, Candeias e Santo Amaro. Em paralelo, a Coordenação de Estágios, como atividade contínua prevista na Resolução 15/2017 do Consuni da UNILAB, segue tratativas para a viabilização de outros acordos com instituições locais, além de assessorar os/as discentes em processos seletivos locais, regionais e nacionais e fornecer uma agenda de atividades formativas voltada a temáticas profissionais na área das Relações Internacionais.

O acompanhamento da disciplina é seriado, através de reuniões coletivas com discentes e em plantões semanais para atendimento de demandas individuais. As duas disciplinas, Estágio Supervisionado I e II, possuem carga horária obrigatória de 60h cada, sendo ofertadas no quinto e sexto semestres, respectivamente. Dentro de cada período há também acompanhamento para a construção dos relatórios de comprovação de carga horária e relatório final da experiência discente daqueles que estejam vinculados a estágios extra-universidade.

11.3.4 . Disciplinas Optativas ofertadas pelo curso de Relações Internacionais

As disciplinas optativas estão padronizadas em quatro créditos cada. O estudante deve cursar sete disciplinas de sessenta horas para totalizar quatrocentas e vinte horas-aula, entre as quais se recomenda que faça pelo menos uma de língua inglesa e uma de libras. Essa parte do curso está organizada a partir dos eixos de disciplinas descrito na página 54 deste documento.

11.3.5 . Disciplinas Eletivas ofertadas por outros cursos da UNILAB

Ao longo da sua formação e, conforme a política da flexibilização do currículo da UNILAB, o formando cursará cinco disciplinas de sua livre escolha, cada uma de sessenta horas, totalizando 300 horas. O cumprimento dessa carga horária tem como objetivo propiciar aos estudantes uma formação aberta e interdisciplinar por meio do contato com conteúdos basilares de campos dos conhecimentos correlatos ao campo dos estudos das Relações Internacionais.

12. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Em cumprimento ao que estabelece a Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no Brasil, e em conformidade com o que orienta a Resolução CNE/CES nº 04, de 04 de outubro de 2017, que trata das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais, os estudantes do Bacharelado em Relações Internacionais deverão cumprir sua carga horária de disciplinas presenciais, sem a adoção de disciplinas em modalidade à distância, da seguinte maneira:

Tabela 9. Detalhamento: núcleo obrigatório comum da UNILAB.

DISCIPLINA	CH	Teoria/ Prática	CÓDIGO	PRÉ- REQUISITO
Inserção à Vida Universitária	15	4.0	-	Não

Iniciação ao Pensamento Científico	45	4.0	-	Não
Leitura e Produção de Texto I	60	4.0	-	Não
Leitura e Produção de Texto II	60	4.0	-	Não
Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60	4.0	-	Não
Total de carga Horária do Semestre	240			

Tabela 10. Detalhamento: Núcleo Obrigatório Interdisciplinar

DISCIPLINA	CH	Teoria/ Prática	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
Processos Coloniais e a Construção da Modernidade	60	4.0	-	Não
Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I	60	4.0	-	Não
Introdução às Relações Internacionais	60	4.0	-	Não
Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social	60	4.0	-	Não
Total de carga Horária do Semestre	240	16		

Tabela 11. Detalhamento: Componentes da formação básica em Relações Internacionais

1º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
			O	

COM1	Inserção à Vida Universitária	15	BHUM000 1	Não
COM1	Iniciação ao Pensamento Científico	45	BHUM000 2	Não
COM1	Leitura e Produção de Texto I	60	BHUM000 5	Não
COM1	Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60	BHUM000 3	Não
COM2	Introdução às Relações Internacionais	60	BHUM000 8	Não
DRI	História das Relações Internacionais I (HRI 1)	60	CBRIM01 03	Não
COMU2	Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social	60	BHUM001 1	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	40	-	Não
	Carga Horária do Semestre	460		

2º SEMESTRE

COM1	Leitura e Produção de Texto II	60	BHUM001 0	Leitura e Produção de Texto I
COMU2	Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I	60	BHUM000 7	Não
DRI	Teoria das Relações Internacionais I (TRI I)	60	CBRIM01 01	Não
DRI	História das Relações Internacionais II	60	CBRIM02 03	HRI I

COM2	Processos Coloniais e a Construção da Modernidade	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	40	-	Não
	Carga Horária do Semestre	400		

3º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Teoria das Relações Internacionais II	60	CBRIM0201	TRI I
DRI	Direito Internacional I (DI 1)	60	CBRIM0102	Não
DRI	Economia Política Internacional	60	CBRIM0104	Não
DRI	Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global	60	CBRIM0303	Não
DRI	Organizações Internacionais	60	CBRIM0302	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	Não
	Carga Horária do Semestre	390		

4º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Direito Internacional II	60	CBRIM0202	DI I

DRI	Política Externa do Brasil na América Latina	60	CBRIM03 01	Não
DRI	Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais	60	CBRIM03 04	Não
DRI	Segurança Internacional e Estudos Estratégicos	60	CBRIM04 03	Não
ORI	Optativa I	60	-	Não
ELE	Eletiva I	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	Não
	Carga Horária do Semestre	450		

5º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Análise das Relações Internacionais	60	CBRIM04 01	Não
DRI	Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África	60	CBRIM04 02	Não
DRI	Política Externa Africana Contemporânea	60	CBRIM04 04	Não
ORI	Optativa II	60	-	Não
ELE	Eletiva II	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	50	-	Não
	Carga Horária do Semestre	350		

6º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Análise das Relações Internacionais Sul-Sul	60	CBRIM05 01	Não
ORI	Optativa III	60	-	Não
DRI	Optativa IV	60	-	Não
ELE	Eletiva III	60	-	Não
DRI	TCC I	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	25	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	Não
	Carga Horária do Semestre	355		

7º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Laboratório de Análise Internacional	60	CBRIM05 04	Não
ORI	Optativa V	60	-	Não
ORI	Optativa VI	60	-	Não
ELE	Eletiva IV	60	-	Não
DRI	TCC II	60	-	TCC I
DRI	Estágio Supervisionado I (ES I)	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	15	-	
	Carga Horária do Semestre	375	-	

8º SEMESTRE

DRI	Política, Diplomacia e Relações Internacionais	60	CBRIM06 01	Não
ORI	Optativa VII	60	-	Não
ELE	Eletiva V	60	-	Não
DRI	TCC III	60	-	TCC II
DRI	Estágio Supervisionado II (ES II)	60	-	ES I
	Carga Horária do Semestre	300	-	
	TOTAL GERAL	3080		

12. 1 Fluxograma de Integralização Curricular

O fluxo de integralização curricular do Bacharelado em Relações Internacionais será de 3.080 (três mil e oitenta) horas. A carga horária de disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas se distribui de forma distinta de acordo com a forma de ingresso. Para ingressantes via progressão de BIH, a formação se estrutura em duas fases: a primeira realizada durante o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades que incorpora disciplinas das dimensões do Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB e do Núcleo Obrigatório Interdisciplinar e, a segunda, vinculada à terminalidade e formação profissional em Relações Internacionais que incorpora as disciplinas da dimensão do Núcleo Obrigatório Específico de Relações Internacionais. Para ingressantes via entrada direta, a carga horária é distribuída em três fases: Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB, Núcleo Obrigatório Interdisciplinar e Núcleo Obrigatório Específico de Relações Internacionais.

A oferta de disciplinas contempla totalmente os conteúdos exigidos pela Resolução CNE/CES nº 04, de 04 de outubro de 2017, bem como oferece disciplinas de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em conformidade ao Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Também, as disciplinas do curso de Relações Internacionais oferecem conteúdos relacionados (1) à história e à cultura afro-brasileira, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, (2) ao debate sobre direitos humanos, em conformidade à Resolução CNE/CP nº 01 de 30 de maio de 2012, e (3) aos aspectos ambientais, consoante à Resolução CNE/CP nº 02 de 15 de junho de 2012.

Tabela 12: Fluxograma do Curso de Relações Internacionais

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Inserção à Vida Universitária (15h/a)*	Leitura e Produção de Texto II (60h/a)*	Teoria das Relações Internacionais II (60h/a)*	Direito Internacional II (60h/a)	Análise das Relações Internacionais I (60h/a)	Análise das Relações internacionais Sul-Sul (60h/a)	Laboratório de Análise Internacional (60h/a)	Política, Diplomacia e Relações Internacionais (60h/a)
Iniciação ao Pensamento Científico (45h/a)*	Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I (60h/a)*	Direito Internacional I (60h/a)	Política Externa do Brasil na América Latina (60h/a)	Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África (60h/a)	Optativa III (60h/a)	Optativa V (60h/a)	Optativa VII (60h/a)
Leitura e Produção de Texto I (60h/a)*	Teoria das Relações Internacionais I (TRI-I) (60h/a)*	Economia Política Internacional (60h/a)	Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais (60h/a)*	Política Externa Africana Contemporânea (60h/a)	Optativa IV (60h/a)	Optativa VI (60h/a)	Eletiva V (60h/a)
Sociedade, Diferença e Direitos humanos nos Espaços Lusófonos (60h/a)*	História das Relações Internacionais II (60h/a)	Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global (60h/a)**	Segurança Internacional e Estudos Estratégicos (60h/a)	Optativa II (60h/a)	Eletiva III (60h/a)	Eletiva IV (60h/a)	TCC III (60h/a)
Introdução às Relações Internacionais (60h/a)*	Processos Coloniais e a Construção da Modernidade (60h/a)	Organizações Internacionais (60h/a)**	Optativa I (60h/a)	Eletiva II (60h/a)	TCC I (60h/a)	TCC II (60h/a)	Estágio Supervisionado II (60h/a)
História das Relações Internacionais I (60h/a)	Atividades de Extensão (60h/a)	Atividades de Extensão (60h/a)	Eletiva I (60h/a)	Atividades de Extensão (50h/a)	Atividades de Extensão (25h/a)	Estágio Supervisionado I (60h/a)	
Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social (60h/a)*	Atividades Complementares (40h/a)	Atividades Complementares (30h/a)	Atividades de Extensão (60h/a)		Atividades Complementares (30h/a)	Atividades Complementares (15h/a)	
Atividades de Extensão (60h/a)			Atividades Complementares (30h/a)				
Atividades Complementares (40h/a)							

Total da Carga horária	460h	400h	390h	450h	350h	355h	375h	300h
-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

*Disciplinas obrigatórias que configuram os Núcleos Comum da Unilab e Interdisciplinar.

**Disciplinas que foram inseridas como núcleo optativo para os alunos durante o primeiro ciclo no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e que podem ser aproveitadas para o segundo ciclo, no Bacharelado em Relações Internacionais.

13. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Listam-se abaixo as disciplinas específicas ao curso de Relações Internacionais, sejam elas obrigatórias ou optativas e divididas pelos eixos temáticos.

13.1 DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM UNILAB

Inserção à Vida Universitária

Ementa: A UNILAB: criação, diretrizes, estrutura e funcionamento. O regime letivo e o regimento sobre avaliação e controle de frequência. Direitos e deveres do estudante de graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico curricular do curso e seu fluxograma.

Bibliografia Básica:

UNILAB. Resolução 27/2014: normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB.

UNILAB. Guia do Estudante de Graduação da UNILAB.

Disponível em <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf>

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Criação da UNILAB, nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

UNILAB. Estatuto 2020, em vigência a partir da Resolução Complementar nº03/2020/CONSUNI.

UNILAB. Regimento Geral, 2017, em vigência a partir da Resolução nº08/2017/CONSUNI.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. Bauru: Unesp, 2001.

GUIMARÃES, S.; FREIRE, P. **A África ensinando a gente**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Iniciação ao Pensamento Científico: Problematizações Epistemológicas

Ementa: A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. *Novas episteme* da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

CHALMERS, A. F. **Que coisa é essa chamada ciência, afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROSENBERG, A. **Introdução à filosofia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SAID, E. “A geografia imaginativa e suas representações: Orientalizando o oriental.” In: In: _____. **Orientalismo**. O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.85-113.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2012.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

SANTOS, B. “Entre Próspero e Caliban”. In: _____. **A gramática do tempo para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2010. pp.227-249.

Leitura e Produção de Texto I

Ementa: Reflexões sobre as noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, I. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

DISCINI, N. **Comunicação nos textos:** leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto:** leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar:

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: contexto, 2006.

MACHADO, A. R. (Org.). **Resumo.** São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Resenha.** São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Trabalhos de pesquisa:** diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Leitura e Produção de Textos II

Ementa: Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (*abstract*), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência, produção audiovisual etc.).

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2006.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar:

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. SP: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Bibliografia básica:

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

KODJO, Edem e CHANAIWA, David. Pan-Africanismo e Libertação. In: **História Geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO/MEC, 2010, p. 897-924.

KI-ZERBO, Joseph. et al. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 16.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia complementar:

CABRAL, Amílcar. **O papel da cultura na luta pela independência**. A Arma da Teoria. Unidade e Luta I. Lisboa: Seara Nova, 1978.

DAMATTA, Roberto. Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando. Uma introdução à Antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.58-85.

MARCONDES, Mariana (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. **Desconstrução das categorias “mulher” e “negro”**. Brasília, Série Antropologia, nº 133, 1992.

13.2 DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM DA UNILAB

Introdução às Relações Internacionais

Ementa: Introdução aos principais debates na área de relações internacionais. Crise global e a dinâmica do capitalismo financeiro. Ordem e desordem mundial. Conflito e segurança. Divisão Norte-Sul e reconfiguração da geopolítica mundial. Relações Sul-Sul. A globalização e a governança global.

Bibliografia básica:

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teoria e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

Bibliografia complementar:

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado; Ed. UNB, 2002.

FIORI, Luís José. **O Poder Global**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais: estudos de introdução**. 2.ed. Curitiba: 2004.

Metodologia da pesquisa interdisciplinar em Humanidades I

Ementa: Ciência e Ciências humanas: da emergência do método às críticas do final do século XX. Interdisciplinaridade e suas questões. Do tema ao objeto: problematização e delimitação. Conexões entre teoria e metodologia. Métodos e instrumentos: a construção dos dados e das fontes. A interdisciplinaridade no desenho metodológico da pesquisa. Introdução ao projeto de pesquisa: levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória.

Bibliografia básica:

DARNTON, R. A questão dos livros: passado, presente e futuro. São Paulo:

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MORIN, E. Interpolitransdisciplinaridade. In: **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 105-116.

Bibliografia complementar

CHALMERS, A. F. **Que coisa é essa chamada ciência, afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1999".

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2007.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

SANTOS, B. de S. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Graal, 1989. 176 p.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. [6. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2016. 343 p.

Processos coloniais e a construção da modernidade

Ementa: Tipologia das situações coloniais modernas e contemporâneas (povoamento e exploração, colônias e protetorados, administração direta e indireta, colonialismo, imperialismo e neocolonialismo). Eurocentrismo, religião e civilização na estruturação das sociedades coloniais e do Estado nas Américas, África e Ásia. Alterização, racialização e etnização. Instituições e métodos da administração colonial. Resistência e adaptação à dominação ocidental. Processos de independência e projetos de nação no século XIX (Américas) e no século XX (Ásia e África). Estado pós-colonial, modernização e disputas em torno da cidadania.

Bibliografia básica:

BOAHEN, A. A. (Org.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (História Geral da África, VII).

COOPER, F.; SCOTT, R. J.; HOLT, T. C. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, S. B. **Cada um na sua lei**: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

Bibliografia complementar:

AMSELLE, J.; M'BOKOLO, E. (Coords.). **Pelos meandros da etnia**: etnias, tribalismo e Estado em África. Lisboa: Pedago; Luanda: Mulemba, 2014.

BONILLA, H. **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. 426 p. ISBN 9788527106351 (broch.).

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHATTERJEE, P. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: Edufba, 2004.

CHESNEAUX, J. **A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.

Sociologia: desafios e perspectivas de intervenção social

Ementa: Breve história da constituição da sociologia ocidental/clássica e a sua relação com o campo das humanidades. Perspectivas teóricas e metodológicas da sociologia clássica e contemporânea. Sociologia, conscientização e cidadania. Aplicação da sociologia na resolução dos problemas nas áreas sociais, culturais, artísticas, educacionais, econômicas, políticas. Sociologia das desigualdades raciais e sociais. Juventude e participação política.

Bibliografia Básica:

BERGER, P. L. **A construção Social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRYM, R. et al. **Sociologia: Sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- ELA, J. **Investigação científica e crise da racionalidade** - Livro I. Lisboa: edições Pedagogo, 2016.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Bibliografia Complementar:**
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- ELA, J. **A Investigação Africana Face ao Desafio da Excelência Científica**. Livro II. Lisboa: edições Pedagogo, 2016.
- IANNI, O. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- PAIXÃO, M. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

13.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS OFERTADAS POR OUTRO CURSO

Língua Brasileira de Sinais – Libras

Ementa: A Libras e sua história. A cultura da libras e a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Os sujeitos surdos, sua história, sua identidade e sua cultura. O Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Laboratório em língua de sinais.

Bibliografia Básica:

- CAPOVILLA, F. et al. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas**: Novo Deit-Libras: 3. ed., rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2015.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- SOUZA, T. A. F. **Libras em Contexto**: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Bibliografia Complementar:

- DALLAN, S. S. **Signwriting**: sistema escrito para língua de sinais. 2008
O livro trata do mecanismo da escrita aplicada à língua de sinais
- DUBOC, M. J. Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n° 31, p119-130, jul/dez, 2004.
- KLEIMAN, Â.(org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2012
- SACKS, O. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Bibliografia Suplementar:

LIRA, G. de A.; SOUZA, T. A. F. de. **Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais.**

Língua Inglesa para Fins Acadêmicos I

Ementa: Desenvolvimento das habilidades e estratégias de leitura e compreensão de textos acadêmicos autênticos da Língua Inglesa. Noções introdutórias de produção de textos. Fatores de textualidade e intertextualidade na leitura e produção de textos de diferentes gêneros. Ideologia e construção de sentido.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, N. J. **Active:** Skills for reading. Book Intro. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

ANDERSON, N. J. **Active:** Skills for reading. Book 1. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental.** Módulo 1. Estratégias de Leitura. São Paulo: Texto Novo, 2004.

Bibliografia Complementar:

CRISTOVÃO, V. L. L. **Modelos didáticos de gênero:** uma abordagem para o ensino de língua estrangeira. Londrina: UEL, 2007.

KANE, T. S. **Essential guide to writing.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

SOUZA, A. G. F. *et al.* **Leitura em língua inglesa:** uma abordagem instrumental. São Paulo: DISAL, 2005.

PALTRIDGE, B; STARFIELD, S. **The Handbook of English for Specific Purposes.** West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013.

THOMPSON, P; TRIBBLE, C. Looking at citations: Using corpora in English for academic purposes. **Language learning and technology**, Michigan, v. 5, n. 3, p. 91-105, 2001.

Língua Inglesa para Fins Acadêmicos II

Ementa: Aprofundamento das habilidades e estratégias de leitura e compreensão de textos acadêmicos autênticos da Língua Inglesa. Produção de textos. Fatores de textualidade e intertextualidade na leitura e produção de textos de diferentes gêneros. Ideologia e construção de sentidos.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, N. J. **Active:** Skills for reading. Book 2. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

ANDERSON, N. J. **Active:** Skills for reading. Book 3. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental.** Módulo 2. Estratégias de Leitura. São Paulo: Texto Novo, 2004.

Bibliografia Complementar:

CHARLES, M.; PECURARI, D. **Introducing English for Academic Purposes.** Oxford: Routledge, 2016.

HYLAND, K. *et al.* (Ed.). **The Routledge handbook of English for academic purposes**. New York: Routledge, 2016.

JENKINS, J. **English as a lingua franca: Attitude and identity**. Oxford: Oxford University, 2007.

JORDAN, R. R. **English for academic purposes: a guide and resource book for teachers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PALTRIDGE, B. **Genre and English for Specific Purposes. Genre Across Borders: an international interdisciplinary network of researchers, theories and resources**, Waterloo, 2011.

13.4 DISCIPLINAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

13.4.1 EIXO FORMAÇÃO ESTRUTURANTE

Análise de Política Externa Brasileira

Ementa: Análise do processo de formulação da Política Externa Brasileira e da inserção internacional do Brasil no mundo contemporâneo. Análise da influência dos grupos de pressão nacionais no processo de formulação da Política Externa Brasileira. Analisar a estratégia de busca por autonomia pela diversificação e multilateralização das relações internacionais. Os debates em torno do projeto do Brasil “potência”. A liderança continental e regional. Descrever os projetos e debates contemporâneos sobre a Política Externa do Brasil, o projeto do Brasil potência, a liderança regional na América do Sul, a questão da Integração Regional e os principais eixos das relações Sul-Sul. Perspectivas para a diplomacia brasileira e para o Brasil no sistema de governança global contemporâneo. Análise da Política Externa brasileira para o processo de integração regional (da OPA a ALADI, do Mercosul a UNASUL).

Bibliografia básica:

ALSINA JÚNIOR, J. P.. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. MELLO, L. I. A. **Quem tem medo de Geopolítica?** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. (orgs.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VISENTINI, P. G. F. **A Projeção Internacional do Brasil (1930-2012)**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

Bibliografia complementar:

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

FIGUEIRA, A. R. **Introdução à Análise de Política Externa**. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

KLEIN, M.; MILANI, C. R.; MUNOZ, E. E. ; DUARTE, R. . **Atlas da Política Externa Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. v. 1. 135p .

DEITOS, M. A. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil a participação do Empresariado Nacional**. Porto Alegre: Editora Uniritter, 2012.

SARAIVA, J. F.; CERVO, A. L. (orgs.). **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: FUNAG 2005.

Direito Internacional I

Ementa: Introdução ao Direito Internacional. Definição do Direito Internacional Público: objeto, taxonomia e conteúdo de normas. Sujeitos de Direito Internacional (Estados, Organizações Internacionais e Indivíduos). Personalidade em Direito Internacional Público: os Estados, as organizações intergovernamentais, a pessoa humana, situações particulares. Fontes do DIP: tratados, o costume, a jurisprudência, os princípios gerais de direito, a doutrina, atos unilaterais dos Estados e resoluções de organizações intergovernamentais. Reconhecimento de Estado e de Governo e Sucessão de Estados. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional. Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional.

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, H; SILVA, G.E. do Nascimento; CASELLA, Paulo B. **Manual de Direito Internacional Público**, 22ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ARIOSI, M. **Conflitos entre tratados internacionais e leis internas: o Judiciário e a Nova Ordem Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

REZEK, J. F. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

CANÇADO, A. **O Direito Internacional em um Mundo em Transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DINH, N.; DAILLIER, P.; PELLET, A. **Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDEIROS, A. P. **Desafios do Direito Internacional Contemporâneo**. Brasília: FUNAG, 2007.

NASSER, S. **Fontes e Normas do Direito Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 16 ed.

Direito Internacional II

Ementa: Organizações internacionais regionais. Mercosul e União Africana: formação, estrutura e ordem jurídica. OMC: ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias. Organizações estratégicas: UNASUL, BRICS e G20. Organizações Internacionais universais:

Organização das Nações Unidas Corte Internacional de Justiça e Corte Permanente de Arbitragem. Evolução da posição brasileira no âmbito da ONU. Tribunais internacionais criados no âmbito da ONU e Responsabilização Internacional.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, E. A. **Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional**. 4 ed. Revisada e atualizada. Curitiba: Juruá, 2015.

CAMPOS, J. M. C. **Manual de Direito Comunitário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

KLOR, A. D.; PIMENTEL, L. O.; KEGEL, P. L.; BARRAL, W. **Solução de controvérsias OMC, União Europeia e Mercosul**. Rio de Janeiro: KonradAdenauer, 2004.

OCAMPO, R. **Direito internacional público da integração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Bibliografia Complementar:

DOLINGER, J. **Direito Internacional Privado**. 11ed. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2014.

FERREIRA, L. P. **Estado, globalização e integração regional: políticas exteriores de desenvolvimento e inserção internacional da América Latina no final do século XX**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

GARCIA, E. **O sexto membro permanente: O Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

KOLB, R. **An Introduction to the Law of the United Nations**. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2010.

RANGEL, V. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Economia Política Internacional

Ementa: A evolução da Economia Política Internacional, aspectos teóricos e conceituais. Teorias econômicas sobre hegemonia, ordem mundial e mudança histórica. Interpretações sobre a evolução e dinâmica do sistema interestatal capitalista. Sistema financeiro internacional e o mercado internacional de moedas. Economia Política Internacional e Desenvolvimento desigual. Impactos econômicos de conflitos e crises no continente africano. África contemporânea: inserção internacional do continente na economia global, fontes endógenas e exógenas de crescimento, desafios para o desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

AMIN, S. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

CHANG, H-J. **Chutando a escada: estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**, Alta Books, 2005.

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Bibliografia Complementar:

ARRIGUI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**, Ed. Contraponto, 2012.

EICHENGREEN, B. **Globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**, A - 2. ed. / 2012.

NETTO, P.J. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editoria: 8. ed., 2017.

POLANYI, K.A. **A grande transformação: As origens de nossa época**. Ed. Edições, 2016.

VIDAL, G.; GUILLÉN, A. (coord.). **Repensar la Teoría del Desarrollo en un Contexto de Globalización**. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: Clacso, 2008.

Estudos Estratégicos e defesa nas Relações Internacionais

Ementa: Conceitos de estratégia e defesa no campo dos estudos estratégicos. Disputas entre as grandes potências, estratégia, segurança e o problema das causas da Guerra. Polaridade, polarização e padrões de amizade e inimizade entre os Estados. O problema das relações entre as grandes potências. A geopolítica de poder no Sistema Internacional pós-guerra Fria e os desafios de segurança e defesa do século XXI. Os desafios de segurança e defesa do Brasil e da América do Sul: Amazônia, Pré-Sal, Integração Regional e o problema da ameaça das grandes potências extra regionais. Integração regional nos campos de segurança e defesa e o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano. Geopolítica da inserção do Brasil e da América do Sul no novo cenário Internacional e o papel estratégico da UNASUL.

Bibliografia básica:

BUZAN, B.; HANSEN, L.. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BAYLYS, J.; Wirtz, J.; COHEN, E.; GRAY, C. S. **Strategy in the Contemporary World (An Introduction to Strategy Studies)**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Bibliografia complementar:

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Ed. Unb/IPRI, 2001.

D'ARAÚJO, M. C.. **Militares, Democracia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2011.

KEEGAN, J. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MEARSHEIMER, J. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

PENHA, E. A.. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011. 244 p.

História das Relações Internacionais I

Ementa: Introdução ao campo da História das Relações Internacionais e aos conceitos básicos da disciplina. Exame da História das Relações Internacionais a partir da Paz de Westphalia, com ênfase na evolução do sistema de Estados. As independências latinoamericanas no século XIX, a Revolução Industrial e a formação do capitalismo industrial, o Imperialismo e

neocolonialismo na América Latina e a colonização da África dos anos 1870 até a I Guerra Mundial.

Bibliografia básica:

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848.** 25. ed. rev. São Paulo: Companhia das letras, 2010. 535 p.

LESSA, A. C. **História das relações internacionais: a pax britannica e o mundo do século XIX.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SARAIVA, J. F. (org.), **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização,** São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia complementar:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX.** Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FERRO, M. **História das colonizações. Das conquistas as independências: séculos XIII a XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PAMPLONA, M.A.; DOYLE, D. H., **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX,** Rio de Janeiro: Record, 2008.

WATSON, Ad. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa.** Brasília: UNB, 2004

TILLY, C.. **Coerção, Capital e Estados Europeus,** São Paulo: EDUSP, 1996.

História das Relações Internacionais II

Ementa: História das Relações Internacionais no século XX, desde a Primeira Guerra Mundial, o período entre guerras e a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, Conferência de Bandung, descolonização asiática e africana, o colapso da União Soviética e suas consequências para o Sistema internacional pós-Guerra Fria.

Bibliografia básica:

AMIN, S. **Os desafios da Mundialização.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

DUROSELLE, J-B. **Todo império perecerá.** Brasília: Editora UnB, 2000.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos 1914-1991.** 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências.** Lisboa: Edições Europa-América, 1990

TODD, E. **Depois do Império. A decomposição do sistema americano.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

Bibliografia complementar:

M'BOKOLO, E. **África negra. História e civilizações.** São Paulo/Salvador: EdUFBA/Casa

das Áfricas, 2009

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. S. Paulo: Ed. Campus, 2000.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Vol 1. Brasília: IBRI, 2001.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J-B. **Introduction a la história de las relaciones internacionales**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.

VISENTINI, P. G.; PEREIRA, A. D. **História do Mundo Contemporâneo: Da Pax britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Organizações Internacionais

Ementa: Definição e características. Responsabilidade. Sucessão. Direito das convenções e de legação. Classificação. Imunidades e privilégios. Estabelecimentos públicos internacionais. Evolução histórica – a Liga das Nações. A Organização das Nações Unidas (ONU) – origem, história, composição e estrutura. O papel da ONU no mundo contemporâneo. Organização Mundial do Comércio. Organizações internacionais especializadas. Organizações regionais. Funcionários internacionais, diplomatas e cônsules – direitos, deveres e medidas disciplinares. Tribunais internacionais especializados.

Bibliografia Básica:

CRETELLA NETO, J. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, R. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

LINDGREN-ALVES, J. A. **A década das conferências (1990-1999)**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2018.

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Bibliografia complementar:

AMARAL, A. **A solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.

BENJAMIN, D. A. **A Aplicação dos atos de organizações internacionais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 2014.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Org.). **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.

NASSER, R. N. **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2009.

TAVARES, R. N. **As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

Política Externa Africana Contemporânea

Ementa: Formação históricas dos Estados africanos contemporâneos no século XX. Análise da formação do sistema interafricano, sua inserção mundial e sua atuação no continente. Estratégias da política externa de África subsaariana a partir de seus Estados articulados em organismos continental e regionais, a OUAUA, CEDEAO, SADEC, COMESA, CEMAC, CEA, PALOP. Debater de que forma as resoluções da OUAUA tem impactos na formulação das políticas externas de respectivos países africanos. Estudos de caso de políticas externas de Estados africanos subsaarianos com a EU, UE, China, Índia, Rússia, Turquia, Brasil, Cuba, e outros parceiros tradicionais ou emergentes. O lugar da África no século XXI, desafios e oportunidades.

Bibliografia básica:

FERREIRA, O. S. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Rio de Janeiro, 2001. 190 p. ISBN: 9788571062351.

SILVA, I. C. **Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional.** Porto Alegre: UFRGS, 2017. 390 p. (Série Africana). ISBN 9788566094237.

VISENTINI, P. F.; MIGON, E. G.; PEREIRA, A. D. (Orgs.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS, 2016. 232 p. (Série Estratégia, defesa e relações internacionais). ISBN 9788566094206.

Bibliografia Complementar:

MILANI, C. R. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento.** Curitiba: Appris, 2018. 349 p. (Coleção Ciências Sociais). ISBN 9788547321413.

RAMONET, I.; GRESH, A. (Org.). **A desordem das nações.** Petrópolis: Vozes, 1996, 220 p. ISBN 8532615961 (broch.).

RIZZI, K. R. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010).** Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEI-UFRGS, 2014. 276 p. (Série Africana). ISBN 9788586880452

VISENTINI, P. G. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2010.

_____, P. F. **Guia da política externa dos Estados africanos.** Porto Alegre: Palmarinca, 2018. 329 p. (Série Estratégia, defesa e relações internacionais). ISBN 9788566094480.

Política Externa do Brasil para América Latina

Ementa: Relações entre o Brasil e os países da América Latina. Bilateralismo e Multilateralismo. Lugar do Brasil nas relações exteriores. Organizações regionais como UNASUL e o Mercosul.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA, L. A. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata.** 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

CERVO, A. L.; RAPPAPORT, M. (orgs.). **História do Cone Sul**. 2. ed. São Paulo: REVAN, 2015.

COUTO, L. F. **O Horizonte Regional do Brasil**. Integração e Construção da América Latina. Curitiba: Juruá, 2009

PECEQUILO, C. **O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais**. São Paulo: Alta Books, 2015.

SANTOS, L. C. **A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.

Bibliografia complementar:

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2015.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios Brasileiros Na Era Dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, 455 pp.

LAFER, C. **Identidade internacional e política externa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. (orgs.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VISENTINI, P. G. **A projeção internacional do Brasil 1930/2012**. São Paulo: Elsevier, 2013.

Política, Diplomacia e Relações Internacionais

Ementa: Breve análise das principais disputas e guerras centrais na história mundial, considerando o longo período que marcou as relações entre a África, o Oriente e o Ocidente até século XXI. Relatar a história da estratégia, da diplomacia e dos processos decisórios das grandes potências envolvidas nos conflitos anteriores, durante e o pós Primeira e Segunda Guerra Mundial. Analisar o papel dos conflitos raciais, das guerras centrais ou globais no ordenamento ou reordenamento do sistema internacional. O problema das novas tecnologias e seus impactos na produção e nas instituições políticas contemporâneas. Análise das estratégias e decisões adotadas pelos estados detentores do grande e menor poder e suas consequências para a política internacional no século XX e XXI.

Bibliografia Básica:

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora UnB/FUNAG, 2002.

PARET, P. (org.) **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à Era Nuclear**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PATTON, B.; URY, W.; FISHER, R. **Como chegar ao Sim: a negociação de acordos sem concessões**. 2. ed. São Paulo: Imago, 2005.

VISENTINI, P. G. **As Guerras Mundiais (1914-1945)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

Bibliografia Complementar:

CUMMINS, J. **As Maiores Guerras Da História: Os Conflitos Épicas que Delinearam o Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Agir, 2013.

GLANTZ, D. M. **The Soviet Strategic Offensive in Manchuria: 1945**. London: Frank Cass Publishers, 2003.

MCMEEKIN, S. **O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a Tentativa da Alemanha de Conquistar o Poder Mundial (1898-1918)**. São Paulo: Globo, 2011.
DUROSELLE, J-B. **Todo império perecerá**. Brasília: Editora UnB, 2000.
MAGNOLI, D. **História das guerras**. Editora Contexto, 2010

Processos de Integração Regional

Ementa: Teorias da Integração. A teoria crítica. Análise de integração regional considerando seus aspectos políticos, econômicos e culturais. Análise das limitações, oportunidades e desafios impostos pelo sistema internacional e pelo jogo das potências. Integração regional e seus diferentes modelos na Europa, na Ásia, na África e América Latina. Integração Brasil-África.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, E. A. **Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional**. 4. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2015. 266 p.
BRUNSCHWIG, H. **A partilha da África negra**. [2. ed.]. São Paulo: Perspectiva, 2015. 128 p.
GUIMARÃES, L. L. (Org.). **Ásia, América Latina, Brasil: construção de parcerias**. Brasília, DF: UnB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Asiáticos, 2003. 323 p.
KRAYCHETE, E.; VITALE, D. (Orgs.). **Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2013. 292 p.
VISENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEI-UFRGS, 2013. 248 p.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, P. R. de. **Integração Regional: Uma Introdução**. São Paulo: Saraiva, 2013.
BOTELHO, J. C. A. **La Creación y la Evolución de UNASUR**. Curitiba: Juruá, 2013.
CEPIK, M. (org.). **América do Sul: Economia e Política da Integração Regional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
DULCI, T. S. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928): Identidades, União Aduaneira e Arbitragem**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.
FUNAG. **A América do Sul e a Integração Regional**. Brasília: FUNAG, 2012.

Segurança Internacional e Estudos Estratégicos

Ementa: O conceito de Poder, Geopolítica e Estratégia. As Teorias do Poder e a Geopolítica como teoria do poder. Principais Teóricos e debates clássicos de Estratégia. A geopolítica como instrumento de análise. As teorias do poder geopolítica teoria do poder marítimo; a teoria do poder terrestre e a teoria do poder aéreo. Geopolítica e poder no século XXI: o poder nuclear, espacial e cibernético. A geopolítica e as relações internacionais. Mudanças de equilíbrio de poder e a ascensão de potências emergentes. Geopolítica dos Recursos Energéticos. Geopolítica e geopolitólogos do Brasil e da América do Sul. Geopolítica da América do Sul e da América

Latina e Caribe. Geopolítica, segurança internacional e conflitos regionais. A geopolítica da competição internacional e a globalização: implosão e fragmentação territorial vs integração regional.

Bibliografia Básica:

LEAL, C. M.; RIBEIRO, J. M. **As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o signo da energia: horizonte 2030**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2015. 93 p.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas: as representações do século XXI**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2013. 125 p. (Coleção Caminhos da geografia).

VESENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEI-UFRGS, 2013. 248 p.

Bibliografia Complementar:

CLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. xcvii, 930 p.

HOBBSBAWM, E. J. **Globalização, democracia e terrorismo**. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [2011]. 182 p.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-Africa e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011. 244 p.

SILVA, I. C. **Congo: a guerra mundial africana : conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEI-UFRGS, 2012. 271 p. (Série Africana).

VESENTINI, P. F. **O grande oriente médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. xv, 318 p.

Sistema ONU e os Desafios do Multilateralismo

Ementa: Organizações Internacionais e multilateralismo. Trajetória da ONU. Impacto da descolonização. Estrutura e funcionamento: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, EcoSoc, agências especializadas. Nova dinâmica multilateralismo no pós-Guerra Fria. Debate sobre reforma da ONU. Intervenções militares. Relações assimétricas, poder e princípios do universalismo. Participação do Brasil. Surgimento fóruns informais (do G7 ao G20).

Bibliografia Básica:

CRETELLA NETO, J. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 950 p. ISBN 9788502130265 (enc.).

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Org.). **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Bibliografia Complementar:

AMORIM, C. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2015. 167 p. ISBN 9788582400258 (broch.).

REZEK, J. F. **Direito internacional Público: curso elementar**. 15. ed. rev. atual. São Paulo:

Saraiva, 2015. 469 p. ISBN 9788502215900 (enc.).

TAVARES, R. N. **As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

WEISS, T. G.; THAKUR, R. **Global Governance and the UN: an unfinished journey**. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

LAZAROU, E. (org.) **Multilateralismo nas Relações Internacionais; Visões Cruzadas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Teoria das Relações Internacionais I

Ementa: Análise da origem e desenvolvimento das teorias clássicas das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo e Escola Inglesa. A Revolução Behaviorista e seus efeitos no campo das Relações Internacionais. Estudo do primeiro (Realistas e Liberais) e do segundo (Tradicionalistas e Cientificistas) debate das Relações Internacionais.

Bibliografia Básica:

BEDIN, G. et al. **Paradigmas das Relações Internacionais: realismo, idealismo, dependência e interdependência**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N.. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SARFATI, G.. **Teorias de Relações Internacionais**. SP: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

GRIFFITHS, M. **50 grandes estrategistas de relações internacionais**. 2. ed. SP: Contexto, 2015.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. SP: Saraiva, 2012.

MARTINS, E. R. **Relações Internacionais: cultura e poder**. Brasília: Funag/Ibri, 2002.

NYE, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. SP: Gente, 2009.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Teoria das Relações Internacionais II

Ementa: Debate interparadigmático. Marxismo. Teoria de Dependência e SistemaMundo. Teoria da Interdependência. A Proposta neorrealista e a “resposta” do Institucionalismo Neoliberal. Análise do debate “neoneo”. A hegemonia positivista no campo das Relações Internacionais. África na política internacional.

Bibliografia Básica:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

DUROSELLE, J-B. **Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2000.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JUNIOR, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. São Paulo: Gente, 2009.

SARFATI, G. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

BEDIN, G. et al. **Paradigmas das relações internacionais**: realismo, idealismo, JACKSON, R. H.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais**: teoria e abordagens. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2013

SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico**: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

Teoria política Contemporânea

Ementa: Conceitos de Soberania, Democracia e Cidadania. Poliarquia. Representação política e os limites a participação dos cidadãos nas democracias. A política como atividade especializada e o papel das burocracias especializadas. As teorias das elites. Soberania, Cidadania e Integração Regional diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N.; BOVERO, M. (orgs). **Teoria Geral da Política**: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: EdUSP, 1997.

PERISSINOTTO, R.; FUKS, M. (orgs.). **Democracia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Bibliografia Complementar:

BIROLI, F., MIGUEL, L. F. (orgs). **Teoria Política e Feminismo**: abordagens brasileiras. São Paulo: Horizonte, 2012.

DAHL, R. A. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FERES JUNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria Política Contemporânea**: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus (1990-1992)**. São Paulo: EdUSP, 1996.

O'DONNELL, G. **Democracia, Agência e Estado**: Teoria com Intenção Comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011

Tópicos Avançados de Política Externa Brasileira na África

Ementa: A política externa brasileira desde a Independência até o fim da Guerra Fria. Relação entre política externa, contexto interno e estratégias de desenvolvimento. Autonomia e dependência. Inserção na região e na economia mundial. As relações com os Estados Unidos.

Articulação entre a política externa brasileira, a busca do desenvolvimento e a construção do Estado nacional. Inserção brasileira em África no século XXI.

Bibliografia básica:

DÁVILA, J. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980.** SP: Paz e Terra, 2011.

RIZZI, K. R. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010).** Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI e PPGEEI-UFRGS, 2014.

VISENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia).** Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2013.

Bibliografia complementar:

BUENO, Cl.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora UnB, 2002.

MURARGY, M.; ILHARCO, A. (orgs). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: 18 anos CPLP, os desafios do futuro.** Lisboa, 2014.

OLIVEIRA, H. A. de. **Política externa brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHEIRO, L. **Política externa brasileira: 1889-2002.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SARAIVA, J. F. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

13.4.2 EIXO II - FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Cosmopolitismos Críticos

Ementa: Geofilosofia. Provincializar a Europa. Cosmopolitismos descoloniais. Cosmopolitismo multicultural. Cosmopolíticas ameríndias e o Antropoceno. Afropolitanismo e pensamento-mundo. Universais e Particulares culturais.

Bibliografia Básica:

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

MBEMBE, A. **Sair da grande noite.** Ensaio sobre a África descolonizada. Portugal: Pedagogo, 2014.

Bibliografia Complementar:

APPIAH, K. A. **Cosmopolitismo: Ética num mundo de estranhos.** Trad. A. C. Fonseca. Lisboa: Edições Europa-América, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008: 71-114.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Dinâmicas e desafios dos processos migratórios

Ementa: Dinâmica dos processos migratórios modernos. Análise do mundo do trabalho via mobilidade humana. Modelos explicativos da mobilidade humana. A perspectiva do equilíbrio. Atração e repulsão. Migrações internacionais virada do século XIX-XX. Migrações internacionais e assimilação. Migrações Internacionais período entre guerras. Perspectiva histórico estrutural. A questão migratória pós década de 1960. Migrações e multiculturalismo. Migrações e direitos humanos. Dimensão econômica das migrações. Migrações como problema. Processos de inclusão. Sociedades receptoras. Redes sociais. Globalização e circulação humana. Identidades e deslocamentos. Conflitos e diferenças. Emigração de brasileiros.

Bibliografia Básica:

ANDREWS, G. R. **América afro-latina**: 1800-2000. São Carlos, SP: Edufscar, 2014.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

DEMARTINI, Z. B.; TRUZZI, O. (Org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos, SP: Edufscar, 2005

MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. **Diáspora africana na era da globalização**: experiência de refúgio, estudo e trabalho. Curitiba: CRV, 2015.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Bibliografia Complementar:

BENEDICT, A. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2017.

GILROY, P.. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

PIORE, M. **Birds of Passage**: Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

TCHAM, I. **A África fora de casa**: sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil. Recife: Ed. UFPE, 2013.

Direito Internacional Ambiental

Ementa: Formação do Direito Internacional Ambiental, Aspectos gerais do Direito Internacional do Meio Ambiente, Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente, Tratados e Convenções Internacionais, Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, P. de B. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2020.

INOUE, C. Y. A. O Conceito de Regime Global de Biodiversidade. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L. da C. **Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

PNUMA - Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial: GEO 3**. Brasília: IBAMA, 2004.

SILVA, G. E. **Direito Ambiental Internacional**. Rio de Janeiro: Thex, 2012.

VARELLA, M.; BARROS-PLATIAU, A. (orgs). **A Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Brasília: UNITAR, UNICEUB e UNB, 2009.

Bibliografia Complementar:

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D. (orgs.). **Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FREITAS, G. P. de. **Crimes contra a Natureza**. 9.ed. São Paulo: RT, 2012.

OBREGÓN, M. **Direito Marítimo Ambiental: dever fundamental de proteção do meio ambiente marinho no âmbito nacional e internacional**. Fórum, 2019.

SILVA, J. A. da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Direito, Guerra e Política nas Relações Internacionais

Ementa: Paz civil: perspectivas liberal e realista; Guerra e política; legalização contemporânea da guerra; cosmopolitismo e criminalização da guerra; política internacional como guerra.

Bibliografia Básica:

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BYERS, M. **A lei da guerra: direito internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. [2. ed.]. 2010. 339 p.

SILVA, I. C. **Congo: a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leituras XXI, PPGEEI-UFRGS, 2012.

Bibliografia Complementar:

DINSTEIN, Y. **Guerra, agressão e legítima defesa**. São Paulo: Manole, 2004.

GRÓS, F. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**, Aparecida, Ideia & Letras, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica**, São Paulo: N-1, 2018.

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

ZANIN, C.; MARTINS, V.; VALIM, R. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

Economia Política da Segurança Alimentar

Ementa: Teoria neomaltusiana. Segurança alimentar e soberania nacional. Explicações para a fome. Análise dos principais mercados (demanda e oferta). Formação de preços. Estados, povos e empresas multinacionais. Desafio da sustentabilidade. Papel das agências intergovernamentais (FAO, FMI). Atuação do G7 e G20.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, F.F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**, 2015.

CARNEIRO, F.F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**, 2015.

Bibliografia Complementar:

CONTRERAS, J. e GARCIA, M., **Alimentação, sociedade e cultura**, 2011.

DA SILVA, J. G. (Coord.). **Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global**. Roma. FAO, 2019.

FEIJÓ, R.L, **Economia Agrícola e Desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MADELEY, J., **O Comércio da fome**, 2003.

SCHANBACHER, W.D. **The Politics of food: the global conflict between food security and food sovereignty**, 2010.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa: geopolítica da fome**, 2013.

Filosofia das Relações Internacionais

Ementa: Cosmopolitismos: modernidade e desdobramentos contemporâneos. Filosofia das relações internacionais, enquadramento disciplinar e objeto de estudo. Filosofia e geopolítica: linhas globais.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia**. [14. ed.]. São Paulo: Ática, 2012. 520 p.

DELACAMPAGNE, C. **História da filosofia no século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1997. 308 p.

HEGEL, G. W. **Introdução à história da filosofia**. Lisboa: Edições 70, [2015]. 253 p.

OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. [5. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2014. 255 p

SANTOS, B. S. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010. 614 p.

Bibliografia Complementar:

- OLIVEIRA, E. C. **Epistemologia lógica e filosofia da linguagem**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2001. 248 p.
- FEYERABEND, Paul K.,. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007. 374 p.
- OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: U, 2006. 255 p.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2017. 637 p.
- SINGER, P. **Ética prática**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 399 p.

Gênero, Relações Internacionais e Desenvolvimento Africano

Ementa: Saberes endógenos africanos. O debate sobre o(s) feminismo(s) negro(s) e africano(s). Legislações africanas de promoção de igualdade de gênero. Agendas dos Estados africanos sobre a temática de gênero. Pensar políticas públicas de desenvolvimento com e a partir das mulheres africanas. Diáspora africana e a política de gênero.

Bibliografia Básica:

- FERREIRA, J. (Org.). **Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2010.
- PANTOCHA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, C. da (orgs.). **Angola e as Angolanas**. Memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, 2016
- OYEWUMI, O. **African Woman & Feminism: Reflecting on the politics of sisterhood**. Trento/Eritrea: Africa World Press, 2003.

Bibliografia Complementar:

- AMADIUME, I. **Reiventing Africa: Matriarchy, religion and culture**. 2. ed. London/New York: Zed Books, 1997/2001.
- CARVALHO, M. **A participação da mulher na vida de Cabo Verde**. Porto: Edições Ecopy, 2010.
- DIOP, C. A. **A unidade cultural da África negra: esfera do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Luanda: Pedagogo/Mulemba, 2013.
- NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008
- SUDBURY, J. **Outros tipos de sonhos: Organizações de mulheres negras e políticas de transformação**. São Paulo: Summus, 2003.

Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global

Ementa: O papel da América Latina e de África nas relações internacionais em geral e nas relações Sul-Sul em particular. Como a América Latina e a África se relacionam com o mundo inteiro e com as outras regiões do sul global, nos contextos econômicos, políticos e geoestratégicos.

Bibliografia básica:

BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e Política Exterior:** Estados Unidos, Brasil e América do Sul. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2010.

HUGON, P. **Geopolítica da África.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra.** São Paulo: Papirus, 1985.

PENHA, E., **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EdUFBA, 2011.

SANTOS, Milton, **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: EDUSP, 2013.

Bibliografia complementar:

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder .** 2.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2014. São Paulo: Contexto, 2013.

MELLO, L. I. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MONIE, F.; BINSZTOK, J. (org.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo.** São Paulo: Mauad, 2012.

VESENTINI, J. W. **Novas Geopolíticas: as representações do século XXI.** São Paulo: contexto, 2013.

Imigração, Raça e Etnicidade nas Relações Internacionais

Ementa: Políticas imigrantistas comparadas. O papel da raça e da etnicidade na produção social dos imigrantes. Políticas públicas para imigrantes e refugiados. Tendências dos fluxos migratórios: América Latina e África.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; ARAÚJO, D.; TONHATI, T. **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais.** Brasília: Editora da UnB, 2017.

DEMARTINI, Z. B.; TRUZZI, O. (Org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas.** São Carlos, SP: Edufscar, 2005c. 221 p.

OLIVEIRA, R. C.. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: U, 2006. 255 p.

Bibliografia Complementar:

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. (Coords.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo; Observatório das Migrações no Estado do Ceará; migrações internacionais, região Nordeste.** Campinas: Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' Nepo/Unicamp, 2019. 195 p.

MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (Orgs.). **Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho.** Curitiba: Ed. CRV, 2015. 215 p.

OLIVEIRA, R. C.. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: U, 2006. 255 p.

POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

Panafricanismo e política internacional

Ementa: Escravidão, racismo e colonialismo como questões da agenda política internacional. Surgimento do pan-africanismo nas Américas e suas expansão para a África. Congressos pan-africanistas. Negritude. Afrocentricidades. Movimentos pan-africanistas. Lutas africanas de libertação. Da OUA para UA. África e diásporas africanas e suas agendas atuais. Agenda de UA 2063.

Bibliografia básica:

KODKJO, E.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (ed.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 897-923.

ASANTE, S. K. B; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e Integração Regional. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, 874-896.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1988.

Bibliografia complementar:

HARRIS, J. ZEGHIDOUR, S. África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (eds.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Seção VI: O Pan-Africanismo: libertação e integração a partir de 1935. Cap. 23, p. 849-872.

MAZRUI, A. A. Introdução. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 1-29.

MOORE, C. W. **Abdias Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global**. Salvador, 2000. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/>. Acesso: 12 maio 2009.

MONGA, C. **Niilismo e negritude**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RALSTON, D.. África e o Novo Mundo (América Latina e Antilhas). In: BOAHEN, A. (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap.29, p. 875-918.

Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais

Ementa: Principais correntes conceituais da problemática do gênero e raça em sua dimensão internacional; Ordem internacional, racismo e poder político; Gênero e violência no contexto internacional.

Bibliografia Básica:

ARENDRT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

DIOP, C. A. **A unidade cultural da África negra:** esfera do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Pedago. 2013

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural.** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção: Feminismos Plurais).

DURKHEIM, É.. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).

SILVA, A. R. **Construção de Gênero no Âmbito das Relações Internacionais.** Editora: Unijui. 2016

TODOROV, T. **Nós e os outros.** A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sergio Goes de Paula. 194 pp. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993

Sociedade Civil Organizada Global

Ementa: Identificação da organização da sociedade civil organizada. História do movimento sindical internacional. Movimentos internacionais de paz. Fórum Social Mundial. Opinião pública internacional. Participação social nas instâncias da ONU. Participação social nos Bancos Multilaterais (Banco Mundial, BID). Política externa brasileira e as organizações sociais globais. Participação da sociedade civil brasileira na política externa brasileira. Soberania e participação.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, M. D. **Cidadania e Globalização:** a política externa brasileira e as ONGs. Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999. Obra disponível para download gratuito no depósito da FUNAG: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/17-](http://funag.gov.br/biblioteca/download/17-cidadania_e_Globalizacao_a_Politica_externa_brasileira_e_as_ONGs.pdf)

[cidadania e Globalizacao a Política externa brasileira e as ONGs.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/17-cidadania_e_Globalizacao_a_Politica_externa_brasileira_e_as_ONGs.pdf)

TAVARES, R. N. **As organizações não-governamentais nas Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

WHITAKER, F. **O Desafio do Fórum Social Mundial:** um modo de ver. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

Bibliografia complementar:

FLORINI, A. M. **The Third Force:** the rise of transnational civil society. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2000.

HARROD, J.; O'BRIEN, R. (eds.). **Global Unions? Theory and strategies of organized labor in the global political economy.** London/ New York: Routledge, 2002.

ESCHLE, C. **Global Democracy, Social Movements and Feminism.** Boulder: Westview Press, 2001.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders:** advocacy networks in International Policy. New York: Cornell University, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

Sociologias das Relações Internacionais

Ementa: Sociedades do Sul global. A sociedade internacional e o sistema internacional. Globalização e nova ordem mundial: conceitos e perspectivas. A realocização da governação. Estado-Nação e relações internacionais. A emergência de uma política global. A construção europeia no contexto de globalização. As consequências sociais da globalização. A natureza global das relações económicas. A dimensão cultural: Cosmopolitismo e reforço das identidades locais.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. **A distinção**: a crítica social do julgamento. 2 Ed. Ver. Porto Alegre: Zouk, 2013.

PIERRUCCI, A. F. **O desenvolvimento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. 3 Ed. São Paulo. Editora 34, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, RJ, Zahar, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

DUSSEL, Enrique D. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 4 Ed. Petropolis. Vozes, 2012

Tópicos Especiais sobre o Tribunal Penal Internacional

Ementa: Tribunal Penal Internacional: formação, estrutura e ordem jurídica. Estatuto de Roma. Responsabilidade Penal no âmbito internacional. Competência e Jurisdição. Seletividade da justiça internacional. África e geopolítica da criminalização.

Bibliografia Básica:

BAZELAIRE, J-P.; CRETIN, T. **A Justiça Penal Internacional**: sua evolução, seu futuro de Nuremberg a Haia. São Paulo: Manoele, 2004.

CASSESE, A.; DELMAS-MARTY, M. **Crimes Internacionais e Jurisdições Internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.

STEINE, S. H.; BRANT, L. N. (orgs). **O Tribunal Penal Internacional**: comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Editoria D'Plácido, 2020.

Bibliografia Complementar:

DE PAULA, L. A. **Genocídio e o Tribunal Internacional para Ruanda**. Rio de Janeiro: Appris, 2014.

GUERREIRO, A. T. **A Resistência dos Estados Africanos à Jurisdição do Tribunal Penal Internacional**. São Paulo: Almedina, 2012.

MAIA, M. **Tribunal Penal Internacional: Aspectos Institucionais, Jurisdição e Princípio da Complementariedade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MAZZUOLI, V. de O. **O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro**. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

MENEZES, F. V. A República do Sudão e o Estatuto de Roma. **Consulex Revista Jurídica**, v. 13, n. 305, p. 46-49, set. 2009.

Tópicos avançados em estudos africanos e Relações Internacionais I

Ementa: Eurocentrismo e falsificação da história africana. Saberes endógenas africanos. Ciência e tecnologia na África pré-colonial, colonial e pós-colonial. Pensamento social e Estudos Africanos em África até 1980: os precursores. Crítica africana contra a hegemonia ocidental. Questões sociais da agenda intelectual da África antes das independências até os anos de 1980.

Bibliografia básica:

BÂ, H. A. **A tradição viva**. In: História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010.

ELA, J. **Restituir a História às Sociedades Africanas: promover as ciências sociais na África Negra**. Lisboa: edições Pedagogo, 2013.

MAZRUI, A. Ali; AJAYI, J.F. Ade. **Tendências da filosofia e da ciência na África**". In: MAZRUI, Ali. A. (ed.). HGA, Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p.761-815

KI-ZERBO, J. **Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra**. In: _____ (Ed.). História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 383-399.

Bibliografia complementar:

APPIAH, K. A. **Na Casa de Meu Pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASANTE, M. K. **Afrocentricidade: nota sobre uma posição disciplinar**.

FANON, F.. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MUNDIMBE, V. Y. **A invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**. Lisboa/Luanda: Edições Pedagogo/Mulemba, 2013

NASCIMENTO, E. L. (Org). **Afrocentricidade: uma abordagem inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais II

Ementa: Novos Estudos Africanos. Consolidação das Ciências naturais e sociais em África pós-colonial, de 1980 até hoje. O intelectual africano perante a crise social. Diálogo crítico entre intelectuais africanos do período das independências e da pós-independência. Questões sociais da agenda intelectual da África contemporânea: guerra, democracia, identidade, estado-nação, identidade nacional, globalização, desenvolvimento, educação, meio ambiente, gênero, cooperação regional e internacional.

Bibliografia básica:

M'BOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações** (Tomo II). Salvador: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011.

MALOMALO, B.; FONSECA, D. Jo.; BADI, M. K. **Diáspora africana e migração na era da globalização:** experiências de refúgio, estudo, trabalho. CRV 2015

SARAIVA, J. F. **O Lugar da África:** a dimensão atlântica da política externa brasileira. UNB, 1996

VISENTINI, P. F. **A África na política internacional:** o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliográfica Complementar:

CABRAL, A. **A arma da Teoria:** Unidade e Luta. Vol. I, Lisboa, Seara Nova. 1978.

LOPES, C. (org.). **Desafios contemporâneos da África:** o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NKRUMAH, K. **A África deve unir-se.** Lisboa: Ulmeiro, 1977

_____, K. **A Luta de classes em África.** Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977.

SARAIVA, J. F. (org.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):** solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SENGHOR, L. S. **Um Caminho do Socialismo.** Rio de Janeiro. Distribuidora Record. S/d.

13.4.3 EIXO III – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Análise das Relações Internacionais Contemporâneas

Ementa: As transformações no sistema internacional pós-guerra fria e a revisão dos temas e agendas das Relações Internacionais. Dinâmica e evolução do sistema internacional na atualidade. Novos atores e regiões conturbadas do mundo. O advento de uma nova agenda de pesquisa com base na porosidade dos espaços internos e externos às fronteiras estatais.

Bibliografia Básica:

GRIFFITHS, M. **50 grandes estrategistas das relações internacionais.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 396 p.

SEIBERT, G.; VISENTINI, P. F. (Eds.). **Brazil-Africa relations:** historical dimensions and contemporary engagements from the 1960s to the present. Woodbridge, Inglaterra: James Currey, 2019. xix, 279 p.

SILVERIO GONZÁLEZ, Y. **África Occidental: crisis vs estabilidad política**. Porto Alegre: Palmarinca, 2018. 314 p.

VISENTINI, P. F.. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEI-UFRGS, 2013. 248 p.

VISENTINI, P. F.. **O grande oriente médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. xv, 318 p.

Bibliografia Complementar:

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

GOLDENBERG, M.. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo: Record, 2015. 111 p.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. xx, 548 p.

Análise das Relações Internacionais Sul-Sul

Ementa: Teorias contemporâneas das Relações Internacionais e os países emergentes. As Teorias da Mundialização. A Nova Geopolítica e a nova divisão internacional do trabalho. As novas estratégias de desenvolvimento e a cooperação Sul-Sul. Cooperação, conflito e formação de coalizões Sul-Sul. O papel dos novos países emergentes e as perspectivas para os processos de formação de coalizões Sul-Sul, como o IBAS e o BRICs.

Bibliografia Básica:

MILANI, C. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Editoria Appris. 2018.

PHAM, Q; SHILLIAM, R. **Meanings of Bandung: Postcolonial Orders and Decolonial Visions (Kilombo: International Relations and Colonial Questions)**, Rowman & Littlefield Publishers, 2016.

VISENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul**. Série africana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

XING, L; CHRISTENSE, S. T. **The Rise of China: The Impact on Semi-periphery and Periphery Countries**. Denmark : Aalborg University Press, c20122012.

Bibliografia Complementar:

BOND, P.; GARCIA, A. (Eds.). **BRICS: an anti-capitalist critique**. Chicago, USA: Haymarket Books, 2015.

HIRST, M. **Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné-Bissau**. Texto para Discussão 1687. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1687.pdf.

KRAYCHETE, E, VITALE, D (orgs). **Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI**, EDUFBA, 2013.

LEITE, P. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=153.

SVAMPA, M. **Neo-extractivism in Latin America Socio-environmental Conflicts**, the Territorial Turn, and New Political Narratives, Cambridge University Press, 2019.

Análise dos conflitos, guerras e processos de integração regional na África.

Ementa: Análise dos principais conflitos inter-estatais e subnacionais, guerras, processos de cooperação e de integração regional no continente africano. O problema da construção dos Estados Nacionais e da Soberania. Os conflitos interestatais, disputas de fronteira e rivalidades regionais na África. As principais guerras locais ou regionais que marcaram o continente africano nos séculos XIX e XX. Os padrões de conflito e cooperação regionais. O papel da identidade, da língua, da infraestrutura e das instituições como fatores críticos para a integração ou para a desintegração. As perspectivas de integração diante da ameaça da fragmentação política e do imperialismo.

Bibliografia básica:

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (orgs.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010.

VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Bibliografia complementar:

COSTA E SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SILVA, I. C. **Congo: a guerra mundial africana : conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2012. 271 p. (Série Africana).

SILVA, I. C. **Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 390 p.

SILVERIO GONZÁLEZ, Y. **África Occidental: crisis vs estabilidad política**. Porto Alegre: Palmarinca, 2018. 314 p. (Série Africana).

VISENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2013. 248 p.

Inglês: Língua e Cultura

Ementa: Introdução a situações prático-discursivas da língua e cultura inglesa mediante o uso de estruturas léxico-gramaticais para o desenvolvimento inicial das quatro habilidades comunicativas em nível elementar. Aspectos sócio-culturais e interculturais de temas do cotidiano acadêmico em língua inglesa. Noções da literatura africana em língua inglesa.

Bibliografia Básica:

AFRICAN POETRY PROJECT. **Letters from Africa:** the modern African poetry compilation. Seattle: Createspace, 2015.

GOLDSTEIN, B. **Framework.** Elementary Level - Livro 1A. São Paulo: Richmond-Moderna, 2007 (com caderno de exercícios).

OSTROWSKA, S. **Unlock.** Reading and Writing Skills 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Bibliografia Complementar:

LARSEN-FREEMAN, D. **Grammar Dimensions 1** – Form, meaning and use. Cengage Learning, 2008.

RICHARDS, J. **Interchange 1** - 3rd Edition. Cambridge: CUP, 2005.

RICHARDS, J. **Interchange Intro** - 3rd Edition. Cambridge: CUP, 2005.

THEWLIS, S. **Grammar Dimensions 3** – Form, meaning and use. Boston: Cengage Learning, 2006.

WISNIEWSKA, I; SAMUDA, V; RIGGENBACH, H. **Grammar Dimensions 2** – Form, meaning and use. Boston: Cengage Learning, 2006.

Laboratório de Análise de Internacional

Ementa: Análise de conjuntura. Teorias e métodos das RI. Produção de análises. Análise de fenômenos políticos, econômicos e sociais sob uma perspectiva internacional. Análise de Inteligência de Mercado. Comércio Internacional. Exportação e importação. Investimentos internacionais. Análise de dados de comércio. Construção de relatórios de mercado. Análise de Inteligência Política. Processo Político no Legislativo. Lobby. Monitoramento legislativo. Monitoramento de mídias sociais. Relações Executivo-Legislativo.

Bibliografia Básica:

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano:** a agenda emergente para o novo milênio . São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 210 p.

MILANI, C. R. **Solidariedade e interesse:** motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018. 349 p.

NYE, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais:** uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial . São Paulo: Gente, 2009. 369 p.

SARAIVA, J. F.. **África parceira do Brasil atlântico:** relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 166 p. (Coleção Relações Internacionais Série Parcerias Estratégicas).

STUENKEL, O. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018. 251 p. (Nova biblioteca de Ciências Sociais).

Bibliografia Complementar:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BOND, P.; GARCIA, A. (Eds.). **BRICS: an anti-capitalist critique**. Chicago, USA: Haymarket Books, 2015. xv, 300 p.

LEITE, P. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos de Jânio Quadro/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.

LOPES, C. **Compasso de espera: o fundamento e o acessório na crise africana**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O.. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. xx, 548 p.

Organizações Internacionais

Ementa: Definição e características. Responsabilidade. Sucessão. Direito das convenções e de legação. Classificação. Imunidades e privilégios. Estabelecimentos públicos internacionais. Evolução histórica – a Liga das Nações. A Organização das Nações Unidas (ONU) – origem, história, composição e estrutura. O papel da ONU no mundo contemporâneo. Organização Mundial do Comércio. Organizações internacionais especializadas. Organizações regionais. Funcionários internacionais, diplomatas e cônsules – direitos, deveres e medidas disciplinares. Tribunais internacionais especializados.

Bibliografia Básica:

CRETELLA NETO, J. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, R. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

LINDGREN-ALVES, J. A. **A década das conferências (1990-1999)**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2018.

Bibliografia importante para situar o papel dos Estados em diversos órgãos técnicos das

LOPES, C.. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O Brasil e ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.

AMARAL, A. **A solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.

BENJAMIN, D. A. **A Aplicação dos atos de organizações internacionais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 2014.

NASSER, R. N. **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2009.

TAVARES, R. N. **As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

Pesquisa em Relações Internacionais I

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa em relações internacionais para a monografia ou trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais e Integração.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

GRIFFITHS, M. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo: Record, 2015. 111 p.

JACKSON, R.H.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais: teoria e abordagens**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2013, 478p.

Bibliografia Complementar:

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xiv, 200 p

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; Campus, 2005. 250 p

RODRIGUES, T. **Relações internacionais**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. [13. ed.]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 425 p.

SARFATI, G. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2014. 383 p.

Planejamento De Políticas Públicas

Ementa: Estudo e execução das políticas públicas por meio da análise de seus processos fundamentais: os diversos aspectos constitutivos da formação da agenda das políticas públicas; sua formulação (condicionantes, instituições e atores), processo de implementação. Relação do Estado e dos setores públicos não-estatais com o cidadão tendo em vista as políticas públicas.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis. Vozes, 1997.

REZENDE, D. A. **Planejamento estratégico público e privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 3ª Ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2019.

VISSENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação?** (a presença da China, do Brasil e da Índia). Porto Alegre. CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEL-UFRGS, 2013.

Bibliografia Complementar:

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

RICO, E. (Org). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, E. M. (Org.). **Estados e políticas públicas:** vivências e criatividade. Ceará: Editora. UFC, 2008.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage, 2013.

Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil – África.

Ementa: Fluxos e refluxos Brasil-África via Atlântico Sul. História da Cooperação Internacional. Teorias críticas sobre a Cooperação Internacional. Cooperação Norte-Sul. Cooperação Sul-Sul. Cooperação Solidária. Cooperação Sul-Sul como política de desenvolvimento emancipatório. BRICS e seus desafios. Cooperação Brasil-África e seus desafios. UNILAB e a política externa brasileira. Cooperação, Interculturalidade e integração de estados e de pessoas. Cooperação e desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

EDMONSON, L. África e as regiões em via de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 10031051.

KRAYCHETE, E.; VITALE, D. (Orgs.). **Cooperação internacional para o desenvolvimento:** desafios no século XXI. Salvador: EDUFBA, 2013. 292 p. ISBN 9788523210717.

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano:** A agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.

VISENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes:** nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia). Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2013. 248 p. (Série Africana). ISBN 9788586880377 (broch.).

Bibliografia Complementar:

KRAYCHETE, E.; MILANI, C. R. (Orgs.). **Desenvolvimento e cooperação internacional:** relações de poder e política dos Estados. Salvador: EDUFBA, 2014.

MILANI, C. R. **Solidariedade e interesse:** motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018.

PANTOJA, S.; BERGAMO, Ed.; SILVA, A. C. (Orgs.). **África contemporânea em cena: perspectivas interdisciplinares.** Brasília, DF: PPGDSCI; São Paulo: Intermeios; FAPDF, 2015. 154 p

SARAIVA, J. F. **África Parceira do Brasil Atlântico**: Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI, Fino Traço Editora, 2011.

VISENTINI, P. F. **A Relação Brasil-África**. Prestígio, Cooperação ou Negócios? Alta Books; Edição: 1ª, 2016.

Política Internacional dos EUA e da União Europeia

Ementa: Analisar a política internacional dos EUA e da União Europeia no pós-guerra. Pós-colonialismo. Formação do eixo de dominação atlântico. Guerra fria. Hegemonia. Trajetória da Política Externa dos EUA e seus principais determinantes. A construção europeia: de Roma a Maastricht. A estrutura institucional da UE. A agenda política externa da UE. Eixo anglo-saxão. Busca de autonomia relativa da França e Itália. Posição particular da Alemanha. Papel da Cooperação para o Desenvolvimento. Busca de uma política externa comunitária. OTAN. Doutrina Bush. Relação EUA com América Latina; relações União Europeia com América Latina.

Bibliografia Básica:

COSTA, O. **União Europeia e sua Política Exterior**: História, instituições e processo de tomada de decisão. FUNAG, 2017, 224p.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1999.

NYE, J. S. **O paradoxo do poder americano**: por que é que a única superpotência mundial não pode atuar isoladamente. Lisboa: Gradiva, 2005. 246 p.

Bibliografia Complementar:

COVAS, A. **União Européia**: Os bens comuns da futura federação europeia. Portugal: Colibri, 2013, 194p.

EUROPEAN COUNCIL. **European Security Strategy**: a secure Europe in a better world. Brussels, dez. 2003.

NIEMANN, A. **Explaining decisions in the European Union**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso I, II e III

Ementa: Definição do tema do Trabalho de Conclusão de Curso e do Professor Orientador. Elaboração de projeto com relevância do tema, objetivos, hipóteses, metodologia, bibliografia, revisão de literatura e cronograma de execução.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xiv, 200 p.

Bibliografia complementar:

COLOMB, G.; BOOTH, W.; WILLIAMS, M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, I. **Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales**. Madrid:Editorial Tecnos, 2011.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. [13. ed.]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 425 p.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Tópicos Avançados sobre Trajetórias Internacionais do Continente Africano

Ementa: Estudo das trajetórias e conexões internacionais do continente africano, na época moderna e contemporânea. Inserção na economia mundial desde o tráfico de escravos, a colonização e a descolonização até a globalização. Desafios políticos da descolonização. Aspectos econômicos e políticos do atual período de globalização. Integração regional e pan-africanismo. Segurança e conflitos. Relações com potências tradicionais e emergentes.

Bibliografia básica:

LOPES, C. (org.). **Desafios contemporâneos da África:** o legado de Amílcar Cabral. SP: Ed. UNESP, 2012.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (eds.). **História Geral da África:** África desde 1935, vol. VIII. 2ª. Ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

MBEMBE, A. **Sair da Grande Noite:** Ensaio sobre a África descolonizada. Luanda: Pedago/Mulemba, 2014.

Bibliografia complementar:

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (eds.). **História Geral da África:** África desde 1935, vol. VIII. 2ª. Ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

MURARGY, M.; ILHARCO, A. (orgs). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:** 18 anos CPLP, os desafios do futuro. Lisboa, 2014.

SARAIVA, J. F. **África parceira do Brasil atlântico:** relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, P. F. **Guia da política externa dos Estados africanos**. Porto Alegre: Palmarinca, 2018.

VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. [3. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Agronomia e Produção de Alimentos.

Ementa: Saberes endógenos africanos na agronomia e produção de alimentos. Uso de mão de obra africana na agricultura colonial brasileiro. Desqualificação de trabalhadores e produtos africanos no mercado mundial nos contextos da colonização e globalização. Lutas

africanas de valorização do potencial agrícola desde as independências. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da agricultura.

Bibliografia Básica:

CONWAY, G. **Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

MACHADO, A. P. C. **A Formulação da Política Comercial Externa Agrícola:** Condicionantes Internacionais e Domésticos da Transformação Institucional do MAPA. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2009.

MAGALHÃES, B. P. **Política Externa do Brasil em Agricultura:** o papel da Embrapa na cooperação técnica. Monografia (Especialização em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2008.

SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico:** relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Expressão Popular, 2012.

CHERU, F; MODI, R. (eds.), **Agricultural Development and Food Security in Africa:** The impact of Chinese, Indian and Brazilian Investments, London: Zed Books.

COSTA E SILVA, A.. **Um rio chamado atlântico:** A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

MCNEELY, J.A.; SCHERR, S.J. **Ecoagricultura:** alimentação do mundo e biodiversidade. 2009.

SECRETO, M.V.; CARNEIRO, M.J.; BRUNO, R. (Org.). **O Campo em debate:** terra, homens e lutas. Rio de Janeiro: EDUR, Mahuad, 2008.

Tópicos Especiais de Cooperação Brasil-África na área de Cultura, Educação e Desenvolvimento.

Ementa: Saberes endógenos africanos no campo da cultura e educação. Culturas africanas no contexto das diásporas. Marginalização da cultura africana pelo eurocentrismo, pelo colonialismo e pelo racismo. Africanidades como formas de resistir e educar. Reafricanização no Brasil. Reencontro do Brasil com a África no século XX. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da cultura e educação.

Bibliografia Básica:

CÁ, L. O. **Estado:** políticas públicas e gestão educacional. Cuiabá: Editora da UFMT, 2010.

KEINERT, T. M. M.; ROSA, T. E. da C.; MENEGUZZO, M. **Inovação e cooperação intergovernamental:** microrregionalização, consórcios, parcerias e terceirização no setor de saúde. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

PEREIRA, E. A. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SARAIVA, J. F. **África Parceira do Brasil Atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI**, Fino Traço Editora, 2011.

VISENTINI, P. F. **A Relação Brasil-África**. Prestígio, Cooperação ou Negócios? Alta Books; Edição: 1ª, 2016.

Bibliografia Complementar:

FUNES, E. A. (Org.). **África, Brasil, Portugal: história e ensino de história**. Fortaleza: UFC, 2010.

MILANI, C. R.. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.

PANTOJA, S.; BERGAMO, E.; SILVA, A. C. (Orgs.). **África contemporânea em cena: perspectivas interdisciplinares**. Brasília, DF: PPGDSCI; São Paulo: Intermeios; FAPDF, 2015. 154 p

PENHA, E. A.. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SPOHR, A. P.; STADNIK, M.; MEDEIROS, K. (Org.). **Relações internacionais para educadores: 'África em foco'**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Economia e Comércio internacional

Ementa: Modos de produção endógenos africanos de bens e sua comercialização nos mercados locais e internacionais antes do advento da colonização do continente africano em 1870. Processos de marginalização e extroversão dos mercados africanos no contexto do imperialismo dos estados europeus nos séculos XIX e XXI. A resposta africana perante a ordem econômica capitalista euro-americana a partir das independências. África na agenda econômica brasileira: comércio escravista, investimentos desiguais e a cooperação horizontal. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da economia e comércio.

Bibliografia básica:

BAUMANN, R.; OLIVEIRA, I. T. M. **Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais**. Brasília: Ipea, 2014.

VEIGA, P. M. **A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação**. Revista Brasileira de Comércio Exterior. 2016

VISENTINI, P. G. **A Relação Brasil-África: Prestígio, Cooperação ou Negócios?** Alta Books. 2016

Bibliografia Complementar:

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

KORZENIEWICZ, M. (Org.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport, Connecticut and London: Greenwood Press, 1994.

M'BUNDE, T. S. **As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014):** Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento. Gramma Editora. 2018.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África:** Entrevista com René Holenstein. Tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: pallas, 2009

NKRUMAH, K. **Neocolonialismo:** último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 a. (Coleção Milton Santos; 4)

VEGA, C. A.; RIBEIRO, G. L.; GORDON, M. (Coords). **La Globalización desde abajo.** La otra economía mundial. México: Fondo da Cultura Economica, El Colegio de Mexico, 2015. 469p.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Energia, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

Ementa: Saberes endógenos africanos no campo da energia, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Debates teóricos críticos africanos e brasileiros no campo da segurança energética e inovação tecnológica na sua relação com a temática do desenvolvimento sustentável. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da energia, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia básica:

BURATTINI, M. P. T.; DIB, C. Z. **Energia:** uma abordagem multidisciplinar. SP: Livraria da Física, 2008.

LEAL, C. M.; RIBEIRO, J. M.. **As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o signo da energia:** horizonte 2030. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2015.

VEIGA, J. E.. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. RJ: Garamond, 2010.

Bibliografia complementar:

JORGE, N. (Org.). **História da África e relações com o Brasil.** Brasília: FUNAG, 2018.

MILANI, C. R. **Solidariedade e interesse:** motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018.

PENHA, E. A. **Relações Brasil/África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.

VECCHIA, R. **O meio ambiente e as energias renováveis:** instrumentos de liderança visionária para a sociedade sustentável. Barueri/SP: Manole, 2010.

VISENTINI, P. F. **A África e as potências emergentes:** nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: (a presença da China, do Brasil e da Índia). Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2013.

Tópicos Especiais em Cooperação na América Latina

Ementa: O presente tópico tem como objetivo capacitar o aluno a compreender os diversos aspectos que permeiam as análises sobre a integração regional na América do Sul. São estudados aspectos teóricos, históricos e contemporâneos relativos à evolução da integração sul-americana. Em particular, são debatidos temas relevantes para a inserção internacional do Brasil na América do Sul por meio de processos de integração regional, a exemplo das questões de segurança, comércio, cultura e cooperação internacional.

Bibliografia básica:

CEPIK, M. (org.) **América do Sul: Economia e Política da Integração Regional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

CERVO, A. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOREIRA, C.; AVARO, D. (coords.) **América Latina Hoy. Sociedad y política**. Villa María: Editorial Universitaria de Villa María, 2012.

Bibliografia complementar:

BUVINIC, M.; MAZZA, J. (coord.). **A Política das Políticas Públicas: Progresso Econômico e Social na América Latina**. – Relatório do BID 2006. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GUIMARÃES, S. P.. **Desafios Brasileiros Na Era Dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, 455 pp.

SILVEIRA, M. L. (org.) **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. São Paulo: Record, 2005.

TAVARES, J. A. G.; ROJO, R. E. **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

KRAYCHETE, E.; MILANI, C. R. (Orgs.). **Desenvolvimento e cooperação Internacional: relações de poder e política dos Estados**. Salvador: EDUFBA, 2014. 386 p.

14. AVALIAÇÃO

14.1 Parâmetros gerais

A avaliação da aprendizagem é normatizada pelo Regimento Geral da UNILAB. A avaliação acadêmica deve ser diagnóstica, formativa e somativa em conformidade à Resolução Consuni/UNILAB nº 27/2014. No curso de graduação em Relações Internacionais o estudante deverá obter média igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o estudante obtenha média inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), ser-lhe-á facultado a realização de um Exame Final. A nota mínima de aprovação segue as diretrizes legais aprovadas para os cursos de graduação da UNILAB, levando-se em conta, também, a frequência mínima de 75%.

Para o gerenciamento de solicitações de revisão de nota, 2ª chamada de avaliações e exame final, os procedimentos serão guiados pela Resolução Consuni/UNILAB nº 27 de 11 de novembro de 2014. Em específico, para solicitação de revisão das notas, o estudante deverá, em até 3 dias úteis após conhecimento do resultado da avaliação escrita, formalizar em requerimento específico a solicitação de revisão da nota. O pedido devidamente justificado deverá ser encaminhado à Coordenação de Curso correspondente ao docente. A revisão dar-se-á, em primeira instância, mediante revisão do conteúdo por parte do docente responsável pelo componente curricular objeto do pleito de revisão. Se mantido o resultado, ao discente é assegurado o direito de recorrer, em requerimento específico, à Coordenação do Curso. Será nomeada uma Comissão composta por 02 (dois) docentes da área da disciplina objeto do pleito para análise e parecer. a Comissão constituída analisará a situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis após sua nomeação e emitirá parecer a ser analisado e homologado pela Coordenação de Curso. (UNILAB, 2014, Art. 3º, §.6-7).

Os pedidos de segunda chamada de avaliação, desde que justificados, deverão ser solicitados “pelo discente ao Coordenador do curso, em requerimento específico, em até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação de primeira chamada” (UNILAB, 2014, Art. 3º, §.4). Já o Exame Final “realizar-se-á após o encerramento do período letivo regular, conforme o calendário acadêmico, destinado aos discentes que não obtiveram aproveitamento satisfatório no decorrer do processo avaliativo” (UNILAB, 2014, Art. 6º, §.3)

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem do curso de Relações Internacionais é realizado através de diferentes metodologias de avaliação de acordo com o conteúdo e especificidade de cada disciplina. Entre elas estão previstas avaliações teóricas escritas ou orais, avaliações de atividades práticas, de atividades em grupo, assim como relatórios de atividades complementares, de viagens e visitas técnicas, de apresentações de seminários, defesas de trabalhos individuais ou em grupo e análise de artigos. A verificação do alcance dos objetivos ao longo de cada disciplina é realizada continuamente, enquanto o período letivo transcorre, de acordo com os instrumentos e critérios de avaliação previstos no plano de ensino de cada professor/disciplina.

As disciplinas devem ser lecionadas tendo como foco o desenvolvimento analítico e criativo do estudante, além de se incentivar o seu poder de expressão e comunicação. As avaliações devem ser realizadas tendo estes princípios como base e observando-se os seguintes aspectos: aprendizagem dos conteúdos ministrados, capacidade de análise crítica,

responsabilidade, desenvolvimento de raciocínio, capacidade de comunicação oral e escrita, postura, cooperação e participação em sala de aula.

14.2. Parâmetros de avaliação do currículo

A avaliação do currículo do Curso de Graduação em Relações Internacionais será realizada:

- por meio de reuniões semestrais do Núcleo Docente Estruturante, tendo por objetivo avaliar a dinâmica de integração curricular e a execução das ementas definidas neste projeto pedagógico;
- pela Comissão de Avaliação Permanente paritária constituída por professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do curso de Relações Internacionais. Seu objetivo é, semestralmente, diagnosticar, planejar e executar ações, em conjunto com o colegiado e a coordenação de curso, que contribuam para a excelência da atividade docente e discente. O prazo para a convocação de eleições e formação da Comissão de Avaliação Permanente será de até dois semestres após o início das atividades acadêmicas do curso. Uma vez instituída, novas eleições serão realizadas a cada dois anos de exercício da Comissão.

15. CONDIÇÕES PARA A OFERTA DO CURSO

O Campus dos Malês está localizado na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, a 67 km de Salvador. As atividades acadêmicas da UNILAB no município iniciaram em 16 de fevereiro de 2013 com o Polo de Apoio Presencial de Ensino a Distância (EaD) que oferece cursos de graduação (Bacharelado em Administração Pública) e de pós-graduação (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão Pública em Saúde). Através do Parfor oferece, também, o curso UNIAFRO/EaD (aperfeiçoamento). Os cursos presenciais do Campus dos Malês, de Bacharelado interdisciplinar em humanidades e Licenciatura em Letras, iniciaram suas atividades em 26 de maio de 2014.

A estrutura do campus universitário funciona em imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde em área de 2.710m². Possui dois pavimentos interligados por escada e rampa de acessibilidade, 8 (oito) salas administrativas, 10 (dez) salas de aula climatizadas e equipadas com projetor, computador e quadro branco; laboratório de informática com 33 (trinta e três) computadores, conexão à internet sem fio, auditório com 132 (cento e trinta e dois) lugares, banheiros com acessibilidade, enfermaria, restaurante universitário, funcionando em dois períodos (11h30 às 14h00 e das 17h30 às 19h:00) e biblioteca com 3.000 (três mil) títulos. No espaço externo a unidade possui uma quadra poliesportiva coberta, estacionamento e banheiros. Os cerca de 90 (noventa) docentes do campus do Malês compartilham um espaço de trabalho coletivo, onde dispõem de computadores, acesso à internet e mesas para atendimento e orientação dos estudantes.

Todos os estudantes têm acesso ao apoio social, econômico, psicológico, questões alimentares e primeiros socorros que são disponibilizados no campus por técnicos profissionais nestas áreas, nomeadamente duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma nutricionista e uma enfermeira. Casos de problemas médicos mais graves têm acesso ao hospital em São Francisco do Conde que se encontra numa distância de dez minutos do campus. Uma percentagem elevada dos estudantes recebe auxílios financeiros. Existe um programa especial para a recepção dos estudantes brasileiros e estrangeiros, organizado por uma equipe de técnicos.

Buscando meios para melhorar o atendimento dos estudantes, em agosto de 2015 foram iniciadas, em terreno cedido pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde, as obras de construção de dois primeiros blocos didáticos onde funcionarão os novos cursos do instituto de Humanidades e Letras do campus dos Malês. Os novos prédios terão, aproximadamente, 24 salas de aula, áreas de convivência com cantinas, biblioteca, áreas administrativas, novos laboratórios de informática e abrigará o laboratório de Análise Internacional do curso de Relações Internacionais.

15.1. Acessibilidade

No quesito acessibilidade, a estrutura física do primeiro prédio do Campus dos Malês corresponde às necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. No prédio existe uma rampa que dá acesso do andar térreo ao primeiro andar. As entradas do prédio, as portas da biblioteca e das salas de aula permitem o acesso com cadeiras de roda. Os banheiros também têm condições para o uso por pessoas em cadeiras de roda. Além disso, as pessoas com deficiência têm à sua disposição o apoio de assistentes sociais, enfermeiras e da médica do campus. Para a necessidade de tratamento médico, a UNILAB tem convênio com o hospital municipal local e com o Complexo Hospitalar Universitário, Professor Edgard Santos da UFBA em Salvador. A Coordenação de Assistência ao Estudante (COASE)/PROPAI do campus dos Malês ainda não dispõe de um Setor de Acessibilidade.

16. REFERÊNCIAS

- ABRI. Associação Brasileira de Relações Internacionais. **Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Internacionais**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.abri.org.br/informativo/view?TIPO=13&ID_INFORMATIVO=139>. Acesso: 12 jun. 2016.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: 12 jun. 2016.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada... **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de setembro de 2008, Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria INEP n.º 133, de 24 de Junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de Junho de 2009, Seção 1, p. 26.

BRASIL. Lei 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de julho de 2010, Seção 1, p. 4.

BRASIL. Ministério da Educação, Portaria Normativa n.º 06, de 14 de março de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de março de 2012, Seção 1, p. 5.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição Extra de 26 de junho de 2014, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES No. 2. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. Portaria nº 383, de 12 de abril de 2010, p. 3. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20bacharelados%20interdisciplinares%20%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasil.pdf Acesso em: 10 jun. 2021.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FRAGA FILHO, W. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. **Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth**, v. 1, p. 40-68, 2009.

GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S. **Território Recôncavo**: políticas públicas. Salvador. 15 abr. 2013. 42 slides. Apresentação em Powerpoint. Disponível em: http://pt.slideshare.net/Jose_Sergio_Gabrielli/apresentao-recncavo-baiano>. Acesso: 10 set. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1991**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>

Acesso: 10 ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso: 10 mar. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Educação Superior 2008**. [Brasília, 2009]. Disponível em: <http://www.download.inep.gov.br/download/censo/2008/sinop_sup_2008_versao_preiminar.zip>. Acesso: 12 jun. 2016.

MEC. Ministério da Educação. **Padrões de Qualidade para o curso de Relações Internacionais**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>>. Acesso: 12 jun. 2016.

SANTANA, A. 461 anos de Salvador: sobre o mestre Luís Dias. **Mar de Histórias**. Salvador, 29 mar. 2010. Disponível em: <https://mardehistorias.wordpress.com/2010/03/29/461-anos-de-salvador-sobre-o-mestre-luis-dias/> Acesso: 10 set. 2016.

SANTOS, B; MENESES, M. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de A. (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100.

SOUZA, E. M. O. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

UFABC. Universidade Federal do ABC. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**. [São Bernardo do Campo, 2015]. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsEP/anexo-resolucao-190_revisao-projeto-pedagogico-relacoes-internacionais-bri.pdf>. Acesso: 15 jun. 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Diretrizes Gerais**. Redenção, CE: Comissão de Implantação da UNILAB, 2010. Disponível em: <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf>. Acesso: 10 jun. 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Estatuto da UNILAB**. Redenção, CE, Aprovado em reunião do Conselho Superior de 22 de março de 2013. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-UNILAB_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf>. Acesso: 10 jun. 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Resolução 20/2015**. Redenção, CE, Consuni: 9 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resolucao-nº-20-2015-Altera-a-resolucao-nº-24-2011-que-dispõe-sobre-normas-gerais-para-as-Atividades-Complementares.pdf>, Acesso: 3 de dezembro de 2016.

Número da Revisão	Número da Página	Texto Modificado	Data da Revisão
1	p. 02	Alterada contracapa com a atualização dos dados de reitoria, pró-reitorias e composição de membro de colegiado e NDE.	08/07/2021
2	p. 02-03	Atualização dos dirigentes do MEC e da UNILAB Modificações do nome dos coordenadores do curso manutenção da primeira equipe da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico.	08/07/2021
3	p. 06	Substituição de “duração mínima de três anos (seis semestres no total)” por “duração mínima de quatro anos (seis oito semestres no total)”.	08/07/2021

4	p. 07-09	<p>Retirado: “Os Dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2008 (INEP, 2009) revelam que, dos 85 cursos de graduação em Relações Internacionais, 73 eram de instituições privadas, quatro de universidades federais, quatro de estaduais e quatro de municipais. Em 2008, formaram-se 1.985 alunos e foram registrados 5.052 novos ingressos.</p> <p>No Estado da Bahia, foi criado recentemente um programa de pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA), porém não há curso de graduação no estado ofertado por universidade pública.”</p> <p>Inserido: "O Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2018) contou com a participação de estudantes de 105 cursos de graduação em Relações Internacionais, o que demonstra um aumento expressivo em relação aos 85 cursos identificados no Censo de 2008 (INEP 2009). O Censo de 2018 destacou a predominância das instituições de ensino, que concentram 80 dos 105 cursos de Relações Internacionais, número correspondente a 76,2% dos cursos avaliados. A região Sudeste foi a de maior representação, concentrando 58 cursos, ou 55,2% do total nacional, enquanto a região Nordeste participou com oito cursos (7,6% do total), sendo o curso de graduação de Relações Internacionais da UNILAB não computado no Censo de 2018.</p> <p>Com exceção do curso de graduação em Relações Internacionais da UNILAB, não há nenhum curso deste tipo, no estado da Bahia, ofertado por Instituições de Ensino Superior Públicas. Entretanto, o Bacharelado de Humanidades da UFBA permite ao estudante optar pela Área de Concentração em Estudos Internacionais, mas que não concede o título de Bacharel em Relações Internacionais, como a UNILAB/BA. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui um programa de mestrado em Relações Internacionais, mas não de graduação. Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas, o curso é ofertado de forma presencial e à distância pelas seguintes instituições: Centro Universitário Internacional (UNINTER), Universidade Estácio de Sá, Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), Universidade Cruzeiro do Sul, Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Universidade de Salvador (UNIFACS) e Universidade Paulista (UNIP). A maior parte</p>	08/07/2021
---	----------	--	------------

		dessas IES oferece o curso na cidade de Salvador, com alguns polos em cidades do interior baiano.”	
--	--	--	--

5	p. 12	Retirada de “Ao criar a Unilab o governo brasileiro abriu-se a países, territórios e comunidades da África, além de Ásia e Europa, que não somente adotam como língua oficial ou se expressam em língua portuguesa, mas que também partilham com o Brasil uma herança histórica e cultural.”. Inclusão de “Portanto, a Unilab é o resultado de um projeto entre o Brasil e a comunidade dos países da Língua Oficial Portuguesa e que também partilham com o Brasil uma herança histórica e cultural, tendo a internacionalização como o eixo central.”	08/07/2021
6	p. 12	Substituição de “O Capítulo I, Art. 1º, do Estatuto da Unilab apresenta a sua missão,” por “O Capítulo I, Art. 9.º do Estatuto da UNILAB apresenta a sua missão”.	08/07/2021
7	p. 12	Substituição de “O Capítulo II, Art. 5º, Alínea VIII do Estatuto da Unilab instrui sobre os princípios da sua atuação:” por “O Capítulo II, Art. 10º, Alínea VIII do Estatuto da UNILAB instrui sobre os princípios da sua atuação:”	08/07/2021
8	p. 13	Adição do seguinte texto “Caracterizado como um dos resultados importantes obtidos na conferência Internacional de Durban”	08/07/2021

9	p. 14	<p>Substituição de “A instituição oferta, nos campi do Ceará, três cursos de Pós-Graduação presenciais Lato Sensu, em nível de Especialização (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde), sendo previstos para fevereiro de 2017 as especializações em Saúde da Família e Gestão de Recursos Hídricos e Ambientais, inseridos no contexto do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)/CAPES, e, além destes, três cursos de Pós-Graduação presenciais Stricto Sensu, em nível de Mestrado (Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH e Mestrado Acadêmico em Enfermagem – MAENF).” por “A instituição oferta, nos campi do Ceará, cursos de Pós-Graduação presenciais Lato Sensu, em nível de Especialização: Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão de Recursos Hídricos, Ambientes e Energéticos, Ensino de Ciências - Anos finais do Ensino Fundamental; Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos; Especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Especialização em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio. Os campi do Ceará conta também com cursos de Pós-Graduação presenciais Stricto Sensu, em nível de Mestrado: Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS; Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente; Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH, Mestrado em Antropologia (UNILAB-UFC), Mestrado Acadêmico em Enfermagem – MAENF, Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT; Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (UNILAB-IFCE) e o recém-criado Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem - PPGLIN.”</p>	08/07/2021
---	-------	---	------------

10	p.14	<p>Atualização dos cursos da UNILAB (de acordo com as informações do site) Modificado "IHL" da UNILAB-Ceará para "IH" e "ILL". Inserido o Instituto de Linguagens e Literaturas, com licenciatura em Letras, Farmácia, Engenharia da Computação e em Engenharia de Energias. Retirada da data de previsão do curso de medicina, colocando apenas sua aprovação.</p> <p>Retirado: "sendo previstos para fevereiro de 2017 as especialização em Saúde da Família e Gestão de Recursos Hídricos e Ambientais, inseridos no contexto do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)/CAPES)"</p> <p>Inserido os cursos de especialização: Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão de Recursos Hídricos, Ambientes e Energéticos.</p> <p>Inserido os mestrados: Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente; Mestrado em Antropologia (UNILAB-UFC); Mestrado em Estudos da Linguagem (PPGLIN).</p>	08/07/2021
11	p. 20	Substituição de "comunidades LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros" por "comunidades LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e demais orientações de sexo e identidades de gênero".	08/07/2021
12	p. 20	Substituição de "Nº 1" por "1º".	08/07/2021
13	p. 22	Substituição de "ao hospital, em São Francisco do Conde, que se encontra numa distância de 10 minutos do campus" por "ao Hospital Célia Almeida Lima, em São Francisco do Conde, que se encontra em uma distância média de 2km do campus".	08/07/2021

14	p.23	<p>No estado do Ceará, nos municípios de Redenção (Campus da Liberdade e Campus dos Palmares) e município de Acarape (Campus das Auroras), onde está sediado o reitorado; e no estado da Bahia, no município de São Francisco do Conde, onde tem a Unidade Acadêmica Campus dos Malês, no <i>território de identidade</i> do Recôncavo (Figura 1), conforme classificação política e administrativa do Governo do Estado.</p> <p>Texto Modificado: No estado do Ceará, nos municípios de Redenção (Campus da Liberdade e Campus das Auroras) e município de Acarape (Campus dos Palmares), onde está sediado o reitorado; e no estado da Bahia, no município de São Francisco do Conde, onde tem a Unidade Acadêmica Campus dos Malês, no <i>território de identidade</i> do Recôncavo (Figura 1), conforme classificação política e administrativa do Governo do Estado.</p>	07/11/ 2019
15	p. 24	Inclusão de “Para efeito da análise dos impactos de implantação de cursos superiores no Campus dos Malês da Unilab, tanto a regionalização estatal do município de São Francisco do Conde na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que reflete determinadas ligações econômicas recentes, quanto sua inserção histórica numa região que ultrapassa em muito os limites das atuais divisões administrativas, que é o Recôncavo Baiano, definido como interior de Salvador e variando em extensão conforme os diferentes século”	08/07/2021
16		Substituição de “intuído” por “intuito”	08/07/2021
17	p.33	Substituída a portaria MEC nº 147/2007 pela Resolução CONAES nº 01/2010;	01/11/ 2019
18	p. 33	<p>Substituição de “c) pelos servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado;</p> <p>d) pela representação discente do curso, na proporção de 1/5 do total de membros do colegiado” por “c) pelos servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do total de membros de docentes efetivos do Colegiado;</p> <p>d) pela representação discente do curso, na proporção de 15% do total de membros de docentes efetivos do colegiado.”</p>	08/07/2021

19	p.34	Atualização da composição do NDE e atuação e formação do coordenador de curso.	01/11/ 2019
20	p.35	Identificação das barreiras de acessibilidade arquitetônica no campus dos Malês, Palmares, Liberdade e Auroras, de acordo com a ABNT NBR 9050/2015 (Normas Técnicas de Acessibilidade); Texto modificado: ABNT NBR 9050/2019 (Normas Técnicas de Acessibilidade).	07/11/2019
21	p. 35-36	Inclusão de “O Regimento Interno do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, aprovado pela Resolução do CONSEPE/UNILAB nº 60 de 11 de Fevereiro de 2021, no seu Art. 4º da Organização e a Estrutura do Curso, nos incisos I e II, define a eleição do Coordenador de Curso e Vice-Coordenador para mandatos de dois anos, nos termos do Estatuto da UNILAB, Resolução Complementar do Consuni nº 3, de 4 de dezembro de 2020, no seu Art. 65, sendo eleitos por maioria simples de votos, com mandato de 2 anos, sendo permitida a recondução.”	08/07/2021
22	p.38	Manutenção das 80 vagas anuais. Inserido que são 40 por semestre.	07/11/ 2019
23	p.37	Alteração do texto para incorporar a Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017, conforme recomendação 11 da CPAC. Substituição de “Tendo em vista a recente implementação dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil, tendo a primeira experiência ocorrido na Universidade de Brasília, em 1974, não há ainda Diretrizes Curriculares Nacionais formalizadas para a área. Há, entretanto, um esforço crescente por parte das autoridades governamentais e de acadêmicos para se formular tais parâmetros, dando maior densidade e qualidade aos cursos” por “A de graduação em Relações Internacionais também está fundamentada na Resolução CNE/CES nº 04, de 04 de outubro de 2017, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso”.	
24	p.38	Alteração do texto “Dentre os principais aspectos elencados na proposta estão a consideração dos seguintes elementos na composição dos PPCs” para “Dentre os principais aspectos elencados pelas DCN da graduação em Relações Internacionais estão a consideração dos seguintes elementos na composição dos PPC”.	08/07/2021

25	p.38	<p>Alteração do texto “I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação a sua I - inserção institucional, política, geográfica e social; II - condições objetivas de oferta e a vocação, vertente, ênfase ou característica central do curso; III - cargas horárias das atividades didáticas e carga horária mínima para integralização do curso; IV - formas de realização da transversalidade da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática; VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; VIII - incentivo à pesquisa, como relevante prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; X - concepção e composição das atividades complementares, com incentivo à extensão como relevante prolongamento da atividade de ensino; e, XI – regulamentação de trabalho de conclusão de curso (ABRI, 2012, Art. 1.o, §1.o)”. para “I - Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação a sua inserção institucional, política, geográfica e social; II - Condições objetivas de oferta e vocação; vertente; ênfase ou característica central do curso; III - Cargas horárias das atividades didáticas e carga horária mínima para integralização do curso; IV - Formas de realização da transversalidade da interdisciplinaridade; V - Formas de garantia da flexibilidade da estrutura curricular do curso, ou seja, adequação do que é cobrado nas avaliações in loco. Esse aspecto favorece inclusão de disciplinas como tópicos especiais, bem como uma oferta diversificada de disciplinas optativas e atividades de pesquisa e extensão; VI - Metodologias do ensino e aprendizagem que estimulem a formação integral do estudante, por meio de propostas didático-pedagógicas que favoreçam o aprimoramento de habilidades e competências cognitivas e socioemocionais; VII - Modos de integração entre teoria e prática; VIII - Formas de garantia da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; IX - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; X - Formas de avaliação institucional do curso; XI - Formas de garantir a integração dos conteúdos das Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena e</p>	08/07/2021
----	------	---	------------

		<p>demais requisitos legais e normativos às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente; XII - Modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; XIII - Incentivo à pesquisa, como relevante prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; XIV - Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado; XV - Concepção e composição das atividades de extensão, de acordo com as orientações dos Planos Nacionais de Extensão e legislação vigente do Ministério da Educação; XVI - Regulamentação do trabalho de conclusão de curso (BRASIL, 2017, Art. 2.o, §1.o)”.</p>	
--	--	---	--

26	p. 39	Inclusão de nota de rodapé com o seguinte texto “Nesta conceptualização, o primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades é o espaço de formação universitária em que um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiriam a centralidade nas preocupações acadêmicas dos programas. Por seu turno, o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento”.”	08/07/2021
27	p. 39	Substituição de “que disciplina” por “que disciplinam”	08/07/2021
28	p. 39	Substituição de “graduação em Relações Internacionais, estão a consideração dos seguintes elementos na composição dos PPC” por “graduação em Relações Internacionais, está a consideração dos seguintes elementos na composição dos PPC”	08/07/2021
29	p.4;40;41	Supressão do item “7.2 Prática como Componente Curricular”	08/07/2021
30	p.4 e 40	Renumeração do item “Processos de ensino-aprendizagem” para 7.2	08/07/2021
31	p. 40	Substituição de “(BRASIL, 2017, Art. 2.o, §1.o)” por “(BRASIL, 2017, art. 2º).”	08/07/2021

32	p.38	<p>Alteração do texto Alteração de “ I – Formação geral e humanística que possibilite a compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e social; II - Base cultural ampla que forneça recursos para uma compreensão adequada de temas internacionais; III - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações com relação tanto a eventos e processos internacionais quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; IV – Postura proativa na busca de conhecimentos; V - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa; VI – Conhecimento ou habilidade de comunicação em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; VII - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; VIII - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações, e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; IX – Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional e de captação de recursos externos (ABRI, 2012, Art. 4.º)” para “I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética; II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação; III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação; IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia); V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática; VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos; VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais; VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional; IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas; X – Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas; XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e</p>	08/07/2021
----	------	--	------------

		<p>interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa; XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional (BRASIL, 2017, Art. 4.o)”. </p>	
--	--	--	--

33	p.39	<p>Substituição de “ I - Conteúdos de Teoria das Relações Internacionais, Epistemologia e Metodologia; Conteúdos de Instituições Internacionais; Conteúdos Política Externa; Conteúdos de História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil; Conteúdos de Economia Política Internacional; Conteúdos de Segurança Internacional; Conteúdos de Formação Complementar: estudos ou atividades práticas opcionais, de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando (ABRI, 2012, Art. 5.º)” por “I - Eixo de Formação Estruturante: contempla, obrigatoriamente, os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais. II - Eixo de Formação Interdisciplinar: contempla os conteúdos das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso. [...] III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional: Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais. IV - Eixo de Formação Complementar: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento,</p>	08/07/2021
----	------	---	------------

		<p>orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior (BRASIL, 2017, Art. 5.o, ênfase nossa)”.</p>	
--	--	--	--

34	p. 42	Exclusão de “visceral”	08/07/2021
35	p.42	Alteração do texto “o profissional deve ser capaz” para “De acordo com a Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, o profissional de Relações Internacionais deve ser capaz”.	08/07/2021
36	p.42	Inclusão do texto “Dessa forma, o bacharel em Relações Internacionais poderá exercer atividades com dimensão internacional em: governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições (BRASIL, 2017, Art. 3.o)”	08/07/2021
37	p.42	Alteração do texto “ Para a formação acadêmica completa o egresso do curso de Relações Internacionais deverá estar apto” para “Para a formação acadêmica completa o egresso do curso de Relações Internacionais, de acordo com Resolução CNE/CES nº 04 de 04 de outubro de 2017, deverá estar apto”.	08/07/2021
38	p. 43	No item 8.2 Competências e Habilidades Gerais das (os) egressas (os), supressão do texto: “ Atividades no âmbito bilateral e multilateral em agências de cooperação e fomento regionais e estrangeiras, organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais”; “Capacidade de análise crítica de processos e fenômenos internacionais nos planos político, econômico, estratégico, ambiental e social, ou da conjunção parcial ou total dos mesmos, e de seus impactos para interesses nacionais ou regionalmente definidos”; “Prestação de serviços de assessoria técnica a entidades públicas e privadas e organizações internacionais, no âmbito de políticas públicas em suas interfaces com o plano internacional”; “Prestação de serviços no âmbito de projetos de consultoria e cooperação internacionais, bilaterais e multilaterais”; “Assistência administrativa às missões nacionais no estrangeiro e às missões estrangeiras no próprio país”.	08/07/2021

39	p.43	Inserção do texto “4) Planejamento, proposição, execução e avaliação de ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática; 5) Planejamento e execução estratégica da internacionalização de organizações de diferentes tipos; 6) Elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais; 7) Realização de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; 8) Tomada de decisões, planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; 9) Formulação, negociação e execução de projetos de cooperação internacional” para adequar à DCN do curso.	08/07/2021
40	p. 45	Inclusão de “Geografia”	08/07/2021
41	p.48	Inclusão do texto “ Samba . Seminário de Ambientação Acadêmica (Samba) é uma ação promovida pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAE) em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O Samba ocorre sempre no início dos períodos letivos e é direcionado aos ingressantes de todos os cursos de graduação da Unilab. Tem o objetivo de acolher e ambientar os novos estudantes à vida acadêmica, bem como facilitar a integração intercultural ao espaço acadêmico e à dinâmica universitárias. O Samba procura contribuir para a permanência estudantil no ensino superior, impulsionando o compartilhamento de informações sobre questões de raça/etnia e gênero, a divulgação de ações desenvolvidas pela Unilab para a permanência estudantil, além de auxiliar estudantes estrangeiros no entendimento de legislações brasileiras”.	08/07/2021
42	p. 50	Retirada de “Pibelpé. O Programa de Bolsa de Extensão de Línguas Estrangeiras e Portuguesa (Pibelpé), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura, tem como objetivo subsidiar projetos de extensão que desenvolvam ações voltadas para o aprendizado de línguas estrangeiras e portuguesas em parceria com a comunidade (articulação Universidade-Sociedade). O discente do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pode encontrar no Pibelpé um espaço a mais para desenvolver ou aperfeiçoar as aptidões lingüísticas requeridas em sua formação e o enriquecer seu universo intercultural e acadêmico.”	08/07/2021

43	p.53-56	As alterações referentes à Resolução CNE/CES no 04/2017 já haviam sido realizadas. Organização da estrutura curricular em conformidade com os eixos de formação indicados no art.5o da Resolução CNE/CES nº 04/2017, a saber: “Eixo de Formação Estruturante”; “Eixo de Formação Interdisciplinar”; “Eixo de Formação Profissional” e “Eixo de Formação Complementar.	09/11/2019
44	p.51	Alteração do texto de “Para os alunos que cursam o BHU, essa primeira dimensão é complementada por uma formação interdisciplinar em Humanidades num período no mínimo de dois anos.” para “Para os alunos que cursam o BHU, essa primeira dimensão é complementada por uma formação interdisciplinar em Humanidades num período no mínimo de três anos.”	08/11/2019
45	p. 53	Inclusão de “Além destas disciplinas, o/a estudante em BIH é estimulado/a a cursar quatro optativas em outras terminalidades do IHL que serão computadas no segundo ciclo como disciplinas eletivas. A terceira dimensão diz respeito aos componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos no campo de Relações Internacionais que visam formar um profissional com habilidades e competências almejadas.”	08/07/2021
46	p.54	Alteração da disciplina Laboratório de Análise de Relações Internacionais I que estava duplicada. Substituição de “Laboratório de Análise de Relações Internacionais I” por “ Laboratório de Análise de Relações Internacionais II”.	08/11/2019

47	p.55	Alteração do texto de “Devem obedecer às resoluções específicas referentes à elaboração do TCC, em especial a Resolução 14/2016/CONSUNI, de 22 de julho de 2016, que aceita como modalidades de TCC: monografia, artigo científico ou produções imagéticas (vídeo, fotografia, etc., que deverão vir acompanhadas de produção textual que as fundamentem teórico-metodologicamente)” para “Devem estar em conformidade com a Resolução CNE/CES n.o 04/2017, especificamente com o disposto no Art. 8o; obedecendo ainda às resoluções específicas referentes à elaboração do TCC da Unilab, em especial a Resolução N° 11/2017/CONSUNI, de 02 de maio de 2017, que aceita como modalidades de TCC: monografia, artigo científico, livro ou capítulo de livro ou outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas. produções imagéticas (que deverão vir acompanhadas de produção textual que as fundamentem teórico-metodologicamente).”	08/11/2019
48	p.56	Ajustes e referência aos créditos e cargas horárias da componente “Estágio Supervisionado” do ponto “11.4.2.1 Atividades de Formação Profissional”. Texto Modificado: “Estágio supervisionado (4 créditos por disciplina de 60h/a; totalizando 8 créditos e 120 horas).	04/11/2019
49	p.56	Criação de tópico específico para “Atividades Complementares” Texto Modificado: Inserido o ponto e o título do ponto: “11.4.2.1 Atividades Complementares”	04/11/2019
50	p.56	Carga horária de “Atividades Complementares” modificada de 200h para 185h.	04/11/2019

51	p.59	<p>Criação do Tópico 11.4.2.2 Atividades de Extensão” e referido texto, atentando para a Resolução CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018.</p> <p>11.4.2.2 Atividades de Extensão</p> <p>As atividades de extensão, de acordo com a Resolução nº 7, de dezembro de 2018, são atividades que se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. As atividades de extensão, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:</p> <p>I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços</p> <p>As atividades de extensão são parte integral da formação, compondo a componente curricular obrigatória, contabilizando um total de 315 horas obrigatórias a serem devidamente comprovadas com certificados ou declarações que especifiquem as atividades e as quantidades de horas-aula. Os processos de registro, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das atividades de extensão devem ser informados.</p> <p>Caberá à Coordenação do curso supervisionar e homologar as atividades, sendo essas divididas em: participação em atividades de extensão previstas na graduação; facilitação ou monitoria de curso de extensão; participação em exposições, espetáculo, projeção de filmes ou vídeos que visem a difusão cultural e o aperfeiçoamento da cidadania, dentre outras.</p> <p>Levando-se em conta a peculiaridade de curso de Relações Internacionais, a coordenação do curso zelará pela instalação de um Laboratório de Análise das Relações Internacionais que funcionará como disciplina e, ao mesmo tempo, incentivará a criação de empresas-juniores para realização de atividades de pesquisa, estágio, atividades complementares e de atividades extensão.</p> <p>O Curso de Relações Internacionais afirma o seu compromisso com a criação de grupos de pesquisa no âmbito das temáticas de interesse para o próprio Curso e</p>	04/11/2019
----	------	--	------------

		<p>para a Unilab; prever a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção de conhecimento, de acordo com a Resolução nº 27/2011, bem como conforme a Resolução CNE/CES nº. 07/2018. As atividades complementares e de extensão aceitas são elencadas na Tabela 9 abaixo.</p> <p>Tabela 9. Atividades complementares e de extensão por equivalência de carga horária integralizada e cargas horárias mínima e máxima em cada bloco.</p> <p>OK</p>	
--	--	--	--

52	p.66	Correção de nome da disciplina para “Teoria”.	04/11/2019
53	p.62	Alteração do nome da disciplina de “Língua Inglesa para Fins Específicos” para “Língua Inglesa para Fins Acadêmicos”.	01/11/2019
54	p.66	Inclusão da ementa da disciplina Língua Inglesa para Fins Acadêmicos III.	01/11/2019
55	p.69	Inclusão do texto “ Em cumprimento ao que estabelece a Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no Brasil, e em conformidade com o que orienta a Resolução CNE/CES nº 04, de 04 de outubro de 2017, que trata das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais, os estudantes do Bacharelado em Relações Internacionais deverão cumprir sua carga horária de disciplinas presenciais, sem a adoção de disciplinas em modalidade à distância, da seguinte maneira:”	01/11/2019
56	p.73	Inclusão do subitem “ 12. 1 Fluxograma de Integralização Curricular”.	01/11/2019
57	p.74	Inclusão do texto no subitem 12.1 “O fluxo de integralização curricular do Bacharelado em Relações Internacionais será de 3.080 (três mil e oitenta) horas. A carga horária de disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas se distribui em duas fases: a primeira realizada durante o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e a segunda vinculada à terminalidade e formação profissional em Relações Internacionais. A oferta de disciplinas contempla totalmente os conteúdos exigidos pela Resolução CNE/CES nº 04, de 04 de outubro de 2017, bem como oferece disciplinas de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em conformidade ao Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Também, as disciplinas do curso de Relações Internacionais oferecem conteúdos relacionados (1) à história e à cultura afro-brasileira, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, (2) ao debate sobre direitos humanos, em conformidade à Resolução CNE/CP nº 01 de 30 de maio de 2012, e (3) aos aspectos ambientais, consoante à Resolução CNE/CP nº 02 de 15 de junho de 2012”.	01/11/2019

58	p.73	Alteração do nome da disciplina “ Laboratório de Análise Internacional I” para “ Laboratório de Análise das Relações Internacionais I”.	01/11/2019
59	p.73	Alteração do nome da disciplina “ Laboratório de Análise Internacional II” para “ Laboratório de Análise das Relações Internacionais II”.	01/11/2019
60	p.93	Inclusão da ementa e bibliografias da disciplina “Laboratório de Análise das Relações Internacionais II”.	01/11/2019
61	p.75	Substituição do Fluxograma do curso de Relações Internacionais.	01/11/2019
62	p.141	Alteração do texto de “diagnóstica, formativa e somativa (Resolução S/N/CONSUP/2011)” para “diagnóstica, formativa e somativa em conformidade à Resolução Consuni/Unilab nº 27/2014”.	01/11/2019
63	p.141-142	<p>Inclusão do texto “Para o gerenciamento de solicitações de revisão de nota, 2ª chamada de avaliações e exame final, os procedimentos serão guiados pela Resolução Consuni/Unilab nº 27 de 11 de novembro de 2014. Em específico, para solicitação de revisão das notas, o estudante deverá, em até 3 dias úteis após conhecimento do resultado da avaliação escrita, formalizar em requerimento específico a solicitação de revisão da nota. O pedido devidamente justificado deverá ser encaminhado à Coordenação de Curso correspondente ao docente. A revisão dar-se-á, em primeira instância, mediante revisão do conteúdo por parte do docente responsável pelo componente curricular objeto do pleito de revisão. Se mantido o resultado, ao discente é assegurado o direito de recorrer, em requerimento específico, à Coordenação do Curso. Será nomeada uma Comissão composta por 02 (dois) docentes da área da disciplina objeto do pleito para análise e parecer. a Comissão constituída analisará a situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis após sua nomeação e emitirá parecer a ser analisado e homologado pela Coordenação de Curso. (UNILAB, 2014, Art. 3º, §.6-7).</p> <p>Os pedidos de segunda chamada de avaliação, desde que justificados, deverão ser solicitados “pelo discente ao Coordenador do curso, em requerimento específico, em até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação de primeira chamada” (UNILAB, 2014, Art. 3º, §.4). Já o Exame Final “realizar-se-á após o encerramento do período letivo regular, conforme o calendário acadêmico, destinado aos</p>	08/07/2021

68	p. 39-40	<p>Alteração da descrição das formas de acesso.</p> <p>O trecho: "São ofertadas 80 (oitenta) vagas anuais, 40 (quarenta) por semestre, sendo metade destinada a alunos brasileiros, que ingressam via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), conforme Resolução CONSUP 22, de 11 de novembro de 2011, enquanto a outra metade é destinada a alunos estrangeiros, através dos editais do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) selecionados por seus respectivos países de acordo com critérios estabelecidos com a UNILAB, observando-se a equivalência curricular. O ingresso principal dos estudantes no curso realiza-se principalmente pela entrada no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, uma vez que Relações Internacionais trata-se de um curso de segundo ciclo. Há também ingresso através dos editais específicos de vagas ociosas destinados aos indígenas, quilombolas, portadores de diploma e mudança de curso." foi substituído por:</p> <p>"O Bacharelado de Relações Internacionais oferta de 40 vagas semestrais em período integral, que podem ser ocupadas por meio da admissão direta e da progressão a partir do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades da UNILAB, como detalhado abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), organizado pelo Ministério da Educação (MEC) duas vezes ao ano e vinculado à pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); 2. Por edital específico, publicado anualmente pela Coordenação de Ensino de Graduação e Seleção (COEGS) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), voltado exclusivamente para estudantes da UNILAB que já concluíram o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH); 3. Pelo Processo Seletivo para Estudantes Internacionais (PSEI), organizado pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER) e tornado público por meio de edital específico divulgado no site: https://prointer.unilab.edu.br/editais/. O PSEI é voltado para candidatos internacionais, formados no ensino médio e/ou secundário, residentes nos países parceiros da UNILAB e a prova de seleção é aplicada por missões diplomáticas em território estrangeiro, incluindo países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste 4. Pelo Sistema de Seleção Utilizando os Resultados do ENEM (SISURE), viabilizado por edital específico 	
----	----------	---	--

		<p>publicado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que prevê a entrada de alunos externos para a ocupação de eventuais vagas ociosas no curso de Bacharelado em Relações Internacionais. O edital SISURE-UNILAB é divulgado no site https://sisure.unilab.edu.br/, e é acessível à distintas categorias de candidatos, incluindo Programa de Ações Afirmativas da UNILAB, regulamentado pela Resolução UNILAB 40/2021, que prevê a reserva vagas para de estudantes, como quilombolas, indígenas entre outros."</p>	
--	--	---	--